



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
UFRPE

Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE

Publicação do Departamento de
Ciências Sociais da Universidade
Federal Rural de Pernambuco

Volume I, número 18, 2021.2

ISSN: 2446-6662–Versão Eletrônica
ISSN:2316-977X–Versão Impressa



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

COMISSÃO EDITORIAL

Dr. J.C. Marçal – UFRPE

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva –UFRPE

Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar –UFRPE

Dr. Roberto Mauro Cortez Motta–UFPE

Dr^a Renata Menasche –UFRGS

Dr^a Ellen Fensterseifer Woortmann –UNB

Dr^a Madian de Jesus Frazão Pereira-UFMA

EDITOR GERENTE

Dr.J.C Marçal –UFRPE

EDITOR GRÁFICO

Dr. Adailton Laporte – UFPE

Volume I, número 18, 2021.2

ISSN: 2446-6662–Versão Eletrônica

ISSN:2316-977X–Versão Impressa



SUMÁRIO

- | | |
|--|------------|
| SUBJETIVIDADES COMPARTILHADAS: A DIALOGICIDADE OU PARA UMA EPISTEMOLOGIA RESTAURATIVA A PARTIR DA OBRA DE PAULO FREIRE
<i>Marcelo Santana dos Santos</i> | 04 |
| A MÉDICA TRÓTULA DE RUGGIERO (1050-1097): A PRIMEIRA COM SEU LEGADO ATINGIDO PELA MISOGÍNIA NA HISTÓRIA DA MEDICINA
<i>Argus Vasconcelos de Almeida</i> | 15 |
| MOVIMENTO POLICIAIS ANTIFASCISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DO CAMPO DA ESQUERDA MILITAR
<i>Franz Arnaldo Cezarino</i> | 31 |
| A ESTÉTICA DO PARADOXO. CONCORRÊNCIA, EMPREENDEDORISMO E AGREGAÇÃO NAS COMUNIDADES EMPRESARIAIS
<i>João Valente Aguiar</i> | 49 |
| NOTAS SOBRE RACISMO E EUGENIA EM ALGUMAS OBRAS DO MÉDICO HIGIENISTA OCTÁVIO DE FREITAS (1871-1949)
<i>Hélio Fernandes de Melo</i> | 75 |
| ANÁLISE DO DISCURSO ARQUEOLÓGICO DO RACISMO ESTRUTURAL ATRAVÉS DAS IMAGENS VISUAIS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA
<i>Eduardo Pugliesi</i> | 88 |
| VAI UM CAFEZINHO AÍ? UMA ANÁLISE DO CULTIVO DE CAFÉ SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017
<i>Larissa Dulce Antunes</i> | 105 |



SUBJETIVIDADES COMPARTILHADAS: A DIALOGICIDADE OU PARA UMA EPISTEMOLOGIA RESTAURATIVA A PARTIR DA OBRA DE PAULO FREIRE

MARCELO SANTANA DOS SANTOS¹

RESUMO: Nossa análise aborda elementos contidos na obra de Paulo Freire que possui princípios norteadores para se pensar os processos de transformações sociais aliados à educação. Trazendo à cena a categoria de dialogicidade de Paulo Freire, é necessária uma noção de sujeito que permita o entendimento das mais variadas formas existência: por isso, apresentamos o conceito de subjetividades compartilhadas como chave de entendimento para dar sentido às formas de atuação dos indivíduos/pessoas na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Paulo Freire; Subjetividades Compartilhadas; Dialogicidade.

ABSTRACT: Our analysis approaches elements contained in Paulo Freire's work, which has guiding principles to think about the processes of social transformations allied to education. Bringing into the scene Paulo Freire's category of dialogicity, a notion of subject that allows the understanding of the most varied forms of existence is necessary: for this reason, we present the concept of shared subjectivities as a key to understanding to give meaning to the ways in which individuals act / people in society

KEYWORDS: Paulo Freire; Shared Subjectivities; Dialogicity.

1 Professor assistente da UFRB.

1. Apresentação: uma proposta crítica a partir de Paulo Freire

O presente trabalho pretende apresentar uma compreensão de produção de saberes em que os sujeitos envolvidos em processos educacionais sejam considerados a partir de uma perspectiva de interação que denominamos de subjetividades compartilhadas. Trata-se de se pensar como as propostas curriculares podem ser espaços para o reconhecimento de formas emergentes de sujeitos historicamente invisibilizados nos processos de ensino e aprendizagem, dentro de uma dinâmica que permite ressignificar o protagonismo de todos os atores sociais. Nesse sentido, a pedagogia da alternância com base na dialogicidade freiriana pode promover o espaço de constituição de relações onde as desigualdades epistêmicas podem ser diluídas nos processos de interação entre os sujeitos diversos e suas singularidades - numa perspectiva libertária em que se vislumbra uma tomada de consciência baseada numa concepção crítica que é atravessada por uma epistemologia restaurativa.

A tese que sustenta a argumentação tem como fundamento a obra de Paulo Freire que soube reconhecer a importância dos contextos para os processos de formação das pessoas. A partir de uma postura ética sobre o fazer pedagógico, reconhecendo no outro e em si mesmo um sujeito de conhecimento em processos de formação, é possível, através de uma dialogicidade promover a transformação social que tenha como fundamento uma perspectiva libertária dentro de princípios da diversidade - aqui entendida de maneira mais ampla, mas sem perder de vista (1) os aspectos sociais e históricos que em muito contribuíram para os processos de exclusão e (2) as potencialidades que dela advém (ARROYO, 2012, p. 229-236): Para tanto, é preciso ressignificar os papéis sociais dos sujeitos envolvidos nos processos de constituição de conhecimento: reconhecendo, por exemplo, as limitações e as lógicas das escolas enquanto reflexo de um regime social determinado com o qual se configurou as dinâmicas e as necessidades desse mesmo regime (PISTRAK, 2011); do mesmo modo, é necessário repensar o sentido de epistemologias dominantes para além de seus aspectos científicos, trazendo a cena toda dimensão política e histórica que sempre existiu, mas fora forjada em lógicas de neutralidade e universalidade - o que se configurou nos modelos hegemônicos de dominação de todos os processos sociais e na desigualdade e na designação dos lugares das pessoas na sociedade.

A ideia de reconhecer as limitações e as potencialidades tem como meta criar um caminho para se pensar uma epistemologia restaurativa a partir dos sujeitos e suas subjetividades - numa estética de deslocamento, que pressupõe o movimento dos lugares dos indivíduos, reconhecendo sua dimensão autônoma e libertária. A autonomia é entendida como um gesto legítimo e próprio de cada um - mesmo que dentro de um contexto de cultura; a

liberdade está ligada aos modos de decisão que pressupõe um início e uma finalidade, demonstrando uma tomada de consciência e de poder que fora forjado e sequestrado ao longo do tempo na medida em que criou mecanismos de dominação e controle a partir de processos de sujeição.

Advoga-se aqui por uma postura crítica, constituída a partir de uma reflexão que parte de si de do território, de uma corporeidade aprendente conjugada com processos coletivos de aprendizado e produção de saberes - trata-se mesmo de uma postura de generosidade e, ao mesmo tempo, de respeito que se faz como processo transitório para a consolidação de propostas que sejam o reflexo da atuação de todos os sujeitos envolvidos. A ideia de transitório aqui tem relação com uma postura de abertura, daquilo que não está acabado (FREIRE, 1996), cujos objetivos vão sendo traçados segundo a realidade apresentada. Não é, portanto, a tomada de modelos determinados por uma divisão social baseada nos sistemas de produtividade e consumo do capital, mas a adoção de estratégias voltadas para as questões que atravessam a população em seus territórios - por isso, a necessidade da valorização desses sujeitos, de seus corpos, de seus lugares, suas especificidades, suas singularidades e, com isso, de toda diversidade existente.

Propõe-se, e aqui adiantamos alguns elementos de nossas conclusões, a noção de subjetividades compartilhadas como chave para a compreensão dos sujeitos de conhecimento e produção de saberes. Sinalizamos para o modelo da pedagogia da alternância como metodologia capaz de ressignificar as relações entre as diversas instituições na medida que consegue colocar em prática sistemas de integração e interação que promovem dinâmicas interdisciplinares: deslocando os diversos sujeitos de suas zonas de conforto, criando espaços-tempos distintos daqueles determinados pelas instituições. A ressignificação dos sujeitos de conhecimento a partir de suas expertises, valorizando as dimensões de suas subjetividades compartilhadas, traz a cena toda potencialidades existentes na diversidade, ao tempo que transforma e põe em pauta o modelo hegemônico de fazer ciência, apresentando como alternativa a elaboração de uma epistemologia de restauração - em suas dimensões científicas e políticas. Nesse sentido, a obra de Paulo Freire se consolida como uma das poucas capazes de contribuir para a transformação social e, por conta disso, é ela também a base central do trabalho feito. Por fim, ao centrar a discussão nas pessoas, sinalizamos também para o poder que as mesmas possuem na configuração de sua realidade, desfazendo, assim, toda relação fetichizada que vigora nas mais várias instâncias da vida. E aqui, ao falar de fetichismo, fazemos referência à crítica que já é empreitada por Marx em *O Capital*. É preciso, pois, que as relações entre as pessoas sejam intermediadas pelas próprias pessoas. Ao longo do tempo, as epistemologias dominantes são o reflexo dos grupos de poder dominante, que impõe suas lógicas segundo a vontade do capital.

Embora, não seja esse o nosso ponto central, é importante sinalizar que esse é um dos nossos horizontes na luta contra aquilo que denominamos “necrofetichismo”².

2. Epistemologias Restaurativas

A desigualdade epistêmica deve ser sinalizada como um obstáculo à valorização dos saberes regionais, tidos como senso comum-prático, em relação aos saberes elaborados no interior dos espaços acadêmicos, sobretudo das universidades. Essa forma de constituição de relações, historicamente, promoveu a desqualificação de outras formas de saber sobre o mundo, como aqueles que estavam ligados muitas vezes ao modo imediato e prático com que grupos sociais resolvem suas questões e promovem um tipo de conhecimento que não está formado nos modos de fazer ciência, mas que, no entanto, revelam-se eficientes na promoção da vida cotidiana, ao mesmo tempo que traz à cena outros sujeitos de conhecimento - que não são neutros, nem genéricos, mas constituídos por corpos políticos, racializados, portadores de marcadores de gênero e classe, que, justamente por ocupar uma posição fenomênica singular e diversa, foram invisibilizados ao longo da história: o que não impediu que, apesar disso, tivessem por muitas vezes seus saberes apropriados de modo indevido, os quais foram transformados em produtos para serem vendidos, ao tempo que eram apagadas suas raízes e os resquícios de suas origens culturais.

Considerando esse contexto, é que a proposta em causa visa problematizar o lugar que os diversos sujeitos hegemônicos ocupam na sociedade. Por isso, a postura de uma epistemologia restaurativa, no sentido de trazer à cena formas emergentes de conhecimento e seus respectivos sujeitos - que já existiam e foram invisibilizados, e, ao mesmo tempo, no sentido de ressignificar as epistemologias hegemônicas a partir do reconhecimento de seus limites e de suas práticas - cujos sujeitos só são/foram possíveis dentro de um contexto situacional, onde os espaços de privilégios lhes deu voz e vez, mas que desde sempre envolveram outros tantos sujeitos (na maioria das vezes invisibilizados): daí subjetividades compartilhadas.

É preciso, pois, agir de forma interdisciplinar, de maneira interativa e integrativa a fim de promover os espaços para uma epistemologia democrática, elabora dentro de princípios de igualdade que reconheça a relevância social de todos os atores envolvidos enquanto

² O necrofetichismo é um conceito que vem sido desenvolvido com vistas a compreensão do modo como o capitalismo se apropria do tempo de vida das pessoas. Tal como diz Marx em O Capital, as pessoas têm sua vida abreviada em função da expropriação do trabalho - de como o tempo de trabalho e da jornada de trabalho se configura nas sociedades de economia capitalista. Não nos deteremos aqui nesse aspecto específico, mas salientamos para o modo de como o fetichismo impera nas relações vigentes em nossa sociedade, e de como isso perpassa por toda discussão que envolve uma perspectiva libertária e, no caso do Brasil, uma perspectiva abolicionista. É preciso compreender que as relações entre os sujeitos devem ser autônomas, e não “reflexo” das relações entre coisas. Também assim deve ser a nossa postura na luta por uma sociedade democrática, não devemos nos eximir de nossa força e responsabilidade.

sujeitos singulares e não como sujeitos-objetos. Para tanto, essa proposta, portanto, sai das esferas positivistas estabelecidas nas relações de causa e efeito (explicativas), cujos sujeitos são pretensiosamente neutros, genéricos e universais, e traz a cena uma perspectiva de compreensão (ética-estética), em que as singularidades são respeitadas em suas existências concretas, cujos sujeitos se relacionam através de seus posicionamentos políticos-estratégicos, segundo o modo como compartilham suas subjetividades.

A rigor, é necessário compreendermos o papel das instituições na promoção da justiça social e, em nosso caso específico, no reconhecimento das desigualdades epistêmicas e suas formas de exclusão, para problematizarmos o papel social que cabe aos sujeitos envolvidos nos processos da constituição de saberes a fim de reconhecer as práticas discriminatórias e os limites da atuação de todas as partes.

Visibilizar as diversas subjetividades e seus corpos sociais é um modo de promover a interação dos diversos sujeitos, reconhecendo-os como políticos e epistêmicos, inseridos em uma realidade social que merece especial atenção por conta do histórico de uma sociedade escravizada e subalternizada - que marca a sociedade brasileira. Por isso, nossa perspectiva deve ser crítica, a fim de perceber como estão articuladas as instituições que reproduzem práticas racistas e discriminatórias, afinal, os sujeitos de conhecimento hegemônico podem ser resumidos na figura do homem adulto e branco - assim, nossa perspectiva deve ser também abolicionista. Com efeito, um dos grandes desafios que encontramos na comunidade acadêmica está justamente em pautar as várias formas de desigualdades, dentre elas, a epistêmica, haja vista o consenso e o lugar de privilégio que determina quem pode ou não ter voz.

Nesse contexto, a Pedagogia Freiriana é um fundamento teórico-prático importante na constituição dessas relações, uma vez que prevê em seu escopo uma série de princípios que corroboram com o modelo por ora proposto. Em Pedagogia da Autonomia (1996), por exemplo, encontramos o reconhecimento da importância da “(..) questão da formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressiva em favor da autonomia do ser dos educandos (...)” (1996, p. 13) Além disso, o ato de ensinar pressupõe uma série de princípios que são fundamentais para a constituição do saber, dentre os quais, ressaltam-se aqueles ligados a liberdade e o combate a quaisquer formas de discriminação. Ao mesmo tempo, é preciso corporeificar as palavras através dos exemplos, como que os gestos carregassem à beira do corpo o seu significado de forma fenomênica, cuja tradução se faz nos atos de cada um: o que envolve um pensar certo enquanto compromisso ético-estético que tem a ver com a relação que se mantém com o outro. Relação esta que não é de caráter puramente teórico, mas faz parte de uma corporeidade afetiva aprendente. Abre-se aqui a oportunidade da troca de saberes no gesto genuíno de ser o que se é, e permitir-

se se ligar a uma indeterminação originária que se transforma em pura positividade, na afirmação do acontecimento: “Faz parte do pensar certo o gosto da generosidade que, não negando a quem o tem o direito à raiva, a distingue da raivosidade irrefreada.” (FREIRE, 1996, p. 35).

Adotar uma postura crítica pressupõe uma luta contra vaidade: tal como já colocamos acima, é preciso repensar os lugares dos sujeitos de conhecimentos. Nesse sentido, é que devemos pensar em uma postura que seja crítica - o que pressupõe o re-conhecimento, sobretudo, de suas limitações. É só através da reflexão crítica sobre a prática que podemos iniciar um processo de restauração epistêmica. Ela é, em muitos casos, essa saída da zona de conforto em que os sujeitos hegemônicos de conhecimento se encontram para uma postura de partilha, de ser junto com o outro: o processo deve ser de comunhão (FREIRE, 1996). Aqui, entendemos que isso só será possível quando reconhecermos as diversidades de sujeitos, deslocando o outro desse lugar de diferença e de vulnerabilidade epistêmica, no momento em que ele se torna agente de seu existir autônomo e, nesse lugar, igualado em suas singularidades ao outro que lhe atravessa também como sujeito: dilui-se o tratamento objetificado e potencializa-se uma espécie de empoderamento das escutas. Sai-se, assim, de uma estética descritiva, positivista e limitadora para uma postura integralista, compreensiva, elaborada a partir de subjetividades compartilhadas. É na expertise que se inicia o reconhecimento do outro enquanto sujeito autônomo. As partes envolvidas devem sempre entrar em comunhão e, ao mesmo tempo, deixar fluir um fenômeno que Paulo Freire denominou como vital, qual seja, a curiosidade. (FREIRE, 1996, p. 39) Defende-se, aqui como tese, que esses sujeitos são todos constituídos por subjetividades e essa comunhão se faz na medida em que resolvem, em suas autonomias libertas, compartilhar de formas estratégicas os domínios de seus saberes. Recupera-se, assim, uma estética do movimento, da atualização, da mudança, da presença elaborada com base na dialogicidade.

Não se trata aqui de propagar metodologias e práticas estabelecidas em modelos coloniais, cujos sujeitos previamente estabelecidos reproduzem lógicas binárias que atendem aos interesses capitalistas colonizadores. É preciso fazer um deslocamento desse poderio colonizador com o qual, em muito, os saberes foram hierarquizados e classificados, impondo relações assimétricas cujas dimensões tornaram determinados grupos subalternos, para não dizer escravizados. Trata-se de empreender lógicas que se desdobre nas práticas mais existenciais, para além dos seus efeitos simbólicos e imaginários. Há aí, nessa prática, um potencial de denúncia e de entendimento das estruturas sociais - institucionais ou não - que forjou os modos de domínio e de relações de poder através das práticas epistêmicas hegemônicas, que se configuram efetivamente como um processo de gestão de classes,

das relações de gênero, de raça, de campo e cidade.

Uma epistemologia que vise a restauração dos sujeitos pretende responsabilizar a racionalidade moderna pelos caminhos balizadores dos modos de exclusão ainda vigentes nos dias de hoje. O reconhecimento da necessidade de, ao invés de pensar as pessoas como objetos, colocá-las como o centro espelhado para a recomposição de todo tecido social baseado na dignidade da pessoa humana, restaura a sua condição de sujeito de conhecimento, autônomo e independente: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo humano e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 1996, p. 59). É preciso, por isso, estabelecer os círculos de cultura, com os quais se articulam os diversos sujeitos em processos interdisciplinares de integração e interação. Os saberes precisam ser aproximados e só quem pode fazer isso são os respectivos sujeitos em acordos mútuos, de forma democrática e harmônica, respeitando-se as diferenças e todas as singularidades numa forma de luta que impeça quaisquer tipos de violência e, conseqüentemente, dos epistemicídios e todos os seus desdobramentos.

3. Alternância e Subjetividades Compartilhadas

A importância da alternância reside no fato de que ao reconfigurar as relações espaciais e temporais nos processos de constituição de saberes, ela permite uma modificação da compreensão das relações de poder que existem nas instituições. Esse deslocamento pretendido promove uma troca de experiência que está para além daquelas encontradas nos relatos teóricos dos indivíduos em suas realidades. Trata-se mesmo de uma relação de imersão que, mais do que formar o estudante em curso - sujeito de conhecimento - transforma também as perspectivas dos docentes envolvidos no processo, uma vez que este sai de sua zona de conforto para conviver com a realidade das pessoas do campo. Por isso, a prática da alternância é uma via de mão dupla, em que as subjetividades são compartilhadas segundo suas experiências existenciais.

Se, por um lado, o docente é representante de uma instituição espacialmente localizada, por outro, o seu deslocamento ao campo exige do mesmo uma abertura para dinâmicas de vida que ressignificam o fazer pedagógico, uma vez que o mesmo passa a ser afetado diretamente por uma realidade que, na maioria dos casos, só era conhecida através dos discursos escritos ou de narrativas de alguns poucos estudantes ou, ainda, de colegas de trabalho que traziam consigo essas vivências. A mudança, as perspectivas criam outros horizontes de atuação e de apreensão de realidade, cujas posturas dos diversos sujeitos devem ser elaboradas em um modelo mútuo de troca de saberes, considerando, então, as

expertises de cada um.

Nesse contexto, a alternância exige, ao tempo que permite, uma modificação das práticas educacionais no interior das próprias instituições. Assim, há um elemento fundamental aí que diz respeito ao modo como as estruturas estão formadas historicamente: no momento em que se traz à cena o outro, não mais como objeto, mas como detentor de um tipo de conhecimento que carrega todo o seu território, ele deve ser considerado como aquele que também sabe e com o qual se deve aprender. Os sujeitos envolvidos, então, estarão em pé de igualdade e serão considerados conforme as suas singularidades, seus atravessamentos e seus saberes. O que é necessário fazer é reconhecer os limites de cada um, e promover os modos de partilhas: daí, subjetividades compartilhadas.

Apesar de elementar, é preciso reforçar a necessidade dos saberes serem compartilhados em uma perspectiva interdisciplinar. Em que pese todas as questões que envolvem uma formação interdisciplinar, quando se apresenta a alternância como um espaço-tempo constitutivo e constituinte de sujeitos, pretende-se aqui acentuar suas autonomias e suas liberdades: por isso, propomos a noção de subjetividades compartilhadas. A ideia de subjetividades compartilhadas pauta em seu princípio o reconhecimento inicial de que somos todos sujeitos, temos uma subjetividade que, em que pese que tenha sido formada em um contexto de cultura, pressupõe, ao mesmo tempo, um modo de atuação independente, singular que caracteriza cada um como sendo indivíduo. Esse indivíduo pode (ou não) compartilhar sua subjetividade segundo um modelo estratégico de permanência. Isso porque a estratégia de cada um no contato com o outro diz respeito ao modo operante dos sujeitos segundo sua compreensão de mundo. Por isso, o conceito de subjetividades compartilhadas restaura nos indivíduos, em última instância, seu poder de decisão (por exemplo), preserva sua subjetividade e reconhece todos os seus limites. Assim sendo, a rigor, a alternância enquanto experiência de constituição-constituída promove o reconhecimento de sujeitos de produção prática a partir de uma formação cuja perspectiva leva em consideração a existências desses sujeitos como indivíduos autônomos - seja em seus aspectos epistêmicos, seja, sobretudo, em seus aspectos políticos.

Considerações Finais

O conceito de subjetividade compartilhada permite-nos ressignificar relações historicamente hegemônicas, onde o modelo de ciências instituiu e se constituiu como norma de conhecimento, excluindo outros modos de saberes sobre o mundo. Ao adotar essa postura, em que os sujeitos e seus saberes passam a ser respeitados segundo

o reconhecimento de si e dos outros (enquanto sujeitos constituintes-constituídos em processos de compartilhamentos de subjetividades), além de permitir o entendimento de que o conhecimento advém de formas de interação, garante-se o reconhecimento de modos de subjetivação cujos sujeitos envolvidos se relacionam não só epistemologicamente, mas, sobretudo, politicamente: o que abrange os elementos éticos e estéticos de existências possíveis; e garante-se, também, suas autonomias, o que permite vislumbrar de modo evidente o que Paulo Freire (1996) denominou de transgressão ética, na medida em que somos presenças no mundo.

Por um lado, (1) acionar a reflexividade e criatividade como elemento central dessas subjetividades compartilhadas só é possível nesse processo de reconhecimento mútuo em que as ações estão ligadas a perspectivas espaço-temporais: “E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade.” (FREIRE, 1996, p. 18). É com esse afã que propomos o conceito de subjetividades compartilhadas, a fim de potencializar o conceito de dialogicidade existente na obra Freiriana (1970), no sentido que acentuamos aqui a autonomia e a reflexividade dos sujeitos-atores. Por outro lado, ao mesmo tempo, (2) não se parte de modelos dados, mas da compreensão de que os sujeitos se fazem de maneira estratégica que nem sempre é atravessada pela constituição sociocultural dominante - essa é a diferença específica que complementa a dialogicidade (FREIRE, 1970), já que muitas vezes diluimos esses mesmos sujeitos em processos que são históricos, portanto, no tempo e no espaço. Assim, (3) a proposta é apontar para a singularidade característica de cada um como sendo motor inicial para as transgressões referidas por Freire, em que a criatividade, a reflexão e até o silenciamento são postos sempre de forma compartilhada, em que as subjetividades pretendem se constituir de maneira emancipatória e estratégica.

A diferença específica apresentada se dá porque não podemos penetrar nas intenções alheias, mas apenas na dimensão que é compartilhada - que começa com o fenômeno do corpo, da sua aparição aos seus gestos e posturas, o que demonstra a existência de um **hiato subjetivo**, em que ficam estabelecidas aquilo que é próprio de cada um, e aquilo que é compartilhado. Essa dimensão própria, *locus* privilegiado da reflexão, da criticidade, da criatividade, só vem à cena através de atos deliberativos, o que se configura como os momentos de libertação e emancipação (FREIRE, 1970) e se faz na comunicação. É na dimensão do compartilhamento que as subjetividades envolvidas constituem os elementos de sociabilidade, promovendo processos de continuidade, permanências, transformações ou rupturas. Todos esses processos dependerão não somente da dialogicidade, mas também das capacidades inerentes as condições de cada um de poder/querer se comunicar.

A obra Freiriana em si é uma expressão desse aspecto, em que Paulo Freire compartilha sua subjetividade até o momento presente por força de seus argumentos e postura. Com efeito, a Educação do Campo (Nosella, 2012), com propostas integradoras promove através da Pedagogia da Alternância processos em que os diversos sujeitos tem suas subjetividades compartilhadas. O docente que possui uma experiência de campo reconfigura toda noção de sujeito de conhecimento herdada da tradição hegemônica, percebendo na prática a importância das expertises (Gramsci) nos processos de relações dialógicas, sobretudo no reconhecimento e no respeito aos saberes que são tradicionais.

Não se trata apenas de intersubjetividade, ou transsubjetividades, ou ainda de multisubjetividades. Vai para além disso na medida em que os processos sociabilidade é interferido pela autonomia dos sujeitos em suas singularidades, a despeito de seu caráter intercultural: por isso, temos o novo, o criativo, as rupturas, que só alcançam projeção social através da experiência significativa. Aí sim, quando compartilhado - na proposta Freiriana, isso é apontado dentro de uma perspectiva dialógica, emancipatória, longe de uma educação bancária, explicativa e estanque: ligada a uma educação para transformação, processual, em que o percurso se molda na interação dos sujeitos que compartilham subjetividades em modelos de compreensão do saber-fazer pedagógico.

A proposta revolucionária de Paulo Freire pode ser vislumbrada na medida em que ressignificamos os papéis sociais dos sujeitos em atividades teórico-práticas, onde não há dissolução entre sujeitos em suas existências, mas a emancipação promovida pela dissolução de relações objetificadoras em favor de relações compartilhadas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Diversidade**. In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Petrópolis, RJ, 2007.

JESUS, José.N. **A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no Estado de Goiás.** Revista Nera, Presidente Prudente, ano 14, nº 18, p.7-20, 2010.

Nosella, Paolo. **Educação no campo : origens da pedagogia da alternância no Brasil.** Vitória: EDUFES, 2012. 288 p. : il. - (Educação do campo. Diálogos interculturais)

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** Trad. por Daniel Aarão Reis Filho. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ZAMBERLAN, Sérgio. **Pedagogia da Alternância: Escola da Família Agrícola.** Santa Teresa, ES: Mepes, 1995. (Coleção Francisco Giust,). n. 1.

A MÉDICA TRÓTULA DE RUGGIERO (1050-1097): A PRIMEIRA COM SEU LEGADO ATINGIDO PELA MISOGINIA NA HISTÓRIA DA MEDICINA

ARGUS VASCONCELOS DE ALMEIDA³

RESUMO: É objetivo do presente trabalho, expor e analisar a contribuição de Trótula para a saúde feminina, sua formação teórica e suas práticas terapêuticas no contexto da Escola Médica de Salerno. Através de uma revisão da literatura, podemos concluir que apesar das sua relevante contribuição ao conhecimento da saúde feminina, especialmente aos relacionados à ginecologia, obstetrícia, sexualidade e estética, o seu legado foi atingido pela misoginia que tentou apagá-la da história da medicina, sendo depois finalmente reconhecida pela história.

PALAVRAS-CHAVE: Trótula de Ruggiero; Escola Médica de Salerno; saúde feminina; misoginia.

ABSTRACT: The objective of this work is to expose and analyze Trotula's contribution to women's health, its theoretical training and its therapeutic practices in the context of the Medical School of Salerno. Through a review of the historical literature, we can conclude that despite its relevant contribution to the knowledge of women's health, especially those related to gynecology, obstetrics, sexuality and aesthetics, its legacy was affected by the misogyny that tried to erase it from the history of medicine, and then finally recognized by history.

KEYWORDS: Trotula's Ruggiero; Medical School of Salerno; women's health; misogyny.

3 Doutor em Psicologia Cognitiva pela UFPE.

Introdução

Há referências ao ensino da medicina em Salerno já no século IX, porém a sua institucionalização só se deu em 1075, graças a Constantino, o Africano, (Cartago, 1020 – Monte Cassino, Itália, 1087) tradutor de textos médicos gregos e islâmicos e a primeira figura importante na transmissão da ciência greco-arábica para o Ocidente.

Constantino apresentou-se ao mundo latino, por meio de suas traduções, um novo conjunto de textos assentados no pensamento árabe em matéria médica, com grande tônica em sexualidade, anatomia, fisiologia humana (CADDEN, 2003, *apud* OLIVEIRA E PINHO; BROCHADO, 2020). Encontrar-se-ão disponíveis: *Pantegni*, *Viaticum*, *De coitu* e *De spermate* (JACQUART; THOMASSET, 1989, *apud* OLIVEIRA E PINHO; BROCHADO, 2020). Sua contribuição para a aprendizagem médica foi tão relevante que a repercussão de suas traduções e de suas obras autorais transcendem o século XI.

As fusões entre a tradição médica da comunidade de Salerno com as obras de Constantino testemunham como o ensino da filosofia natural e da medicina migraram dos mosteiros para o centro urbano. A influência de Constantino torna-se evidente nos trabalhos médicos salernitanos.

A cultura árabe foi imprescindível para a medicina ocidental. Com advento do islamismo (século VII), os árabes se expandem geograficamente entrando em contato com várias culturas, passando a conhecer os escritos antigos e traduzi-los para o árabe. Os árabes se notabilizaram como propagadores e catalisadores das transformações científicas que se seguiram. Não receberam a tradição galênica de forma passiva, mas a modificaram enriquecendo-a com seus avanços em química, farmácia, botânica e administração de hospitais. Entre os manuscritos traduzidos para o árabe estavam textos desaparecidos de Ptolomeu, Euclides, Galeno e tantos outros provenientes das ciências antigas. É esta cultura árabe que irrompeu no Ocidente feudal em torno do século XI. Nas traduções minuciosas dos textos de Hipócrates, de Galeno e dos bizantinos, que residiu o grande mérito dos árabes. Assim, proceder-se-á ao retorno do patrimônio greco-romano para o Ocidente pelo viés das traduções do árabe para o latim (OLIVEIRA E PINHO; BROCHADO, 2020).

O tratado *De passionibus mulierum curandarum ante, in et post partum*, atribuído à renomada Trótula de Ruggiero, será profundamente influenciado por *Viaticum*, obra do médico tunisiano Ibn al-Jazzar. Dividido em sete livros versando sobre etiologia e terapêuticas, o sexto livro dedica-se exclusivamente às doenças dos órgãos reprodutivos. *De passionibus*, juntamente com *De curis mulierum* e *De ornatu mulierum*, serão os “mais importantes textos sobre medicina da mulher na Europa ocidental medieval” (GREEN,

2001).

A medicina árabe afirmou-se ainda mais na Europa, no século XII. Das oficinas de tradução de Toledo, Guerardo de Cremona trouxe ao Ocidente latino duas sumas da medicina árabe: o *Cânone da Medicina*, escrito em árabe por Avicena, no início do século XI, e o *Liber ad Almansorem*, de Rhazes, escrito no século IX. O “Cânone da medicina” é uma enciclopédia médica de 14 volumes escrita pelo persa Ibn Sina (Avicena) é uma detalhada e monumental obra em medicina.

Ainda que tenha estudado as teorias clássicas e a medicina árabe, a influência da medicina de Galeno estava muito presente em Avicena. O *Cânone* não se trata de uma mera teoria de várias fontes. É uma síntese que incorpora tanto a filosofia platônica, quanto a filosofia natural de Aristóteles, tanto a sabedoria persa, quanto os saberes de autores árabes, bem como a visão de Avicena sobre as teorias galênicas. É um veículo para a transmissão do que se denominará de nova medicina árabe (THOMASSET, 1990 *apud* OLIVEIRA E PINHO; BROCHADO, 2020). No início do século XIII, o *Cânone* já é amplamente conhecido nas faculdades de medicina da Europa, tornando-se ao final do século, parte essencial dos currículos.

Além disso, sempre é bom lembrar que enquanto o conhecimento e a ciência floresciam entre os árabes, a Europa vivia em obscurantismo. Graças aos árabes muito do conhecimento foi salvaguardado e aprimorado para depois ser transmitido aos europeus e ao Ocidente, possibilitando um novo despertar da humanidade e do chamado mundo civilizado. De um polo a outro, de um século ao outro até os dias atuais, foram os conhecimentos adquiridos e desenvolvidos pelos árabes e posteriormente incorporados pelos Europeus que fizeram ampliar os conhecimentos que transcenderam épocas, fronteiras e línguas. Aos árabes devemos muito da nossa ciência atual e um lugar de destaque deve ser reservado a este conhecimento. Essa herança universal e humanista está em todo o conhecimento científico gerado pelos árabes. Esta é uma história que devemos sempre lembrar (SMAILI, 2009).

A Escola Médica Salernitana manteve a tradição cultural greco-romana, combinando-a harmoniosamente com as culturas árabe e judaica, e acolhia estudantes de todos os credos e sexos (eram aceites mulheres tanto como alunas como professoras, fenômeno muitíssimo inovador para a época). Este encontro de diferentes culturas levou ao surgimento do conhecimento medicinal a partir da síntese e da comparação de diferentes experiências. Na Escola, além do ensino da medicina existiam cursos de filosofia, teologia e direito. É de salientar que ao longo do tempo, a influência da Igreja Católica na escola de Salerno declinou progressivamente até desaparecer por completo. Diferente de outras instituições da Europa medieval, a escola não restringia o acesso das mulheres à ciência. Ao contrário,

a escola chegou a abrigar um grupo de estudantes e mestras conhecido como “As Damas de Salerno”.

Em Salerno, a partir de 1273, a legitimidade da prática médica por parte de mulheres foi autorizada. Nomes como Margherita, Vigorita, Trotta, Mabilia, Polisen, Grazia, Isabella, Gemma, Adelia, Maria Incarnata, Venturella, Gallicia, Raymunda, Clarice, Francesca, foram mulheres habilitadas para exercer a medicina e a cirurgia, em claro contraste com as universidades que surgiram depois, onde a presença feminina era proibida até finais do século XIX (TERRIZZANO, 2018).

É objetivo do presente trabalho, expor e analisar a contribuição de Trótula para a saúde feminina, sua formação teórica e suas práticas terapêuticas no contexto da Escola Médica de Salerno.

A prática médica de Trótula

A médica Trótula De Ruggiero (1050-1097) (ou Trótula de Salerno, como era também conhecida), foi a primeira mulher a estudar na Escola Medica Salernitana, no século XI, adquiriu grande autoridade e reconhecimento em todo período medieval. Dedicou-se ao conhecimento da saúde feminina, especialmente aos relacionados à ginecologia, à obstetrícia, à sexualidade e à estética. Para ela, assim como hoje, a cura estética não representava um aspecto frívolo, ao contrário, a beleza de uma dama fazia com que a sua filosofia natural inspirasse a arte médica do tempo como um símbolo de corpo saudável em harmonia com o universo (MASIERO, 2016). Mas, por muito tempo, a trajetória de Trótula de Ruggiero permaneceu silenciada pela historiografia.

No entanto, nenhum dos autores salernitanos abriu novos caminhos dentro da categorização de doenças ginecológicas. Os escritos médicos assinados por homens trouxeram muito pouca inovação à ginecologia e à obstetrícia e demonstraram escassas noções da fisiologia e anatomia do corpo feminino. A inovação, neste campo, virá pelas mãos de Trótula de Ruggiero (GREEN, 2001).

Do século XII ao XVI, os mais populares tratados em doenças, problemas médicos e cosméticos da mulher eram atribuídos à Trótula. *De passionibus mulierum curandarum ante, in et post partum*, versando sobre ginecologia, obstetrícia e puericultura; *De curis mulierum*, sobre amplas preocupações de ordem médica e *De ornatu mulierum*, abordando questões dermatológicas e cosméticas. Os três tratados circularam individualmente ou reunidos no compêndio denominado *Summa que dicitur Trótula*. Seguidamente copiados e traduzidos para inúmeras línguas vernáculas, foram a principal referência sobre ginecologia

e obstetrícia disponível ao ensino e à prática médica (OLIVEIRA E PINHO; BROCHADO, 2020).

A preparação teórica de Trótula tomou por base os estudos de Hipócrates (460-377 a.C.), Galeno (129-200 d.C.), Dioscórides (40-90) e Oribásio (325-403 d.C.), primordialmente. Esse conhecimento científico caminhou lado a lado com os exemplos práticos que teceu (OLIVEIRA E PINHO; BROCHADO, 2020).

A ideia de equilíbrio é um traço característico dos textos hipocráticos, assentado no entendimento de que o corpo e sua fisiologia, as doenças e a saúde têm que estar balanceadas. A principal função de um médico é restaurar o equilíbrio do enfermo que se apresenta de forma diferente entre homem e mulher. Esta concepção pressupõe a ideia de polaridades, quente e frio, úmido e seco, que explicam a fisiologia humana de forma geral. Estas definições aparecem nos trabalhos de Hipócrates mais concretamente no esquema dos quatro humores: cólera (quente), fleumático (frio), bile negra (seco) e sangue (úmido).

Seguindo a teoria dos humores de derivação hipocrático-galênica, Trótula reconhece a menstruação como uma purgação necessária para manter o equilíbrio da saúde da mulher. Um terço do conteúdo de *De passionibus mulierum* é dedicado às patologias derivadas da retenção ou do excesso da menstruação (GREEN, 2001).

De passionibus mulierum procurou assimilar a medicina árabe. É fortemente embasado em *Viaticum*, obra do médico tunisiano Ibn al-Jazzar, que em grande parte traduz o pensamento médico de Galeno (GREEN, 2001). Conceitos como do movimento uterino, diagnóstico para uma série de doenças da mulher, refletem a sobrevivência dessas noções da fisiologia da mulher da Antiguidade e indicam que Trótula adere à medicina hipocrática resgatada pela cultura árabe. Ao indicar como terapêutica a formulação de Oribasius de Pérgamo, o mais importante médico bizantino do século IV, demonstra que se apoia em fontes diversas - característica da medicina de Salerno. Um grande arsenal de procedimentos terapêuticos, para tratamentos das doenças ginecológicas, foi herdado da medicina prática grega: flebotomia (retenção menstrual, constipação e tumores uterinos), terapia odorífera (movimentos uterinos), aplicação de fumigação na genitália (dor uterina) (GREEN, 2001).

Um dos princípios da tradição hipocrática que permeiam o *De curis mulierum* é que a regular atividade sexual necessária para a saúde da mulher, sendo que transtornos psicológicos podem advir da abstinência sexual.

A frequente indicação de banhos com fins medicinais ou cosméticos está tanto associada à tradição latina da cultura da água, observada nos banhos públicos romanos, como uma

terapêutica recomendada nos textos gregos de Galeno. Seguindo a tradição islâmica, muitas ervas e especiarias eram incorporadas aos banhos, às fumigações e às terapias odoríferas.

A filosofia hipocrática, segundo a qual a beleza é o sinal de um corpo saudável e em harmonia com o universo, é o fundamento do tratado *De ornatu mulierum* cuja a tônica é a beleza feminina. Em especial, reflete o lado empírico da medicina salernitana. A interação entre cristãos e muçulmanos, observa-se nas práticas cosméticas utilizadas por mulheres sarracenas e no referencial de beleza almejado. Ademais, a única fonte expressa das terapias oferecidas é a cultura muçulmana (GREEN, 2001).

Em relação à sexualidade feminina, Trótula, indo de encontro à moralidade de sua época, em que era tabu falar de certos assuntos sexuais, escreveu um capítulo intitulado “como restringir a vagina de modo que, mesmo violada, pareça virgem”, mais adiante, prescreve como aliviar o desejo sexual das mulheres que por razões diversas não podem manter relações sexuais, como escreve:

Existem mulheres que estão proibidas de ter relações sexuais, ou porque fizeram voto de castidade, ou porque estão ligadas à uma condição religiosa, ou porque ficaram viúvas. Para algumas, não é permitido mudar de condição e, apesar de quererem a relação sexual, não a praticam, porque estão sujeitas a graves doenças. Para essas se sugere o seguinte: pegue algodão embebido em óleo de musgo ou de hortelã e aplique-o sobre a vulva. No caso de não dispor desse óleo, pegue um pouco de vinho quente e aplique-o sobre a vulva, com o bastão de algodão ou lã. Isso é um bom calmante e amortece o desejo sexual, aplacando a dor e o prurido” (TROTULA apud SIMONI, 2012, p. 6).

Outra prescrição de Trótula para a geração de meninos:

Se você quiser ter um menino, dê a seu marido o útero e a vagina de uma lebre. Diga isso e misture o pó com vinho e peça que ele beba. Da mesma forma, faça a mulher comer testículos de lebre, e no final de sua menstruação ela se deitará com o marido e um menino será concebido. Outro, dê à mulher o fígado e os testículos do único porco que nasceu de uma porca, secos e reduzidos a pó, e dados para beber ao homem que não é capaz de gerar e ele gerará, ou a mulher e ela vai conceber (TROTULA apud GREEN, 2001, p.95).

O esforço de apagamento do nome de Trótula da medicina

Do ponto de vista histórico da medicina, ao longo do tempo, foi comumente aceito que as mulheres ficaram à sombra de um mundo dominado pelo conhecimento masculino, a tendência atual é a de revisão desse paradigma misógino e androcêntrico.

Após a morte de Trotula, o machismo predominou na Escola de Salerno a ponto dos médicos desta Escola, apesar de usarem seus textos, mudarem sua identidade, que passou a ter nome, ou melhor, um cognome de homem - “Trotula, o Médico”, ou simplesmente passaram a defender a ideia de que ela sequer existiu, que não passava de uma figura fictícia.

Nos séculos XIII e XIV, sua existência foi muitas vezes questionada por médicos e escritores homens. Trótula e outras pesquisadoras de Salerno foram desmoralizadas e rotuladas de bruxas e charlatãs. Suas obras chegaram a ser atribuídas a autores do sexo masculino. No século XIX, historiadores negaram a possibilidade de que uma mulher poderia ser responsável por tratados médicos tão relevantes. Só no final do século XIX sua autenticidade foi recuperada por outros historiadores.

Algo semelhante acontece com o trabalho médico de Hildegard de Bingen, uma abadessa, mística e cientista alemã do século XI, uma das poucas mulheres a ser nomeada doutora da Igreja. Impossível duvidar de sua existência e autoridade, os pesquisadores duvidaram de sua autoria médica concreta, considerando que deveria ser a cópia de uma obra masculina sob argumentos tão pueris como considerando que respondia a um intelecto “viril”. Ainda hoje alguns autores duvidam que ela tenha sido a autora de todas as suas obras médicas.

Não é só o machismo e o conceito predominante de que “ciência é coisa de homem” que afastam as mulheres da ciência. Existe um preconceito real contra reconhecer as contribuições de mulheres para pesquisas, cujos trabalhos frequentemente são atribuídos aos colegas homens. É tão real que tem até nome: “Efeito Matilda”, em homenagem à ativista norte-americana Matilda Gage (1826-1898), no ensaio “Woman as an inventor” (A mulher enquanto inventora), publicado em 1883, no qual ela elenca contribuições femininas à ciência e à tecnologia e mostra como, ao longo da história, muitas delas foram atribuídas a homens.

Os fundamentos aristotélico-galênicos sobre a inferioridade feminina

Os postulados de Aristóteles (384-322 a. C.) acerca da geração das espécies animais, incluindo o gênero humano, foram de fundamental influência na formação do tradicional antifeminismo clássico. Tais postulados podem ser encontrados, de forma consistente,

em *De generatione animalium* (Sobre a geração dos animais), cujos princípios fisiológicos tiveram considerável impacto mais tarde, principalmente a partir do século XII.

Nos seus comentários sobre as secreções procriadoras produzidas pelo macho e pela fêmea, Aristóteles chega aos seus famosos postulados binômicos “matéria / corpo” e “forma / alma”; realidades que, respectivamente, caracterizariam, na geração dos descendentes, a contribuição da propriedade formativa e animadora do sêmen do macho, altamente nutriente por causa da sua superdotada natureza calorífera, e a contribuição da propriedade passiva e não formativa do resíduo nutriente feminino, mais frio em sua natureza constitutiva:

Por agora está claro que a contribuição que a fêmea faz para a geração é a matéria nela usada, que esta é encontrada na substância que constitui o fluido menstrual, e finalmente, que o fluido menstrual é um resíduo. [...] Uma mulher é como se fosse um homem infértil; a fêmea, de fato, é fêmea devido a uma espécie de inabilidade, falta-lhe o poder da preparação do sêmen num estado final de nutrição [...] por causa da frieza da sua natureza. O macho provê a forma[□] e o princípio do movimento (ARISTOTLE, 1963, pp. 101-103).

Isto é, a fêmea provê o corpo, em outras palavras, o material.

Aristóteles deixa claro que o fraco resíduo seminal da fêmea é responsável pela produção de machos deformados, isto é, de descendentes do sexo feminino, pois a eles lhes faltava o princípio da alma, que é somente encontrado, de forma íntegra, no sexo masculino. Portanto, a não produção de machos parece ser devida, em princípio, à espécie de atuação da fêmea genitora:

Quando o sêmen entra no útero, ele fixa[□] o resíduo produzido pela fêmea e imprime nele o mesmo movimento com o qual ele próprio é dotado. A contribuição da fêmea, claro, é um resíduo também [...] e contém todas as partes do corpo potencialmente, embora nenhuma em atualidade; e „todas[□] inclui aquelas partes que distinguem os dois sexos. Da mesma forma que, às vezes, acontece de descendentes deformados serem produzidos por pais deformados e, às vezes, não, assim os descendentes produzidos por uma fêmea são, às vezes, fêmeas, às vezes, não, mas machos. A razão é que a fêmea é como se fosse um macho deformado, e a descarga menstrual é sêmen, embora numa condição impura; i. e., falta-lhe um constituinte, e somente um, o princípio da Alma (ARISTOTLE, 1963, pp. 173-175).

Nessa breve apresentação de pronunciamentos de Aristóteles sobre a fêmea, pode-se perceber uma acusação do feminino em relação à sua incapacidade de processar o seu sangue em um estado final de nutrição seminal. Isto devido à insuficiência de calor que caracteriza a sua natureza de fêmea. É por essa razão que o fluido menstrual é uma espécie de sangue seminal em condição impura, faltando-lhe o princípio da alma. Uma vez que, desde a tradição aristotélica, tal funcionamento do corpo feminino foi visto assim de forma tão negativa, a menstruação tornou-se tema e preocupação de sujidade e impureza, interligando a medicina, a religião e a cultura medievais.

Na esteira aristotélica, centrada na ideia da inferioridade biofisiológica da mulher, Galeno (131-201) desenvolveu interessantes pontos de vista acerca da deformidade anatômica da genitália feminina. Ao comentar, em seu *De usu partium* (Sobre as utilidades das partes do corpo) acerca da diferença de temperatura entre o sexo feminino e o masculino, ele acreditava que o calor, em bom excesso nos machos e ruim deficiência nas fêmeas, seria o responsável pela deformada formação genitálica destas.

Com isso, é claro, a fêmea deve ter testículos menores e menos perfeitos, e o sêmen gerado neles deve ser mais escasso, mais frio e mais úmido (porque essas coisas também acontecem necessariamente devido ao calor deficiente). Certamente, tal sêmen seria incapaz de gerar um animal. [...] Os testículos do macho são maiores à medida que ele é um animal mais quente. O sêmen gerado neles, tendo recebido o máximo de refinamento, torna-se o princípio eficiente do animal. Então, de um princípio planejado pelo Criador em sua sabedoria, aquele princípio, de acordo com o qual a fêmea foi feita menos perfeita do que o macho, derivaram todas estas coisas úteis para a geração do animal: que as partes da fêmea não podem escapar para fora; que ela acumula um excesso de nutriente útil, e tem sêmen imperfeito e um instrumento oco para receber o perfeito sêmen; que, uma vez que, tudo no macho é o oposto (daquilo que está na fêmea), o membro do macho foi alongado para estar mais apropriado para o coito e para a excreção do sêmen; e que este sêmen foi feito grosso, abundante e quente (GALEN, 196, pp.630-632).

Esses comentários, apresentam a imagem do sexo feminino em geral, e da mulher em particular, numa posição de discriminada inferioridade em relação ao homem. Tais comentários serviram de base para a formação de um antifeminismo tradicional, cujas marcas mais profundas de ultraje misógino apareceram durante a Idade Média, especialmente no pensamento religioso.

Para Aristóteles, em sua tentativa de explicar a geração dos animais, o esperma é um

resíduo de alimento que se acumula nas partes sexuais. Assim, ocorre uma fraqueza após a menor emissão de esperma, como se o corpo fosse privado do produto final da comida. Mas se o esperma for abundante, pode causar relaxamento, especialmente em pessoas jovens. Esse alívio também ocorre porque outros resíduos saem junto com os espermatozoides, que são substâncias mórbidas. O esperma é, então, a forma final do alimento processado, e o sangue também é um resíduo do alimento processado, com o qual Aristóteles conclui que o esperma é sangue, ou análogo ao sangue ou a um produto dele derivado. O referido sangue recebeu um cozimento, diferindo do sangue pela cor, mas quando não ocorreu, o sangue é expelido, como quando ocorrem excessos venéreos que não dão tempo para que ocorra o cozimento. A mulher de menos calor em sua conformação, produz um resíduo sanguinolento, que se chama secreção menstrual (ARISTOTLE, 1963).

Portanto, é evidente que a menstruação é um resíduo, que tem analogias com o sêmen dos homens. Portanto, produz uma fraqueza como no homem, se possível maior, pois eles expulsam os espermatozoides mensalmente, por isso não podem crescer tanto e ficam muito mais fracos. Nessa perspectiva, é fácil deduzir que não é possível a produção de duas secreções espermáticas distintas no mesmo ser, o que conclui que a mulher não contribui para a emissão de espermatozoides na geração, pois, “se ela emitiu esperma, ela não teria menstruação “ (ARISTOTLE, 1963).

Na realidade, o fato de ocorrer a menstruação implica que ela não pode ter espermatozoides (visão que perdurará até a chegada dos textos médicos árabes: Avicena, Rhazes, Constantino, o Africano etc., o que refutará essa teoria). Assim, é evidente que para Aristóteles a mulher contribui para a geração dando matéria, e que essa matéria é o que constitui a menstruação, sendo o fluxo menstrual um resíduo.

A mulher será caracterizada por uma impotência: a encarregada de transformar o sangue em espermatozoides da comida feita por falta de calor de sua natureza. Assim, tal como nos intestinos a falta de cozedura dá diarreia, nas veias a mesma causa produz fluxos sanguíneos, hemorroidas e menstruação: “porque são como as hemorroidas, a diferença é que estas últimas são por doença, enquanto a menstruação é natural.” Quando essas secreções de resíduos são feitas moderadamente, elas têm um efeito saudável no corpo, pois dessa forma ocorre uma evacuação de resíduos que são causa de desconforto para o corpo. Pelo contrário, quando não ocorrem ou são muito abundantes, o efeito é pernicioso: resulta em doença, ou enfraquecimento do organismo ... (ARISTOTLE, 1963).

Para esta escola científica, a mulher é imperfeita e, portanto, inferior ao homem; mas no mundo grego, onde essa ideia se configura, ninguém falava das mulheres como um potencial venenoso, capaz de matar a si mesma ou a quem a rodeia. Quando este conceito de imperfeição entrar em contato com a nova filosofia cristã que se impõe no Ocidente e com

certas tradições populares, a imperfeição das mulheres será imediatamente relacionada à tradição bíblica da impureza (Levítico), dando origem a novas possibilidades interpretativas de diferenças biológicas entre os dois sexos (CANET VALLÉS, 1996).

A misoginia medieval

Entre os mais célebres doutores da Igreja a misoginia foi marcante, tal como aconteceu com Santo Isidoro de Sevilha, Santo Alberto Magno e os monges inquisidores dominicanos Kramer e Sprenger.

Escreve Santo Isidoro de Sevilha (560-636) na sua obra *Etymologiae*:

Um homem é chamado Vir porque existe mais valor (virtus) nele do que na mulher. Daí também ele obtém o nome coragem ou, ainda mais, porque ele governa suas mulheres por força (vi). Mulier, a Mulher, é derivada de “fraqueza”, uma vez que “mollior” (mais fraco), com uma letra suprimida ou mudada, torna-se “mulier”. Elas são diferenciadas do homem tanto em coragem quanto em imbecilidade do corpo. O homem tem maior capacidade, mulher, menor, com a finalidade de que ela deve se submeter a ele: isto é, a fim de que, com as mulheres sendo difíceis nisso, a luxúria não deva compelir os homens a procurar em outro lugar e se prostituir com outro sexo. Ela é chamada “mulier” devido à sua feminilidade e não por causa da sua fraqueza em ter a sua castidade corrompida, porque a palavra do Espírito Santo é: “E Eva foi subitamente feita da parte do lado do seu homem”. Não pelo contato com o homem ela é chamada “mulier”. As Escrituras dizem: E ele (Deus) a formou em uma mulher (ISIDORE , 1962, pp.17-19).

Mais adiante, escreve Santo Isidoro sobre a menstruação:

A menstruação é o sangue supérfluo das mulheres. É chamada de menstruação por causa do ciclo lunar, momento que geralmente medeia a repetição do fluxo; pois em grego “lua” é dito “mene”. Em contato com esse sangue, os frutos não germinam; os mostos azedam; as ervas estão murchas; as árvores perdem seus frutos; o ferro é corroído pela ferrugem; bronzes ficam pretos. Se os cães comem algo que entrou em contato com ele, eles ficam com raiva. E o asfalto betuminoso, que não se dissolve com ferro ou água, esmigalha-se a ponto de respingar com esse sangue. Após vários dias de menstruação, o sêmen não é fertilizável devido à falta de sangue menstrual que pode irrigá-lo (ISIDORE, 1962, pp.23-24).

Apesar de ter sido originariamente abordada por Plínio, o Velho (23-79) foi, a partir de Isidoro de Sevilha, que essa verdadeira litania da desgraça do sangue menstrual entrou no imaginário das superstições medievais, adquirindo recrudescida virulência no final da Idade Média, quando a mulher passa a ser objeto de um obsessivo processo de demonologização (FONSECA, 2010).

Segundo Almeida (2016), estavam presentes no pensamento médico da época, e muitas vezes reforçada pela tradição médico-popular e principalmente religiosa, as representações da mulher e do corpo feminino apresentavam-se disseminadas em grande parte das obras e tratados médicos produzidos no curso do século XIII. Dentre os exemplos mais significativos desta influência figura o *De secretis mulierum* (“Segredo das mulheres”). Atribuído a Alberto Magno (1206-1280) ou a um de seus discípulos, este tratado teórico congregou as principais correntes de pensamento médico e filosófico do período.

A constituição da mulher no *De secretis*:

Porque uma mulher é fria por natureza, com calor insuficiente para digerir todo o alimento que é consumido, todo dia uma quantidade de fluido excessivo é armazenada, e este excesso deixa o corpo todo mês, como tem sido mostrado. O fluxo menstrual na mulher, como o esperma no homem, não é nada além de excesso de fluido do alimento que não foi transformado em substância no interior do corpo. Alguém pode perguntar, se os homens têm uma terceira digestão, por que eles não têm período menstrual? A resposta é que a terceira digestão ocorre no fígado, onde a maior quantidade de calor queima nos homens e por esta razão nenhuma impureza é deixada. Contudo, na mulher o calor é fraco, e então restam fluidos excessivos (MAGNUS, 1648, p. 64).

A ideia de nocividade do fluxo, de sua transformação em alimento durante e após a gestação e a concepção de inversão do aparelho reprodutor feminino em relação ao masculino também estavam presentes no *De secretis*:

A razão para isto é que as mulheres são totalmente venenosas no período de sua menstruação que elas envenenam animais pelo seu olhar; elas infectam crianças no berço; elas mancham o mais limpo espelho; e sempre que um homem tiver relações sexuais com elas, elas produzem leprosos e algumas vezes cancerosos. Alguém pode perguntar por que a menstruação não flui em mulheres grávidas. A resposta é que a menstruação é convertida no interior em alguma coisa, para tanto o texto diz que duas veias vão do útero para os seios, e então o fluxo menstrual é transferido para os seios, onde ele é cozido e adquire a forma de leite, e

retorna pelas veias para nutrir o feto no útero da mãe. (...) a mulher e o homem certamente tem membros similares com respeito existência de vida, mas não com respeito ao ato da geração. Contudo, de acordo com os médicos apesar da mulher não ter seus genitais para fora, ela entretanto tem seus testículos internos ligados ao útero por trás, e uma veia espermática como o homem tem (MAGNUS, 1648, p. 67).

Na célebre obra *Malleus maleficarum* (de 1484) (“O martelo das bruxas”) os demonólogos Kramer e Sprenger escreveram que mulheres “por serem mais fracas na mente e no corpo, não surpreende que se entreguem com mais frequência aos atos de bruxaria”. Para eles, a própria etimologia da palavra “feminino” bem explicaria a natureza da mulher, pois “femina” compõe-se de “fé” e “minus”, significando “pouca fé”. Para estes a conduta das mulheres poderia ser explicada por uma característica “anatômica”, pois: “convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente” (KRAMER; SPRENGER, 2011, p.47).

Segundo a historiadora e antropóloga Yolanda Beteta Martín (2009) a misoginia medieval foi consolidada pelo discurso religioso, recuperando a imagem da natureza feminina herdada da tradição cristã, judaica e oriental que tem o máximo expoente na figura da bruxa, um “monstro feminino” de grande transcendência no imaginário ocidental.

Escreve a mesma autora que, nesta perspectiva, ocorreu a deslegitimação dos saberes empíricos femininos mediante a demonização das curandeiras e parteiras que ficaram associadas a imagem de bruxas no discurso patriarcal que concebia a imagem das mulheres como seres de natureza impura, diabólica e monstruosa.

O demônio se constituía numa verdadeira obsessão para os homens e mulheres da época. O diabo era um ponto de referência para explicar tudo àquilo que carecia de explicação racional, desde as condições climáticas adversas até as más colheitas, as doenças e o nascimento de crianças com deformidades físicas. A imagem do demônio era associada a animais tais como bodes, sapos, lobos e gatos e a figuras humanas de aspecto lúgubre e traços grotescos. Imagens alimentadas pela descrição dos pregadores e teólogos que alimentavam a imaginação popular e a inspiração de artistas que deram forma plástica a este imaginário. Daí ser compreensível a relação entre o olhar maléfico do monstro Basilisco ao das mulheres.

A desqualificação das curandeiras medievais constitui um primeiro ataque contra o conhecimento empírico que tem as mulheres sobre seu corpo, e corresponde a um

enfrentamento entre o conhecimento empírico das mulheres e o conhecimento anátomo-científico masculino; um enfrentamento chave na medida em que aconteceu em um contexto marcado pela implantação da medicina como profissão e para cujo exercício se exigia uma formação universitária que excluiu as mulheres da sua prática (BETETA MARTÍN, 2009).

Contudo, os fundamentos aristotélico-galênicos sobre a inferioridade feminina não devem ser confundidos com a misoginia medieval, embora lhes sirvam de referência teórica.

Considerações finais

Assim, podemos concluir, que a contribuição dos tratados médicos de Trótula, cujo diagnóstico para uma série de doenças da mulher, refletem a sobrevivência das noções da fisiologia da mulher da Antiguidade e indicam que Trótula aderiu à medicina hipocrático-galênica: adotando a teoria dos humores, reconhece a menstruação como uma purgação necessária para manter o equilíbrio da saúde da mulher. Sua preparação teórica tomou por base os estudos de Hipócrates (460-377 a.C.), Galeno (129-200 d.C.), Dioscórides (40-90) e Oribásio (325-403 d.C.), autores resgatados pela medicina árabe.

Apesar das sua relevante contribuição ao conhecimento da saúde feminina, especialmente aos relacionados à ginecologia, obstetrícia, sexualidade e estética, o seu legado foi profundamente atingido pela misoginia que tentou apagá-la da história da medicina, sendo depois finalmente reconhecida pela história.

A misoginia como ideologia é a visão da mulher como portadora do mal e o temor com relação às mulheres, a qual foi incorporada no pensamento cristão e percorreu séculos na história humana, constituindo-se como elemento formador da suposta inferioridade feminina. Justifica práticas culturais e relações intersubjetivas na assimetria entre o masculino e o feminino, desenvolvendo sentimentos de inferioridade e culpabilidade na mulher. Assim, a misoginia não é uma invenção, mas um fato histórico (DELUMEAU, 2009).

Para finalizar, a obra “The complete master-piece” de Pseudo-Aristóteles organizada pelo médico inglês William Salmon (1644-1713), encerra-se com o seguinte poema:

Assim os segredos das mulheres examinei

E deixei-as ver como são feitas de forma curiosa:

*E que, embora sejam de sexo diferente,
 No conjunto são o mesmo que nós:
 Pois os mais esforçados pesquisadores
 Descubrem que as mulheres são apenas homens com a parte de fora
 virada para dentro:
 E os homens, basta que lancem um olhar em torno
 E talvez descubram que são mulheres, mas com a parte de dentro
 virada para fora.*

A bióloga do desenvolvimento Clara Pinto-Correia (1999, p. 326) faz o seguinte comentário sobre esse poema: “surpreendentemente, não é de todo ridícula, à luz da moderna biologia do desenvolvimento, a ideia dos dois sexos unidos em apenas um. O corpo dos mamíferos é inicialmente programado para expressar o fenótipo feminino, a menos que o cromossoma Y mude a regra após o início do processo”.

Portanto, “por ironia do destino”, no início todos os mamíferos são fêmeas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. A menstruação e a misoginia ocidental. In: **Historiae Rerum Naturalium**: ensaios histórico-culturais sobre as ciências biológicas. V.II, Recife: EDUFRPE, 2016, pp.264-274.
- ARISTOTLE. **Generation of Animals**. Trad. A. L. Peck. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1963.
- BETETA MARTÍN, Yolanda. Mujeres. Representaciones de la sexualidade feminina y educación de las mujeres. **Arenal**: 16(2): pp.213-232, 2009.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Duas noções fundadoras da construção da inferioridade feminina: o fisiologismo de Aristóteles e o etimologismo de Santo Isidoro de Sevilha. **Fazendo Gênero** 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

- CANET VALLÉS, José Luís. La mujer venenosa en la época medieval. Valencia: **LEMIR: Revista de Literatura Española Medieval y del Renacimiento**, n. 1, 1996.
- GALEN. **On the Usefulness of the Parts of the Body**. Trad. Margaret Tallmadge May. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1968.
- GREEN, Monica H. **The 'Trotula': A Medieval Compendium of Women's Medicine**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.
- ISIDORE OF SEVILLE. St. Isidore Hispalensis Episcopi, **Etymologiarum sive Originum** libri xx. Ed. W. M. Lindsay. Madrid: PAC, v. II, 1962, XI. ii. pp. 17-19, 23-24.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, Jacob. **O martelo das feiticeiras: Malleus maleficarum [1484]**, Rosa dos Tempos, 2011.
- MAGNUS, Albertus. **De secretis mulierum**. Amstelodami: apud Iodocum Ianssonium, 1648.
- MASIERO, Luciana Maria. Escola Médica Salernitana, procedimentos cirúrgicos estéticos e Trotula de Ruggiero: um trabalho de campo em Salerno (Itália). **TRIM**, 11: pp. 27-44, 2016.
- OLIVEIRA E PINHO, Lúcia Regina; BROCHADO, Cláudia Costa. A cultura médica disponível na Escola Médica Salernitana e sua presença nos tratados de Trótula. Seminário de Estudos Medievais na Paraíba (5.: 2019: Joao Pessoa, PB). **Anais do V Seminário de Estudos da Paraíba, 27 a 29 de novembro de 2019. Idade Média: perspectivas multidimensionais**. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, pp. 77-87, 2020.
- PINTO-CORREIA, Clara. **O ovário de Eva: a origem da vida**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- SIMONI, Karine. De dama da Escola de Salerno à figura legendária: Trotula De Ruggiero entre a notoriedade e o esquecimento. **Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010.
- SMAILI, Soraya. Os árabes e suas contribuições para a ciência e medicina. **Instituto da Cultura Árabe**, 23.10.2009.
- TERRIZZANO, Agustina. Mujeres Médicas: Trótula de Salerno: el mito que fue realidade. **ALMA Cultura y Medicina** - v.4, n. 3, 2018.

MOVIMENTO POLICIAIS ANTIFASCISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DO CAMPO DA ESQUERDA MILITAR.

FRANZ ARNALDO CEZARINO⁴

RESUMO: Este artigo analisa a atuação do Movimento Policiais Antifascismo nas mídias digitais. O processo de coleta dos dados primários se efetuou por meio do sistema screenshot (printscreen) sobre os conteúdos postados no mural público do grupo e dos comentários feitos pelos usuários no *Facebook*. Os resultados alcançados evidenciaram que o movimento se coloca à esquerda do campo político ideológico e as mídias digitais ampliam a escala de cobertura do movimento, dando-lhe maior visibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Policiais Antifascismo; Esquerda Militar; Mídias digitais.

ABSTRACT: This article analyzes the antifascism policemen movement in digital media. Public posts made on Facebook became search data. The primary data collect process was carried out through screenshot system on the group and of comments posted. Thus, it was possible to select pictures which contributed to understand the movement proposes. The results show that movement is placed to the left of the political field as well as these media expand the movement scale, giving it most visibility.

KEYWORDS: Policemen antifascism movement; Military Left-win; Digital media.

⁴ Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP.

1. Introdução

No dia 1º de março de 2018 o Manifesto dos Policiais Antifascismo foi publicado nas redes sociais para demarcar o campo de atuação e a agenda política do movimento. Esse manifesto, elaborado no I Seminário Nacional de Policiais Antifascismo⁵, em Setembro de 2017, no Rio de Janeiro, exhibe, dentre outras, as seguintes opiniões e pautas políticas: 1) o fascismo⁶ é um estilo de vida que expressa violência à diferença e tem crescido no Brasil; 2) os policiais devem possuir direitos à greve, a organizar-se ou filiar-se a partidos e não serem submetidos a prisões administrativas; 3) evitar o discurso de estado de guerra contínuo que tende a vitimar as populações pobres e negras; 4) lutar contra a atual política de repressão às drogas que acaba militarizando as forças policiais não solucionando o problema; 5) propõe a desmilitarização da polícia, a reestruturação horizontal das instituições policiais, evitando a formação de “castas” onde grupos minoritários são privilegiados em detrimento daqueles que estão nas ruas todos os dias (ANTIFASCISMO, 2018)⁷.

O Movimento Policiais Antifascismo é composto por vários profissionais da área da segurança pública, a saber: policiais militares, federais, civis e rodoviários federais, papiloscopistas, escrivães de polícia, bombeiros militares, guardas municipais e agentes prisionais (polícia prisional). Para o professor e delegado de Polícia Civil Fernando Antônio Alves (2018) o movimento eclode, principalmente, como repulsa aos discursos e práticas de extrema-direita que têm tomado conta de contingentes policiais. Policiais antifascismo surgem para promover o debate e resistir às políticas de desmantelamento do Estado social e dos direitos fundamentais na contemporaneidade. É um movimento de caráter progressista que luta por causas sociais, étnicas, de gênero e identidade (ALVES, 2018).

Outro importante documento do movimento foi publicado no dia 5 de Junho de 2020 e assinado por 500 policiais. Intitulado *Policiais Antifascismo em Defesa da Democracia Popular* e também em formato de manifesto, ele está envolto no seguinte contexto:

O que se apresenta neste momento, como uma ameaça singular, é a institucionalização e o avanço destes mecanismos de controle e repressão, que pretendem afastar toda e qualquer forma de oposição ao modelo político-jurídico-econômico

5 O evento teve a presença de várias lideranças políticas nacionais como Marcelo Freixo (PSOL), Maria do Rosário (PT) e Ciro Gomes (PDT). O II Seminário Nacional dos Policiais Antifascismo aconteceu em Salvador, Bahia, nos dias 14 e 15 de Março de 2018. Evento esse integrado ao Fórum Social Mundial.

6 De acordo com o Dicionário de Política, o fascismo é definido por um sistema de dominação político autoritário, tendo como principais características: 1) o monopólio da representação política, ou seja, a existência de um único partido de massa; 2) oposição aos valores liberais individualistas; 3) oposição ao socialismo e ao comunismo; 4) controle das informações e dos meios de comunicação, 5) Estado totalitário, etc. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998).

7 As fontes secundárias obtidas por meio de páginas na internet estão citadas no final do texto.

neoliberal. Não podemos esquecer que, ao assumir a Presidência da República, Jair Bolsonaro afirmou que iria “banir toda a forma de ativismo em nosso país”. Essa é a orientação dos gabinetes do ódio, que transformam as fake news em instrumentos de perseguição política (POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2020, p.2).

Os meses de Abril, Maio e Junho de 2020 foram marcados por manifestações de apoiadores do Governo Federal pedindo o fim do Supremo Tribunal Federal e a instauração de uma intervenção militar. Além disso, a tentativa do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, exposta em rede nacional, de tentar politizar e comandar as ações da Polícia Federal foi o ápice para a eclosão de movimentos opostos em defesa da democracia.

Mas o documento ainda buscou denunciar a repressão que o Movimento de Policiais antifascismo vem sofrendo:

Neste exato momento de ameaças de ruptura da ordem democrática institucional, “com as armas da democracia”, o Movimento Policiais Antifascismo está sendo covardemente atacado por uma investigação política do Ministério Público do Rio Grande do Norte. De acordo com o procedimento preparatório, com mais de 600 páginas, somos enquadrados ficticiamente como “grupo paramilitar”, com dezenas de policiais antifascismo sendo identificados com fotos, endereço e telefone (POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2020, p.2).

Evidencia-se que, mesmo com tão pouco tempo de existência, o movimento já sofre perseguições, inclusive de instituições democráticas. Porém, esse não é o único exemplo. Em Dezembro de 2018 o policial militar João Maria Figueiredo fora executado em São Gonçalo do Amarante - RN com cinco tiros na cabeça, e colegas citam inimigos dentro e fora da corporação. Mais um caso envolvendo policial militar foi o do Tenente Martel Alexandre del Colle do Rio Grande do Sul que foi aposentado em 2019 aos 29 anos por afirmar, na sua conta do *Facebook*, que não apoiava Jair Bolsonaro.

É nesse contexto de tensão que o Movimento Policiais Antifascismo no Brasil contemporâneo se torna um fenômeno a ser estudado. Por um lado, vê-se a tendência de conscientização enquanto classe trabalhadora e o fomento de pautas progressistas e democráticas; por outro, observa-se a tentativa de repressão e silenciamento por parte de agentes governamentais e estatais.

Essa dinâmica instigou a investigação, principalmente, do *modus operandi* desse coletivo. Por isso, os objetivos específicos deste artigo são: 1) compreender ideias e ações do

movimento e 2) conhecer os meios utilizados para a efetivação de suas pautas. Tais propósitos contribuirão para alcançar o objetivo central, demonstrar que o Movimento de Policiais Antifascismo se configura como uma organização de esquerda e utiliza o *Facebook* como uma de suas ferramentas políticas.

Para dar conta dos objetivos, dois caminhos serão percorridos: 1) utilizar-se-á o conceito de Esquerda Militar de João Quartim de Moraes (2005), tornando inteligível o Movimento Policiais Antifascismo no Brasil e os dados coletados; e 2) serão escolhidas, como dados de análise, as postagens públicas feitas por esse grupo na plataforma *Facebook*. Sendo assim, este trabalho possui as mídias digitais como campo de pesquisa.

O *Facebook* é caracterizado:

[...] como um website, que interliga páginas de perfil dos seus utilizadores. Tipicamente, é nestas páginas que os utilizadores publicam as mais diversas informações sobre eles próprios, e são também os utilizadores que ligam os seus perfis aos perfis de outros utilizadores (Buffardi e Campbell, 2008; Tufekci, 2008 apud CORREIA, MOREIRA, 2014, p. 168).

Foram registrados nessa plataforma mais de 1.150 milhões de utilizadores em 2015 (CORREIA, MOREIRA, 2014) e, no Brasil, 86% dos brasileiros com acesso à internet usam essa rede social (ALVES, 2016). Esses dados comprovam que o *Facebook* se configura como espaço de produção de ideias, representações, interações e emergência de novos sujeitos e coletividades.

O procedimento de coleta dos dados se deu através do sistema *screenshot*, mais conhecido como *printscreen*, que permite salvar a imagem que aparece na tela do computador. Ao abrir o *Facebook*, foi colocada, na barra de pesquisa, a nomenclatura ‘Policiais Antifascismo’. Imediatamente apareceu a página do movimento que também se intitula como “Organização Política”. Nesse grupo foi possível visualizar postagens públicas feitas no mural, reações e comentários de usuários sobre os conteúdos. A partir disso, foram analisadas as postagens publicadas pelo movimento, os comentários e as reações que as pessoas fizeram. Quantificar e diferenciar os tipos de reações se tornou um recurso importante para perceber as tensões existentes dentro da página.

2. As mídias digitais como campos da vida social e da pesquisa

De acordo com Richard Miskolci (2011 p. 12) “Mídias digitais são uma forma de se referir

aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede [...]”. Essas novas mídias têm a capacidade de visibilizar pessoas e grupos que não alcançavam os meios de comunicação tradicionais. Miskolci (2011) utiliza o termo “protagonismo individual” para demonstrar que, atualmente, novos modelos de comportamento são agenciados pelas pessoas que vivenciam as mídias digitais.

As mídias não apenas geram novos modelos de comportamento, mas abrem espaços para pessoas que tinham dificuldades de conceber relacionamentos de forma pessoal. Isso acontece pelo fato dessas mídias, hoje em dia, constituírem e configurarem a vida social. Não é à toa que a Sociologia Digital, subdisciplina da Sociologia, surgiu nos últimos anos em resposta aos impactos das novas tecnologias (LUPTON, 2019). Aquele (a) que nega a importância das mídias digitais na produção de experiências está condicionado (a) a ver muitos fenômenos de forma limitada.

Felipe Padilha e Lara Facioli (2018, p.306) argumentam que ao se falar em digital, não se tem em vista o processamento dos dados numéricos, mas o “[...] aspecto sociotécnico das relações, isso é, de relações híbridas envolvendo humanos e não-humanos”. Foi a *Web 2.0* surgida em 2000 que transformou os provedores em plataformas interativas promovendo sociabilidades e evidenciando estilos de vida de variados públicos. As relações produzidas na internet estão diametralmente ligadas à vida cotidiana, e isso traz implicações para a pesquisa.

Assim, qualquer abordagem que deseja compreender os usos da internet e das mídias digitais não deve começar exclusivamente pelo traço do ciberespaço, mas compreender a sua articulação com atividades e projetos que compõem o solo da vida cotidiana (PADILHA, FACIOLI, 2018, p. 310).

Os usos que as pessoas fazem da *internet* estão relacionados à vida que elas vivem. Quando os indivíduos ou um coletivo entra em uma plataforma, eles fazem de forma interessada, seja para criar novos vínculos, estudar, divulgar sua própria imagem, articular-se politicamente, etc. Existe, então, um espaço fértil para pesquisas acadêmicas. As mídias digitais contemplam os campos da vida social e da pesquisa.

Outra questão pertinente tem a ver com a autoria nas mídias digitais. Uma pessoa pode se conectar assumindo sua própria identidade, mas também pode fazer isso de forma anônima. Existem aqueles perfis que são identificáveis, porém, ao publicar conteúdo, pode acontecer de não ter como saber por quem foi postado. Quem foi pessoa que colou o conteúdo e apertou *enter*? É o caso, por exemplo, dos coletivos e movimentos sociais que

abrem perfis em plataformas *on-line*. A questão aqui se insere no campo da pesquisa, já que a autoria é fundamental para as Ciências Humanas.

Filipe Cezarinho (2018), ao entrar no debate da pesquisa em mídias digitais no campo da História, entende que a falta da autoria sobre uma documentação não inviabiliza a pesquisa. “[...] todo e qualquer registro que pode ser acessado em plataformas digitais fazem parte de determinada sociedade em tempo/espaço específicos, assim podendo ser interligado socialmente por práticas discursivas que circulam” (2018, p.336). O historiador, apoiado nos pressupostos de autoria (Michel Foucault) e de lugar e espaço (Michel de Certeau), fornece subsídios para analisar as publicações que não prescindem de autoria, mas que configuram como potenciais registros para a produção do conhecimento histórico e que, portanto, não devem ser negligenciados.

Dessa forma, as publicações feitas pelo Movimento de Policiais Antifascismo, objeto de investigação deste artigo, tornam-se relevantes, mesmo quando não se sabe qual pessoa as colocou ali.

3. A Esquerda Militar como conceito e campo de estudo

Formulado por João Quartim de Moraes (2005) o conceito de Esquerda Militar oferece uma lente para conceber a participação de militares progressistas à esquerda nas Forças Armadas em acontecimentos relevantes para a nação, defendendo uma sociedade democrática.

O autor buscou na Assembleia Nacional de 1791 na França as metáforas entre esquerda e direita para embasar seu conceito. Era a localização espacial do grupo partidário que defendia o progresso e a igualdade social de um lado (à esquerda), e o grupo oposto, formado por partidários dos privilégios e contra a igualdade (à direita) que fundamentavam essas nomenclaturas. São essas definições históricas baseadas em valores que marcaram as diferenças entre os dois termos. Todavia, de acordo com Quartim de Moraes (2005), como são valores, é preciso fazer referência a situações históricas concretas para que elas realmente encontrem significados. Então ele afirma que:

Há um século, a causa da igualdade se concretizava no abolicionismo. Hoje, na reforma agrária, no combate sindical e partidário pelos direitos sociais dos trabalhadores, na defesa da economia nacional contra os trustes e a agiotagem do capital financeiro internacional, na luta contra o imperialismo e as guerras de recolonização (QUARTIM DE MORAES, 2005, p. 31).

A investigação de situações que ocorreram ou ocorrem pode depreender a existência de uma esquerda, e no caso em questão, uma esquerda militar. Por isso, é importante situar historicamente tais acontecimentos. Assim fez o autor ao demonstrar a repulsa de muitos militares, inclusive do Marechal Deodoro e do Major Benjamin Constant, ao sistema escravocrata; a revolta dos marinheiros subalternos iniciada em 1910, conhecida como revolta da chibata; a contestação da jovem oficialidade do Exército ao sistema de privilégios e do monopólio do poder político dado às oligarquias agrárias na República Velha, movimento conhecido como tenentismo; dentre outros (QUARTIM DE MORAES, 2005).

O conceito de esquerda militar formulado por João Quartim de Moraes pode ser apreendido como uma categoria analítica ou por um parâmetro político, justamente por recuperar a existência desses grupos e suas intervenções políticas e teóricas, até mesmo em clandestinidade (CUNHA, 2009), fato que ocorreu principalmente durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985.

Paulo Cunha (2009) também informa que “a centralidade que substancia e, ao mesmo tempo, preenche o conceito de Esquerda Militar - vetores morais e políticos - é válida contemporaneamente, e, abre projetivamente outras linhas de pesquisa” (CUNHA, 2009, p. 4). Assim, ele também se torna um campo de estudos que não se esgota nos acontecimentos do passado.

Se os vetores morais e políticos amparam o termo, eles também servem para ampliar o objeto de investigação e os campos de aplicação em realidades temporais e espaciais distintas. Dessa forma, não apenas os militares das Forças Armadas, mas os (as) policiais, militares ou não, podem ser visualizados por essa lente conceitual, justamente pelo fato de se colocarem como atores políticos à esquerda e defenderem pautas progressistas. Essa é a lente conceitual que dá inteligibilidade às ações e ideias do Movimento Policiais Antifascismo.

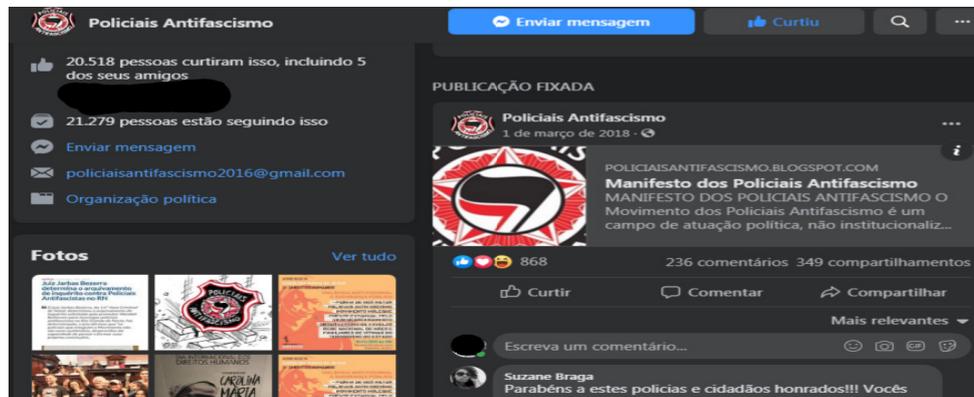
4. Policiais Antifascismo no *Facebook*

Ao digitar “Policiais Antifascismo” na barra de pesquisa do *Facebook*, logo aparece a página oficial. Na página inicial tem uma publicação fixada datada de 1º de Março de 2018, mas as primeiras postagens começaram a ser feitas em 2017. Ao clicar no conteúdo, o *hiperlink* nos leva ao *blog* do Movimento policiais Antifascismo. O documento que está publicado é o “Manifesto dos Policiais Antifascismo”. Essa postagem fixada no mural tem o intuito de

demonstrar de imediato o que esse movimento pretende.

Figura 1 - Policiais Antifascismo (Página Inicial)

Fonte: Arquivo do autor (Setembro de 2020)



A figura 1 contém muitos detalhes. A princípio, observa-se que 21.279 pessoas seguem a página. Abaixo do número de seguidores está descrito o *e-mail* para contato, assim como o botão em cor azul para envio de mensagem privada, este localizado acima da publicação fixada. A publicação define as pautas políticas do movimento. Foram 236 comentários, 349 compartilhamentos e 868 reações. As informações que mais despertaram comentários tiveram a ver com os dois primeiros tópicos que apontaram o crescimento do autoritarismo no Brasil e a percepção de policiais enquanto trabalhadores.

O primeiro tópico demonstra o ódio que o fascismo possui contra as diferenças e que esse sentimento tem aumentado exponencialmente no país. Além disso, explicita as consequências diretas sobre as políticas de segurança pública, das quais: a noção de guerra constante, o cárcere e o uso de armas pela população seriam as possibilidades no combate à violência.

Bom, os dados da violência contidos no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)* demonstram que 11 a cada 100 mortes intencionais foram provocadas pela polícia, dando uma média de 17 pessoas mortas por dia. Em 2018 foram 6.220 vítimas da polícia, havendo assim, um aumento de 19,6% em relação a 2017. 99,3% das vítimas são homens; 77,9% estão na faixa entre 15 a 29 anos; e 75,4% são negros.

Por outro lado, o Brasil é o país em que as taxas de vitimização de policiais também são altas. O aumento da criminalidade na sociedade brasileira cria uma relação proporcional entre mortes de civis e policiais. 343 policiais civis e militares foram assassinados, porém

houve uma diminuição de mortes de 8% em relação a 2017. Dentre as vítimas policiais 75% delas não estavam em serviço (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

O segundo tópico evidencia o direito à greve, à livre associação, a busca por melhores condições de trabalho e se coloca contra prisões administrativas. Na concepção do movimento, esses elementos geram uma condição de subcidadania do (a) policial, principalmente daqueles (as) que se alocam na base da pirâmide hierárquica.

Esses ideais e ações são muito parecidos com demandas históricas de policiais. Felipe Garcia (2019), ao analisar a esquerda policial e sua ação política em São Paulo, no período entre 1946-1964, demonstra que havia uma interação entre a Força Pública e a Guarda Civil, de forma corporativa, para alcançar direitos trabalhistas⁸, defender a democracia e lutar por causas nacionais. “[...] as articulações e mobilizações dos policiais de esquerda ocorriam em seus centros sociais, uma vez que, por tratar-se de um local mais reservado e destinado às famílias dos policiais, as agremiações sofriam menos [...]” (GARCIA, 2019, p. 127). Entende-se, assim, a maneira que se dava a ação política em um período de forte vigilância dos agentes do estado. Desdobraram-se disso as manifestações nos anos 1950, a participação no movimento grevista de 1961, na campanha “O Petróleo é Nosso!”, dentre outros eventos.

No que tange ao Movimento Policiais Antifascismo, a novidade agora é o uso de mídias digitais como meio para operacionalizar as ações políticas. Esse mecanismo amplia rapidamente sua escala de atuação, porém, o torna mais visível e vulnerável a críticas e intervenções diretas de seus opositores. Não é à toa que na figura 1 vários comentários criticavam o movimento, assim como reações de riso foram colocadas, dando a entender que esses sujeitos não têm legitimidade alguma, chegando até a ironizar o manifesto.

Entretanto, a visibilidade em larga escala é interessante já que promove o compartilhamento das ideias do movimento facilmente. É dessa maneira que a bancada antibala é apresentada no *Facebook*.

⁸ Os departamentos de polícia dos Estados Unidos vivenciaram as questões trabalhistas na década de 1960 por causa dos sindicatos policiais que começaram a agir com força buscando adquirir novos direitos, o que gerou uma série de problemas para a administração policial (GOLDS-TEIN, 2003).

Figura 2 - Policiais Antifascismo (Bancada antibala)

Fonte: Arquivo do autor (Setembro de 2020)



O hiperlink dessa publicação leva o usuário ao site da Uol. Postagem feita no dia 15 de Setembro de 2020, mostrou os (as) policiais pré-candidatos (as) aos cargos legislativos nas eleições municipais. Foram 24 comentários e 573 reações positivas. Dessa vez não houve reações de ódio ou ironia. Os comentários também foram positivos e afirmavam a função de servidores públicos que são os policiais e que, por isso, deveriam lutar por uma sociedade mais justa.

O texto que o movimento escreve no mural junto ao conteúdo informa que eles são a possibilidade real da construção de uma frente ampla contra o fascismo. Já a reportagem possui as fotos dos (as) policiais pré-candidatos (as) e breves falas no corpo do texto.

Martel Alexandre Dell Colle, pré-candidato a vereador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em Curitiba, faz duras críticas à ideia de que “a polícia tem que subir morro para dar tiro”; Pedro Chê, pré-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em Natal, fez duras críticas às carreatas em plena pandemia de COVID-19, e também é contrário à noção de que segurança pública é caso apenas de polícia; Fabrício Rosa, policial Rodoviário Federal, gay, milita em uma associação de policiais LGBTQI+ e se pré-candidatou a vereadores pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em Goiânia; A guarda municipal de Canoas, Luciana Rocha, candidatou-se à vereança pelo Partido Verde (PV) defende o policiamento comunitário e faz duras críticas às fardas camufladas da GCM que tende a torna-los “um puxadinho da brigada militar”. Isso afastaria a GCM da população. Há outros (as) pré-candidatos em vários municípios brasileiros.

Ao todo foram 27 candidatos e candidatas membros do coletivo que disputaram as eleições municipais em 2020. O Movimento de Policiais Antifascismo publicou no dia 23 de Novembro uma nota com o título “Congratulações, Policiais Antifascismo. Fizemos o bom combate!” (MOVIMENTO POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2020, s/n). Essa nota, em tom de congratulação aos/às policiais que disputaram o sufrágio, traçou o panorama da atuação e o definiu como positivo, apesar de apenas um policial ter sido eleito como vice-prefeito em Lagoa de Velhos - RN. O Movimento entende como positivo no processo eleitoral o fato de ter-se colocado de vez no cenário político expondo claramente sua pauta antifascista.

Entretanto, a publicação também contém um conteúdo que chama atenção. Versa sobre possível dissenso entre o Movimento e alguns/algumas policiais ao conduzirem as coalizões para as disputas eleitorais. Alguns candidatos escolheram partidos que não se identificavam com o campo da esquerda e a nota é bem insinuante ao informar que:

[...] isso poderá custar caro aos camaradas que escolheram o pragmatismo eleitoral em detrimento a coerência política, ideológica. Mas ainda assim, todos e todas fizeram o discurso e mantiveram um conteúdo programático no campo progressista, no espectro Antifascismo” (MOVIMENTO POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2020 s/n).

Esse trecho revela muito mais que uma crítica à postura de alguns policiais durante o pleito, ele demonstra que a produção de coesão dentro do grupo pode não estar consolidada. Investigações posteriores poderão elucidar essa situação.

O grande objetivo dessa frente, na concepção do movimento, é combater a bancada da bala que defende o slogan do “Bandido bom é bandido morto”, as políticas de encarceramento e de flexibilização do porte de armas. Bancada da Bala se refere aos 35 deputados federais apoiados pelas associações de atiradores, associações de policiais militares e civis e a indústria bélica. É um grupo conservador que está alocado em partidos de direita.

As eleições municipais de 2020 tiveram um quantitativo considerável de policiais e militares candidatos (as) a cargos de vereador (a), vice-prefeito (a) e prefeito (a) (CUNHA, 2020). Essa foi a primeira eleição na era do presidente Jair Messias Bolsonaro, ex-militar das Forças Armadas. Apesar de haver bastantes policiais e militares à esquerda do campo político, a grande maioria pertence aos partidos à direita (FERNANDES, 2020).

Dentre as causas que fomentaram esse aumento no número de policiais e militares disputando o pleito eleitoral, Cláudio Couto (apud Marcella, 2020) afirma que quando um (a) policial se lança a algum cargo, o público entende isso como uma ação positiva em

questões de segurança pública, pois acredita que esse sujeito se preocupa com o problema da violência. Para Paulo Cunha (apud Marcela, 2020) o forte associativismo preenchido de viés político condicionou essas candidaturas também nos grupos à esquerda.

Para finalizar a análise da figura 2, cabe falar sobre a imagem que aparece no canto esquerdo. É um vídeo de um debate que ocorreu no dia 10 de Setembro de 2020 com o título “A maconha é nossa: regulamentação do plantio da maconha para fins terapêuticos e medicinais”. Esse debate está dentro das pautas do movimento que combatem as atuais políticas antidrogas efetivadas na segurança pública brasileira. Orlando Zaccone, delegado de polícia civil do Rio de Janeiro, deixa bem claro que o movimento de policiais antifascismo defende a legalização, produção e comercialização de todas as drogas. Isso viabilizaria o controle por parte do estado e avançaria nas questões da saúde pública. Ou seja, a perspectiva não se restringe à Segurança Pública. As suas ações políticas compreendem os fenômenos interconectados e não isolados.

O racismo e seus desdobramentos na segurança pública é outro exemplo de interconexão entre fenômenos que esses (as) policiais colocam em evidência.

Figura 3 - Policiais Antifascismo (Publicação sobre racismo)

Fonte: Arquivo do autor (Setembro de 2020)



No dia 14 de junho de 2020 foi publicada no mural uma reportagem sobre a análise que Kléber Rosa, policial civil do estado da Bahia, fez sobre a agressão de um PM branco a um policial civil negro. A postagem teve 286 reações, 5 comentários e 78 compartilhamentos. Os comentários criticavam a estrutura racista da sociedade. Sobre as reações, 27 delas

expressavam tristeza, o sentimento de raiva apareceu 6 vezes, 2 de surpresa pelo acontecido e 2 desejando força. As 237 curtidas e 10 “amei” revelam que os leitores e as leitoras gostaram da análise proposta pelo policial.

A reportagem publicada pela Ponte tem como pano de fundo o crime de racismo cometido por um policial militar branco contra um policial civil negro em São Paulo, no mês de Junho de 2020. O policial civil levava três suspeitos à delegacia quando foi abordado pelo PM que o mandou deitar no chão.

Para o policial antifascista Kleber Rosa, o racismo é algo tão forte que supera o próprio corporativismo policial e tem muito a ver com as políticas eugenistas no início do século XX no Brasil que ainda influenciam na segurança pública.

Não propomos analisar essa argumentação aqui. O que importa no momento é demonstrar que a agenda dos policiais antifascistas cobre uma dimensão ampla da realidade social. Eles (as) deixam claro que não há avanços nas políticas de segurança pública sem discutir o racismo na construção da sociedade e na formação de policiais.

O Movimento Policiais Antifascismo em sua página no *Facebook* também publica a participação de seus policiais em manifestações. Em 2019 vários membros do movimento foram às ruas brasileiras protestar contra a reforma da previdência, colocando-se como trabalhadores.

Figura 4 - Policiais Antifascismo (Manifestações contra a Reforma da Previdência)

Fonte: Arquivo do autor (Setembro de 2020)



A figura acima é a junção de três fotos publicadas no grupo do movimento que exibem a participação de policiais antifascistas em manifestações contra a reforma da previdência em 2019 nos estados do Paraná e Pernambuco. As imagens tiveram reações positivas, porém poucos comentários e compartilhamentos.

Tanto a classe política, a mídia tradicional e as fontes oficiais do Estado expuseram dados nos quais a Previdência Social possuía déficit e que, por isso, uma reforma se fazia urgente. Porém, de acordo com dados científicos, o déficit não se verifica na realidade, visto que o cálculo feito incide apenas sobre o saldo previdenciário, rejeitando as outras formas de arrecadação, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) que, juntos, deixam o orçamento da seguridade social superavitário e não deficitário. As análises mostram que o próprio Governo desvia o orçamento para pagamento de juros de despesas financeiras (SOUZA, 2015).

As mudanças relativas à reforma da previdência de 2019 não são objeto de investigação aqui. O que se torna relevante como dado neste artigo é a participação do Movimento de Policiais Antifascismo em manifestações democráticas em defesa de causas da classe trabalhadora. Isso corrobora com a pauta descrita no manifesto do movimento que descreve os (as) policiais como trabalhadores (as).

Até aqui, os resultados apresentados demonstram que o Movimento de Policiais Antifascismo age de forma intensiva na plataforma *Facebook* onde compartilha muitas informações. A página do grupo contém uma quantidade enorme de conteúdos postados que não puderam ser destacados aqui. Além do *Facebook*, o movimento participa de outras plataformas digitais como *Twitter* e *Instagram*, além do *blog* que possui todos os artigos publicados por policiais. Todas essas mídias podem e devem se tornar objeto de investigação para ampliar o entendimento sobre o fenômeno. Elas demarcam, historicamente, uma ferramenta nova para a Esquerda Militar no Brasil, pois abrangem muito mais pessoas.

Os dados também despertam o interesse para os valores políticos que o movimento possui. O Movimento Policiais Antifascismo se aloca à esquerda porque a luta contra as injustiças sociais e a busca por mudanças evidenciam a defesa da igualdade e do progresso (QUARTIM DE MORAES, 2005).

Além disso, o coletivo faz ecoar a ideia de que a polícia deve ser uma instituição defensora e mantenedora ordem democrática. Essa noção encontra fundamento na teoria política. Jean-Claude Monnet (2006), ao pensar a polícia por meio da abordagem política, escreve que:

[...] uma sociedade livre não pode dispensar um certo nível de ordem, ou ainda, de previsibilidade, nas trocas sociais cotidianas. Quer se trate de limitar a extensão dos comportamentos predadores sem retroceder à autodefesa dos séculos passados, de facilitar os deslocamentos em sociedades marcadas pela mobilidade, de regradar as divergências pelas quais uma arbitragem é pedida ou deve ser imposta, a força do elo social e a qualidade de vida de que se beneficia a maioria dos cidadãos das sociedades ocidentais dependem, em boa parte, da maneira como a polícia cumpre as tarefas para as quais ela é solicitada ou que ela própria se atribui. Não só os cidadãos esperam da polícia que ela lhes assegure um certo nível de segurança, mas lhe pedem que o faça de tal modo que sua convicção democrática saia reforçada (MONET, 2006, p.29).

O que caracteriza a polícia não é a repressão, mas sim a possibilidade da manutenção de uma sociedade na qual os valores democráticos sejam respeitados e reafirmados. Sociedade esta em que seus cidadãos possam usufruir dos direitos que lhes são dados. A construção desse tipo de polícia é possível com uma mudança de paradigma. Assim, inovações organizacionais surgem. O Movimento Policiais Antifascismo parece entender bem isso.

Considerações Finais

Este breve trabalho teve como intuito analisar as ações e ideias do Movimento Policiais Antifascismo na plataforma *FaceBook*. Os resultados comprovam que esse coletivo atua a partir do polo à esquerda do âmbito político.

Tais descobertas favorecem a produção de novas pesquisas no campo da Esquerda Militar. Pode-se argumentar que o artigo parece comprar a ideia de que o Movimento Policiais Antifascismo é de esquerda. Mas o objetivo foi justamente esse. A relevância do trabalho está exatamente em construir um objeto de pesquisa dentro de um campo de estudos. Sendo assim, não há problema algum em fazer tal afirmação. Os dados primários comprovaram que o coletivo se coloca à esquerda do campo político.

O que pode ser problematizado de agora em diante tem a ver com os (as) policiais e até que ponto esses sujeitos divergem ou não das premissas do Movimento. Essa questão suscita novas investigações partindo dos indivíduos. Podem aparecer contradições significativas dentro do coletivo como acontece em qualquer outro movimento social. Tangenciar essa questão é importante para encontrar possíveis limitações da própria organização.

As ações de policiamento idealizadas e praticadas, por exemplo, por esses policiais devem ser investigadas também. Uma organização que defende os direitos fundamentais e luta contra a política de repressão provavelmente imagina um tipo de policiamento distinto.

O Movimento Policiais Antifascismo, de acordo com os dados coletados, percebe que o problema da segurança pública não se resolve com mais polícia e mais repressão. A violência como fenômeno social se expressa por meio de vários âmbitos. Por isso, as suas pautas articulam o racismo, a homofobia, a desigualdade social, dentre outros fenômenos. Isso é bastante inovador.

Já a participação de policiais em vários partidos políticos e as candidaturas desses (as) nas eleições de 2020 demonstram que o movimento busca ocupar os espaços de poder na política para viabilizar suas demandas. Essas articulações necessitam de inquirição mais profunda. Ademais, a oposição feita pelo movimento contra a bancada da bala reafirma a vivacidade do embate ideológico entre esquerda e direita no Brasil.

Importante também são as mídias digitais como ferramentas utilizadas pelo movimento. Elas dão maior visibilidade e facilitam as interações sociais e políticas. As pessoas passaram a conhecer a existência de policiais com ideias e práticas revolucionárias, e isso mudou a concepção de muitas delas sobre a relevância de se construir uma polícia defensora de direitos e liberdades e que reafirme a importância da democracia. Gera-se um protagonismo que tende a fomentar modelos possíveis de comportamento tanto do (a) policial quanto da instituição.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO brasileiro de segurança pública. Fórum brasileiro de segurança pública, ISSN 1983-7364, 2019.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : **Editora Universidade de Brasília**, 1 la ed., 1998.

CEZARINHO, Filipe. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. Temporalidades - **Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 26, V. 10, N. 1 (jan./abri. 2018).

CUNHA, Paulo Ribeiro da. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas. In: **Anais do III Encontro Nacional da ABED**, 2009. Disponível em <<http://www.abeddefesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf>>.

GOLDSTEIN, Herman. Policiando uma Sociedade Livre. Tradução Marcello Rollebreg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. - São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2003. - (Série Polícia e Sociedade; n.9/Organização: Nancy Cardia).

JOÃO QUARTIM DE MORAES. A esquerda militar no Brasil. Volume I: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. Ed. 2. rev - São Paulo : **Expressão Popular**, 2005.

LUPTON, Deborah. Sociologia digital: para além do digital, rumo ao sociológico. **Preludios**, Salvador, v. 8, n. 8 p. 137-145, jul./dez. 2019.

MISKOLCI, Richard. Novas Conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos** (Natal. Impresso), v. 12, p. 9-22, 2011.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. - 2. Ed. 1. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Série Polícia e Sociedade; n.3).

PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. Sociologia Digital: apontamentos teórico-metodológicos para uma analítica das mídias digitais. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 54, N. 3, p. 305-316, set/dez 2018.

SOUZA, José Francisco de. A falsa crise da Seguridade e Previdência Social: avaliação crítica e subsídios para um novo modelo, a partir da expansão dos fundos de pensão. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, vol.8, nº 1, 2015, p. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 39 - 54. DOI: 10.12957/synthesis.2015.25829.

Fontes:

ALVES, Fernando. Policiais antifascismo: um conceito. **Saibamais**. Disponível em: <<https://www.saibamais.jor.br/policiais-antifascismo-um-conceito/>> Acesso em 31 de mar. 2020.

ANTIFASCISMO, Policiais. 500 policiais assinam manifesto contra o fascismo e pela democracia no Brasil. Disponível em: <<http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2020/06/500-policiais-assinam-manifesto-contra.html?view=classic>> Acesso em 04 de jul. 2020.

ANTIFASCISMO, Policiais. Manifesto Policiais Antifascismo. Disponível em: <<http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2018/03/manifesto-dos-policiais-antifascismo-o.html?view=magazine>> Acesso em 17 de jun. 2020.

ANTIFASCISMO, Policiais. Congratulações, policiais antifascismo. Fizemos o bom combate! Disponível em: <http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2020/11/congratulacoes-policiais-antifascismo.html?view=magazine> Acesso em 20 de dez. 2020.

CUNHA, Carolina. Mais de 6.700 policiais e militares se lançam candidatos; PSL lidera casos. **Uol**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/09/29/mais-de-6700-policiais-e-militares-se-lancam-candidatos-psl-lidera-casos.htm>> Acesso em 12 de out. 2020.

FERNANDES, Marcella. Número de candidatos a prefeito que são militares reformados ou PMs mais do que dobra. **HUFFPOST**. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/militares-e-policiais-candidatos-prefeito-2020_br_5f738dc8c5b6d698bb24a4ea> Acesso em 12 de out. 2020.

MENDONÇA, Jeniffer. Bancada antibala: policiais lançam pré-candidaturas contra discurso bandido bom é bandido morto. **Ponte**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ponte-jornalismo/2020/09/15/bancada-antibala-policiais-lancam-pre-candidaturas-contra-discurso-bandido-bom-e-bandido>> Acesso em 16. Set. 2020.

OLIVEIRA, Rafael. PM é aposentado aos 29 anos por apoiar o #elenão. **Agência Pública**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/pm-e-aposentado-aos-29-anos-e-pode-ser-expulso-por-apoiar-elenao/>> Acesso em 04 de jul. de 2020.

STABILE, Arthur. PM integrante do Policiais Antifascismo é executado no RN. **Ponte**. Disponível em: <<https://ponte.org/pm-integrante-do-policiais-antifascismo-e-executado-no-rn/>> Acesso: em 04 de jul. de 2020.

STABILE, Arthur. Policial é condicionado a tratar negros como bandidos: revela investigador. **Ponte**. Disponível em: <<https://ponte.org/policial-e-condicionado-a-tratar-negros-como-bandidos-revela-investigador/?fbclid=IwAR0uQuiuNPBzyR-zzo-Zp8d3ubW11zrEgDPG66akDQXVVfkK3TuyP0UM7w0>>. Acesso em 20 de set. de 2020.

A ESTÉTICA DO PARADOXO. CONCORRÊNCIA, EMPREENDEDORISMO E AGREGAÇÃO NAS COMUNIDADES EMPRESARIAIS.

JOÃO VALENTE AGUIAR⁹

RESUMO: Nos debates teóricos, académicos e políticos sobre o capitalismo, sobressalta sempre a dimensão da instabilidade. Seja provocada por crises económicas e/ou tecnológicas, seja provocada por crises políticas e sociais, a instabilidade é uma condição *sine qua non* das sociedades capitalistas. Num quadro societal global tão volúvel terão de coexistir vários fatores que permitam manter a unidade dos seus fundamentos - o trabalho assalariado. Dentre vários fatores considerados, a dimensão simbólico-ideológica é uma das “respostas” comumente avançadas pelos cientistas sociais. Neste artigo, procurar-se-á inserir esta dimensão macro num contexto específico. A saber, o estudo da coesão social e organizacional dentro das empresas a partir das práticas e das representações dos trabalhadores sobre essas mesmas práticas. Nesse sentido, o artigo descreve o papel do capital social e das relações de interconhecimento para se criar uma realidade simultaneamente prática e simbólico-ideológica - a *comunidade empresarial* - agregadora de práticas classistas diferentes no seio de uma organização hierárquica.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade empresarial; capital social; empreendedorismo.

ABSTRACT: In the theoretical debates about capitalism, there is always some sort of highlighting its instability. Whether it is provoked by economic crisis and/or technological changes, whether it is the result of political and social upheavals, the instability is an essential feature of capitalist societies. In a volatile global context only the coexistence of several factors would allow this kind of societal organization to keep the unity of its core - the wage labour. In this paper this macro dimension will be articulated with a specific context. That is, the study of the social and organizational cohesion inside companies through the practices of its labourers, and also the way themselves reflect about those same practices. In this way, the paper describes the role of social capital and sociability networks to create a simultaneously practical and symbolic-ideological reality - the entrepreneurship community - which fosters and gathers different social class' practices among an hierarchical organization.

KEYWORDS: Business community; share capital; entrepreneurship.

Introdução

O toyotismo tem-se revelado uma forma flexível de gestão do capitalismo. Todavia, a flexibilidade de processos e de gestão logística das empresas decorre paralelamente à flexibilidade dos vínculos laborais (Carmo 2019), com o conseqüente aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores. A resposta clássica das organizações de trabalhadores no capitalismo fordista passavam invariavelmente pela condução de lutas de diversificado tipo. Resumidamente, o fosso entre as tarefas da direção, concepção e execução (Braverman 1974) repercutia uma segmentação pronunciada entre os diferentes níveis no seio das empresas. Ou seja, as tarefas intelectuais ficavam concentradas numa camada de especialistas (gestores ou não) afastada da linha de produção. Nesse sentido, a generalidade dos trabalhadores inseridos nas unidades de produção consideradas tecnologicamente de ponta na altura, limitavam-se a contribuir com uma dimensão física. O exemplo eternamente repetido pela literatura da especialidade da película *Tempos Modernos* assim o demonstrava. Essa cisão funcional, alicerçada numa baixa contribuição intelectual da generalidade dos trabalhadores para a prossecução da produção de mercadorias, implicou que o mundo operário se mantivesse, em termos culturais e mesmo organizacionais, num quadro à parte. Era assim que organizações tecnicamente exteriores às empresas, como os sindicatos, contribuíram decisivamente para mediar as reivindicações salariais da classe operária e as administrações das empresas.

No toyotismo, o contributo intelectual (Lojkin 2002; Antunes 2008; Alves 2011; Bernardo 2000) dos trabalhadores tornou-se evidente. Se as funções socioeconómicas de direção do processo de produção continuam hegemónicas pelos gestores (Carchedi 1987, 1977), os trabalhadores passaram a desenvolver um maior papel na concepção e monitorização de novas mercadorias. O potencial do aproveitamento dos aspetos cognitivos dos trabalhadores passou a ser substancialmente superior.

Neste quadro, a canalização das potencialidades intelectuais de centenas de milhões de trabalhadores muito mais qualificados que os seus progenitores colocou um desafio de monta às empresas: como manter o fluxo crescente de contributos intelectuais - que só brotam em contextos organizacionais minimamente criativos e livres - sem com isso ocorrer perturbação nas tarefas de comando e administração global das empresas.

Uma breve sequência histórica da passagem do fordismo para o toyotismo inclui a reflexão sobre o *aftermath* das lutas sociais dos anos 60 e 70. Se estas colocaram a batalha pelo poder e pelo controlo do processo de produção no centro das suas reivindicações, a sua derrota política - que não cabe nos objetivos deste artigo - implicou uma reconfiguração do capitalismo até então existente. O rearranjo institucional das empresas passou por incluir as potencialidades criativas e mobilizadoras dos trabalhadores para dentro da organização

laboral. Esse rearranjo institucional alicerçou-se numa internalização dos conflitos para dentro das empresas, por via de uma mutação. Dito de um modo mais simples, a inclusão das faculdades cognitivas dos trabalhadores e, sublinhe-se com particular acuidade, das suas motivações de participação na vida produtiva levou à criação do trabalhador engajado com a empresa. A despoltização conjugada com o subsequente desenvolvimento tecnológico digital permitiu inserir o trabalho intelectual na produção de um modo muito mais vasto. Naturalmente, este não apagou de modo nenhum o trabalho manual, mas assumiu uma preponderância até então inimaginável. A difusão do trabalho intelectual por toda a organização interna das empresas criaria o que se designará de comunidade empresarial. Esta conjugará uma articulação entre duas necessidades: a de elevar o desempenho produtivo de cada trabalhador (expresso no seu apego ao empreendedorismo) com a necessidade de manter a coesão interna das estruturas internas das empresas. Coesão interna da concorrência inter-trabalhadores e do conjunto destes com os estratos e classes que dispõem do poder de supervisão, de coordenação e de comando das tarefas do sistema de produção (secções II e III). Na conclusão procurar-se-á debater de que modo a coexistência entre duas dinâmicas aparentemente excludentes - a concorrência entre trabalhadores e a sua inserção comprometida numa comunidade empresarial - constitui um processo com implicações estéticas para o plano macro-societal.

Mas antes de chegarmos a este ponto da pesquisa atente-se no conceito de capital social (secção I), uma empreitada conceptual relevante na inserção naturalista das redes de sociabilidades no seio das teorias do capital humano e dos Recursos Humanos.

I. O capital social

Globalmente considerado, o conceito de capital social constitui-se como um núcleo relevante para a formação de uma equipa de trabalhadores dinâmica e comprometida ideológica e simbolicamente com a valorização do capital: a *comunidade práctico-simbólico-ideológica empresarial* (para facilitar a leitura, designaremos esta última simplesmente pela nomenclatura de *comunidade empresarial*). Segundo Bourdieu, um dos autores que transferiu (e remodelou) o conceito de capital (económico) para outras esferas, o capital social seria, principalmente,

[...] um capital de relações sociais que providencia, se necessário, “apoios” úteis: um capital de honorabilidade e respeitabilidade que é frequentemente indispensável se alguém desejar atrair clientes em posições socialmente importantes e que, por exemplo numa carreira política, pode funcionar como moeda de troca

[currency]» (Bourdieu 1977: 503).

Anos mais tarde, e dessa vez em colaboração com Loic Wacquant, o autor relembra que «o capital social é a soma de recursos, reais ou virtuais, que provém um indivíduo ou um grupo em virtude deste possuir uma *rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento*» (Bourdieu e Wacquant 1992: 119) [grifos nossos, GN]. Aqui o dado mais relevante prende-se com o papel de uma determinada comunidade ou grupo em gerar relações e laços de interconhecimento e de identificação grupal.

Todavia, as formulações que aproximam o capital social ao paradigma do empreendedorismo presente nas empresas mais dinâmicas do capitalismo das últimas décadas não são as de Bourdieu. Por exemplo, para Field, a tônica no retorno económico é particularmente notória: «*as conexões podem ser lucrativas; tal como qualquer outra forma de capital, ele pode ser investido e pode ser esperado um retorno decente para o investimento aplicado*» (Field 2009: 14) [GN]¹⁰. Retorno que pode ser diretamente económico (produzindo lucro) ou que pode ser de uma tonalidade mais sócio-cultural. Para Coleman «o capital social representa um recurso porque ele envolve a expectativa da reciprocidade e vai para além de um dado indivíduo ao envolver redes mais vastas cujas *relações são governadas por um elevado grau de valores partilhados e fidedignos*» (citado em Field 2009: 23) [GN]. Esta vertente societária veiculada por Coleman é o que permite conjugar capital social, recursos e a formação de comunidades reguladoras de relações sociais. Assim, o capital social é

[...]o conjunto de recursos inerente em relações familiares e nas organizações sociais da comunidade e que são úteis para o desenvolvimento social ou cognitivo de uma criança ou de um jovem. Estes recursos diferem para pessoas diferentes e podem constituir uma vantagem importante para as crianças e adolescentes no desenvolvimento do seu capital humano» (Coleman 1994: 300).

Por conseguinte, e continuando a citar o mesmo exemplo sobre crianças e jovens, o capital social envolve «as normas, as redes sociais e as relações entre adultos e as crianças que são valiosas para o crescimento destas. O capital social existe dentro da família, mas também fora desta», mais concretamente «na comunidade» (Coleman 1990: 334). Poderá parecer estranho o recurso a um exemplo como o da instituição familiar. Porém,

¹⁰ Uma breve metodológica. O recurso extensivo a citações de manuais de Recursos Humanos, organizações empresariais ou manuais académicos prende-se com a necessidade de dar a conhecer o que de facto contempla a malha complexa de teses e conceitos que sustentam a comunidade empresarial. Assim, este artigo recorre extensivamente a material empírico de modo a fornecer suporte para a elaboração teórica adjacente. Esta decorre do material recolhido disponível e não da especulação.

para Coleman, só a comunidade (familiar, nacional, organizacional ou outra) permite, de um lado, incrementar o empenho, determinação e dinamismo na execução de tarefas (o capital humano) e, do outro lado, forjar uma unidade baseada primordialmente em valores - «a confiança no ambiente social» e com a «definição de determinadas sanções sobre os possíveis desviantes» - independentemente de as posições objetivas nas estruturas sociais serem ou não divergentes.

No ensaio de Coleman sobre o capital social e o capital humano, as relações são apresentadas como constituidoras de recursos de capital ao ajudarem a estabelecer obrigações e expectativas entre os atores, construindo a confiança no ambiente social, abrindo canais para a informação e definindo as normas que aprovam formas particulares de comportamento ao mesmo tempo que impõem determinadas sanções nos possíveis desviantes. A sua criação é facilitada pelo “fechamento” entre diferentes redes de atores por via da estabilidade e da partilha de uma ideologia comum» (Field 2009: 27; Coleman 1988-89: 102-104; 1994: 104-108).

Na interpretação de Coleman, o nível simbólico-ideológico impõe-se a quaisquer outros critérios de índole socioeconómica ou mesmo político na modulação das comunidades. Com efeito, a instituição familiar é pela sua trajetória e concretude um agrupamento edificado em torno de dimensões afetivas, morais e sentimentais, e onde uma fricção de posições objetivas de classe se pode encontrar menos presente. O mesmo não se passa noutras comunidades simbólico-ideológicas que, apesar da sua maior ou menor coerência disposicional interna continuam permeadas por contradições objetivas de classe no seu interior. Por exemplo, uma comunidade nacional é composta por diferentes classes sociais, mesmo que o sentimento de pertença identitário à “pátria”, à “nação” ou à comunidade nacional esteja mais presente nos processos de autoidentificação dos agentes sociais ali inseridos.

No caso das organizações laborais e das empresas,

[...]o capital social é definido pela sua função. Ele não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades com duas características em comum: todas elas consistem em algum aspeto da estrutura social e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro da estrutura» (Coleman 1994: 302).

Portanto, será da comunidade (simbólico-ideológica) empresarial que surge a possibilidade de cada um dos seus agentes (seja dos que desempenham a função do trabalho ou do

capital) detonar ações performativas valorizadoras dos recursos à disposição. Isto é, no caso presente, em incrementar a valorização do capital.

A definição de Coleman do capital social estabelece uma ponte entre o indivíduo e o coletivo. Ele viu certamente o capital social como “um recurso de capital para o indivíduo” mas também o viu como um construtor de “recursos sociais estruturais” (Coleman 1994: 302). Ao determinar onde os recursos poderiam ser postos em prática, Coleman acreditava que dois elementos cruciais entravam em jogo: tanto a “extensão de obrigações mantidas por um indivíduo” como “o nível de confiança no ambiente social”» (citado em Field 2009: 28)

Não se trata simplesmente da mera inscrição do indivíduo num grupo, mas da conversão da ação individual de cada trabalhador numa nova mercadoria em sede de uma comunidade orgânica e complementar para a prossecução de um interesse: a reprodução da estrutura económica empresarial. Por conseguinte, existe no empreendedorismo a articulação entre o agente individual e vários macro-grupos, articulação complexa que foge às aporias clássicas indivíduo/sociedade ou estrutura/ação (Lopes 2001).

Mas tal como a economia neoclássica foi lenta a reconhecer as diferenças fundamentais introduzidas pelas externalidades e pelos bens públicos, aqueles que usam a teoria da troca na sociologia têm sido igualmente demorados em reconhecer que muitas ações e transações sociais geram externalidades ou têm o carácter de bens ou males públicos. Isto significa que a teoria da troca na sociologia tem sido incorretamente individualista, falhando em reconhecer que as externalidades criam um interesse em exercer controlo. É neste sentido que as normas sociais constituem capital social» (Coleman 1987: 153).

Em Putnam as considerações genéricas e estruturantes sobre o capital social não são discrepantes com a versão de Coleman. «O capital social refere-se aqui às características da organização social, tais como a confiança, as normas e as redes que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar as ações coordenadas» (Putnam 1993: 167). Por outras palavras, «características da vida social - redes, normas e confiança - que possibilitam os participantes agirem em conjunto mais efetivamente para perseguirem objetivos comuns» (Putnam 1996: 56). Comparativamente com Coleman, Putnam sublinha o dado dos objetivos comuns a um grupo ou comunidade na medida em que, na sua aceção, «as redes sociais têm valor. Os contactos sociais afectam a produtividade de indivíduos e grupos» (Putnam 2000: 18). Da mais íntima aproximação entre capital social e capital

económico, Putnam defende a tese do capital social como potenciador simultâneo de lucratividade nos mercados e de promoção de políticas públicas que, por sua vez, auxiliem na reprodução e regulação das redes sociais.

O capital social não é um substituto para uma efetiva política pública mas antes um pré-requisito para esta e, em parte, sua consequência. O capital social opera através e dentro dos Estados e dos mercados, não no seu lugar. O capital social aproxima abordagens de descobrir novas formas de combinar a infra-estrutura social com políticas públicas que operam, por seu turno, no uso de políticas públicas inteligentes que revitalizem o stock de capital social existente nos EUA» (Putnam 1993: 42) [GI].

Na ótica de Putnam e de outros comentadores como Fukuyama, o capital social é sobretudo um complemento ao mercado e, correlativamente, as teorias sobre o primeiro seriam um contributo para as teses da economia neoclássica.

Nós podemos pensar a economia neoclássica como estando, digamos, 80% correta: ela descobriu importantes verdades acerca da natureza do dinheiro e dos mercados porque o seu modelo fundamental do comportamento humano racional e auto-interessado é correto em cerca de 80% do tempo. Mas existem 20% de comportamento humano que a economia neoclássica dá uma pobre panorâmica. Como Adam Smith muito bem compreendeu, a vida económica está profundamente mergulhada na vida social e não pode ser compreendida separada de costumes, morais e hábitos da sociedade onde ocorre. Em resumo, a economia não pode estar divorciada da cultura» (Fukuyama 1996: 13).

Isto significa que as comunidades simbólico-ideológicas (e práticas) que circundam a produção de valor económico são vitais para o capitalismo. As comunidades empresariais promovem o empreendedorismo enquanto normatividade e enquanto promotor de uma performatividade específica para o mercado da força de trabalho e para o desempenho profissional no capitalismo toyotista. No respeitante às comunidades (simbólico-ideológicas) circundantes da esfera económica, o seu ponto de partida consubstancia-se no facto de

[...]a presença de redes densas dentro de uma sociedade e as normas acompanhantes de confiança e reciprocidade generalizadas permitirem que os cidadãos

ultrapassem problemas coletivos de ação de forma mais efetiva. O capital social é, assim, visto como um importante recurso disponível às sociedades e às comunidades» (Hooghe e Stolle 2003: 1).

Uma aproximação entre a *Gemeinschaft* e a *Gesellschaft* parece ocorrer nestas teses. Na esfera política, especialmente nos países anglo-saxónicos, sucedem-se os exemplos. Citemos apenas um: «o governo de Tony Blair revigorou a educação cívica nas escolas de modo a promover o capital social e a reforçar uma cultura cívica que se acredita estar ameaçada pela crescente descrença nas instituições governamentais» (idem).

Assim, o capital social fornece o esqueleto do corpo performativo empreendedorista e, nas referidas esferas circundantes do espaço económico, o seu papel regulador implica que

[...]os benefícios do capital social estejam bem estabelecidos tanto ao nível micro como no nível macro. Na esfera política, a confiança generalizada e outras atitudes cívicas permitem aos cidadãos juntar as suas forças em grupos sociais e políticos que lhes possibilitem construir iniciativas cidadãs com maior facilidade. Na esfera social, a confiança generalizada facilita a vida em sociedades diversificadas e promove atos de tolerância e aceitação dos outros» (idem: 4).

Ao promover o desenvolvimento de atitudes para a geração de capital social (idem: 2-3), «a confiança interna ao grupo pode ser utilizada para atingir os propósitos do grupo mais eficientemente e mais facilmente» (Stolle 2003: 24). Esta confiança interna no grupo, idealmente resultaria no «desenvolvimento da confiança interpessoal e de experiências de cooperação entre membros de um grupo tende a generalizar-se à sociedade como um todo» (idem: 25). Portanto, o capital social assoma como «o mais importante mecanismo para a geração de normas de reciprocidade e de confiança é identificada como uma interação social regular» (idem: 22). Regularidade percebida no facto de o capital social resultar no facto de «unir e estabelecer pontes» o que induziria

[...]tolerância e aceitação dos outros, uma das fundações das virtudes cívicas. Mas a confiança também tem outras formas, tal como a confiança particularizada, por exemplo, que é dirigida a membros de um grupo real ou imaginário e fornece-lhe a necessária estrutura para atingir os objetivos do grupo mais eficientemente» (idem: 5).

Explicitando, o carácter gregário da humanidade é aqui misturado com a pertença, esta sim pretensamente natural e inevitável, às comunidades social e historicamente construídas como as empresas ou as comunidades políticas. Se há algo natural nestas comunidades é o facto de não serem naturais, mas o produto da interação de complexos processos sociais, políticos e simbólico-ideológicos ao longo de determinados períodos históricos. Atente-se no seguinte exemplo de naturalização das comunidades simbólico-ideológicas.

Os indivíduos tendem a evitar a dissonância cognitiva mas eles não conseguem, por si mesmos, desenvolver um padrão coerente de valores, o que é congruente com a complexidade de observações a partir do mundo exterior. Para contrariar esta fonte potencial de insegurança, os indivíduos são dependentes da interação e do diálogo com os outros. Assim, os processos de auto-categorização podem reduzir essa complexidade e incerteza: os indivíduos aprendem a ver-se a si mesmos como membros de uma categoria socialmente definida e, por conseguinte, ganham acesso ao seu correspondente papel e padrão de valores» (Hooghe 2003: 93)

A literatura veiculadora das teses do capital social não descarta, porém, a hipótese de se constituírem comunidades imaginadas. Na seguinte passagem, percebe-se de modo bastante nítido o primado dos vetores simbólico-ideológicos e axiológicos na formação de comunidades relativamente a fatores socioeconómicos que, em determinados contextos, poderiam incrementar a conflitualidade social e/ou política. «Uma comunidade imaginada é um grupo ao qual um indivíduo sente uma afinidade psicológica mesmo que ele seja demasiado alargado para permitir um contacto direto face-a-face entre todos os seus membros» (Selle 2003: 69) mas onde «os seus membros podem sentir uma afinidade aos símbolos e valores, ou partilhar um comprometimento» (idem: 70). Assim, «o seu sentido de identificação e de confiança abstrata pode ser transferido a vários contextos e possivelmente à sociedade no seu todo» (idem). Na medida em que a instância dominante nas sociedades contemporâneas é a economia produtora de mercadorias, torna-se implícito que as teses do capital social inserem e misturam as redes de sociabilidade e as relações de hierarquia numa espécie de comunidade transclassista, no interior das empresas. Partindo de um conceito trans-histórico de comunidade, a teoria do capital social abre espaço à sobreposição entre relações interpessoais e relações hierárquicas de comando. Seria dessas comunidades que adviria a formação de novos recursos da mais variada índole - o capital.

II. Capital social e empreendedorismo: o reforço da coesão no interior das empresas

Caminhando agora para as perspetivas que abordam mais detidamente o impacto do capital social na criação, maturação e reprodução de uma comunidade empresarial, lembre-se apenas quais os componentes do capital social. «O primeiro componente é a rede social», «o segundo componente são as normas sociais», portanto, «regras, valores e expectativas que caracterizam os membros da comunidade (ou da rede)». Por fim, «o terceiro componente são as sanções. As sanções não são apenas formais - como a punição por incumprimento da lei. A maioria são informais e efetivas na manutenção das normas sociais» (Halpern 2010: 10-11).

A explosão da literatura escrita, publicada e apresentada internacionalmente sobre o capital social reflete uma preocupação constante do capitalismo (ou se se preferir da sua classe dominante e dos seus agentes políticos) com a produção e replicação de instituições passíveis de regular e de enquadrar a força de trabalho e a globalidade do processo económico. O próprio Banco Mundial é muito assertivo a este respeito, nomeadamente acerca do capital social e da sua influência no nível macro:

[...]o capital refere-se às instituições, relações e normas que moldam a qualidade e quantidade de interações sociais numa sociedade [sic]. Evidência empírica mostra que a coesão social é crítica para que as sociedades possam prosperar economicamente e o seu desenvolvimento seja sustentável. O capital social não é somente a soma das instituições que sustentam uma sociedade - é a cola que as mantém e assegura em conjunto» (Banco Mundial 1999: 16).

Daí que o capital social seja um bem público, não no sentido de ser um serviço ou bem ao dispor de todos os cidadãos, mas que «beneficia um grupo e não é apenas a propriedade de indivíduos isoladamente» (Halpern 2010: 22). O grupo que Halpern evidencia aqui não se trata propriamente de uma classe social dominante e detentora dos meios e recursos sociais de produção que lhe permite apropriar (e monitorizar os investimentos sociais e económicos d) o excedente económico. De facto, o grupo a que o autor se refere é tão-somente a comunidade empresarial, portanto, fundindo simbólico-ideologicamente classes sociais distintas em torno de um objetivo comum. A importância do capital social nas suas implicações económicas é, para as empresas, um aspeto crucial.

As empresas podem escolher entre comprar novas máquinas (capital físico), enviar os empregados para cursos de formação (capital humano) ou enviar todo um grupo de empregados e de associados num fim-de-semana de aventura de modo a construir redes e confiança entre todos eles (capital social)» (Halpern 2010: 30) [GN].

Como este antigo conselheiro do Primeiro-Ministro britânico Tony Blair defende e assume explicitamente, o capital social é um *asset* valioso para as empresas no capitalismo toyotista.

Existem muitas e relevantes vantagens em reunir um conjunto de indivíduos com capacidades e competências complementares numa rede intimamente coordenada, na base de entendimentos partilhados e de compromentimentos mútuos, o que facilita a ação cooperativa para uma máxima produtividade. A existência da empresa significa que os indivíduos dentro dela podem suportar-se uns nos outros sempre que necessitarem, para partilhar informação e para desempenhar tarefas sem contratos elaborados e sem regateios a serem negociados de cada vez que um ato separado aparece» (idem: 53) [GN].

Com efeito, a constituição de uma comunidade empresarial surge agregada a um processo formação e difusão de um self performativo. A noção de agregação aqui evocada pretende elucidar sobre o que está em causa para as empresas capitalistas no paradigma toyotista e neoliberal.

A empresa pode ser vista como uma forma de capital social e provavelmente, em primeiro lugar, como um capital social de agregação [bonding]. Agentes económicos individuais agregam-se numa rede relativamente densa. Eles desenvolvem normas e objetivos partilhados (uma cultura de empresa, uma compreensão dos papéis e dos comportamentos apropriados e uma compreensão partilhada dos propósitos da empresa ou do produto. E a empresa também incorpora sanções de modo a manter estas normas e redes internas em funcionamento (pressão da direção mas também dos pares; recompensas monetárias; punições formais ou informais para performances abaixo do esperado)» (idem: 53-54).

Por aqui se verifica como o desempenho económico está longe de ser uma variável estritamente técnica. De facto, a sua substância é fundamentalmente social não só porque tem na sua própria matriz uma relação social de base - a relação do trabalho assalariado - mas, a jusante, é da criação e da promoção de um clima de “paz social” e de empenho consentido, desejado e sentido pelos trabalhadores como igualmente seu na produção de mercadorias, que o crescimento económico e a expansão a novas áreas e mercadorização se torna possível, sem fricções ou conflitos sociais de maior.

É claro que o capital social se apresenta como um importante factor para explicar variações nacionais em termos de crescimento económico. Quando a variável

“capital social” é incorporada num modelo neoclássico modificado torna-se um fator altamente significativo do crescimento [económico] numa série de países. Na presença de outras variáveis de controlo, o capital social também não pode ser ignorado num qualquer modelo de crescimento económico adequado» (Whiteley 1997: 18).

Na mesma onda de frequência, Halpern recorda que

[...] o capital social tem sido visto como tendo jogado um papel relevante no sucesso dos tigres asiáticos. Similarmente, a efetividade dos esquemas de desenvolvimento financeiro em mercados emergentes tem sido significativamente explicado por dotações diferenciadas de capital social» (Halpern 2010: 62).

Apesar de «a ideia de que o capital social influencia a competitividade ser ainda recente» (Field 2009: 59), isso só densifica uma das hipóteses teóricas que tem animado este trabalho de pesquisa: a hetero-organização da classe trabalhadora, mais especificamente dos seus setores mais jovens, no plano sociabilitário, organizacional e simbólico-ideológico ocorre, nas últimas décadas, por intermédio da sua inserção numa comunidade (simbólico-ideológica) empresarial. Assim sendo,

[...] as redes têm sido vistas como importantes para o sucesso dos negócios, particularmente durante a fase de arranque [start-up], é largamente aceite a ideia de que as redes funcionam como um recurso importante de informação e que estas podem ser críticas na identificação e exploração de oportunidades de negócio. Elas podem também ajudar a garantir acesso a meios financeiros. O capital social tem sido igualmente visto como um recurso nos mercados e no fator trabalho; mesmo quando recrutados através de intermediários, tanto os clientes como os trabalhadores mostram maior lealdade e comprometimento. Finalmente, as redes contribuem para um estilo de gestão consistente e estável que pode ser vital para potenciar o desempenho das empresas» (Field 2009: 59) [GN].

Em suma, a inserção da classe trabalhadora numa comunidade empresarial contém implicações financeiras diretas e, nomeadamente, implicações profundas na estabilização política potencialmente mobilizadora e reivindicativa daquela classe social. Por conseguinte, a hetero-organização da classe trabalhadora numa comunidade empresarial, no plano simbólico e das práticas laborais, possibilita um desempenho económico mais otimizado da tessitura económica capitalista. «A ideia central do capital social está em

que as redes sociais são um recurso valioso. *As redes fornecem a base para a coesão social porque elas potenciam as pessoas em colaborarem umas com as outras - e não apenas com pessoas que conhecem diretamente - para atingirem vantagens mútuas»* (idem: 14) [GN]. Por conseguinte, o capital social decorre de uma conceção que busca antecipar uma inscrição específica da classe trabalhadora nas organizações empresariais, conjugando uma ampla margem de performatividade laboral individual com um comprometimento aplicado, empenhado e entusiasta no seio de uma comunidade orgânica simbólico-ideológica. No fundo, trata-se de fazer coexistir a concorrência entre trabalhadores pela melhor performance laboral com a coesão das hierarquias internas. De seguida, procuraremos acrescentar novos eixos a esta questão. Mais concretamente, o empreendedorismo como manifestação própria da concorrência entre trabalhadores e nivelador simbólico das perceções (das posições) de classe.

III. Compromisso individual, empreendedorismo e coesão interna: da inserção do individualismo concorrencial numa comunidade empresarial

Na concretude do empreendedorismo (e na medida em que se interliga com a difusão dos círculos de controlo de qualidade surgidos com o toyotismo), a formação de equipas de trabalhadores aliadas ao desenvolvimento das empresas e dos seus propósitos económicos e financeiros constitui um vetor a equacionar. Com efeito, nas palavras de um proprietário espanhol, «”ajudei a incorporar na companhia a equipa humana necessária para apoiar o seu crescimento (...); montar uma estrutura que permitisse à companhia um desenvolvimento harmonioso, sem sofrer desequilíbrios”» (Castellano 2007: 57). Explicitando, o mesmo interlocutor assevera que

Todos os profissionais que integramos passam inicialmente por uma loja. Deste modo, são expostos ao contacto direto com a venda. Depois foram crescendo com a companhia. Não procuramos dispor necessariamente dos melhores especialistas, mas conseguimos atrair gente capaz de adaptar-se ao nosso modelo: flexível, ágil, acostumado à tomada de decisões e coeso com o resto das equipas nas diferentes funções da companhia (idem: 59) [GN].

As expressões em itálico evidenciam a relevância que a classe dominante dá à constituição de uma comunidade empresarial que, no plano das práticas e no plano da produção de sentido (portanto, simbólico-ideológico), transcenda as fronteiras de classe.

Consequentemente, o uso dos momentos de turbulência económica para reforçar a coesão interna da *comunidade práctico-simbólico-ideológica empresarial* surge como uma

discursividade, como um desdobramento possível do empreendedorismo.

Nos momentos mais difíceis, quando se necessita que cada colaborador dê o melhor de si mesmo, o mais importante é comunicar uma visão de futuro de forma convincente para que todos entendam os problemas, saibam o que se espera de cada um e conheçam o que podem ganhar quando se alcançam os objetivos. “Em alguns casos, o prémio era aprender com a experiência e desenvolver-se profissionalmente. Noutros, quando podia facilitá-los, elementos adicionais de compensação. Utilizei também as reuniões de grupo fora da empresa, como ferramenta tática para lançar ideias e criar momentos de rutura e integração”, recorda» (Anguita 2007: 92) [GN].

Dentro deste quadro, surge a necessidade de desenvolver uma noção de compromisso e de elevado comprometimento pessoal com os desígnios da empresa. Algo que é exigido tanto às camadas dirigentes e proprietárias de uma empresa, como aos seus denominados colaboradores. Contribui-se, assim, para o reforço da coesão interna da *comunidade prático-simbólico-ideológica empresarial*.

Creio que o máximo a que alguém pode aspirar na vida é transcender pelo impacto positivo e a marca que deixa nos outros. Desde então, procurei seguir esta referência para ajudar com o máximo nível de compromisso a minha família, os meus amigos e a minha empresa. Nesta última, preocupa-me o que posso fazer pelo meu acionista, pelos meus clientes e pela minha equipa”» (idem: 98) [GN].

“Máximo nível de compromisso” que caminha lado-a-lado com a venda dos produtos no mercado. Ou seja, o *comprometimento*¹¹ procura articular duas plataformas entrecruzadas. De um lado, a criação da já identificada *comunidade prático-simbólico-ideológica empresarial* com o propósito de sustentar e amarrar as clivagens (estruturais) de classe a um desígnio aparentemente supra-classista: o sucesso do grupo económico, a lucratividade da empresa. De outro lado, o esforço e a envolvimento dos trabalhadores para vender as mercadorias previamente produzidas e portadoras de valor.

Outro exemplo deste fenómeno:

11 «Não é apenas o “fazer” e o “saber” operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é mobilizada para cooperar com a lógica da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar pró-ativamente, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam. Cria-se, deste modo, um ambiente de desafio contínuo, de mobilização constante da mente e do corpo do operário empregado, onde o capital não dispensa, como fez no fordismo, o “espírito” operário» (Batista 2009: 108).

[...]o relativamente reduzido tamanho da sua organização permite a Rosario atuar como catalisador da cultura que quer imprimir nela. Trabalha em estreita proximidade e mantém um contacto pessoal permanente com os seus colaboradores. “Todas as manhãs - explica -, sento-me com a maior parte deles. Exploramos juntos diferentes maneiras de focar os problemas do momento. Quando consideramos oportuno, convocamos uma pequena reunião de quatro ou cinco pessoas para tratar de um assunto específico. Penso que este fluxo de comunicação permanente é essencial para permitir que aprendamos constantemente uns com os outros. Hoje em dia, os produtos são cada vez mais complexos e ninguém sabe tocar por si só todos os instrumentos que permitem dominar os detalhes em profundidade. Creio que conseguimos estabelecer um ambiente extremamente transparente, baseado numa sintonia total, graças a uma comunicação aberta”» (Cabiedes 2007: 264) [GN].

Mais uma vez, a utopia de uma comunidade harmoniosa, multi-vetorial, plana (Friedman 2007), trabalhando conjuntamente com uma “sintonia total”,

[...]”nós temos tido a sorte de a organização sempre ter deixado um amplo espaço para crescer, para que todos pudéssemos dar o nosso contributo e desenvolver-nos. Raras vezes encontramos profissionais com resistências. Ao contrário, todos falamos, opinamos e decidimos conjuntamente. As equipas de alto rendimento configuram-se precisamente numa organização que oferece estas possibilidades (Cabiedes 2007: 264) [GN].

A produção de condições para que a mencionada comunidade empresarial funcione não é isenta de todo um trabalho de socialização e ressocialização dos trabalhadores, até se chegar a tal estado e configuração.

Vender é uma questão de relações humanas. Nas grandes corporações conta tanto ou mais a parte relacional do que a técnica”, explica. Para ela, a chave do processo de aprendizagem no início da carreira profissional consiste em assegurar que investimos tempo suficiente a envolver e a conseguir o apoio do resto da organização nos nossos projetos» (idem 2007: 265) [GN].

Em suma, a constituição de tal comunidade empresarial consubstancia-se num empreendedorismo construído socialmente pelas camadas dirigentes de uma empresa. Ou, num plano mais global, comunidades de práticas simbólico-ideológicas construídas socialmente pelas classes dominantes nas várias empresas que compõem o conjunto da economia.

Por conseguinte, é a motivação introduzida nas atividades laborais pela existência de uma comunidade assalariada comprometida à empresa (por outras palavras, à valorização de capital) que se estrutura como condição *sine qua non* para uma prossecução estável dos negócios da empresa: «*Tornámo-nos eficazes porque dotamos de alma o negócio*» (Tena 2007: 301) [GN]. Para isso, a comunidade empresarial é passível de se edificar quando os seus componentes (a socializar ou já socializados), no fundo, os seus trabalhadores, se demonstrem

[...]”dispostos a assumir a cultura, valores e missão da companhia. Que queiram e saibam viver o nosso negócio com a mesma paixão que nós pusemos nele desde o princípio”. Félix considera que o êxito da Imaginarium é precisamente a paixão com que todos os seus empregados vivem o dia-a-dia do negócio. “O nosso negócio é hiper-eficaz porque é um negócio com alma”. Quanto à contratação dos seus empregados, Félix afirma perentoriamente que não contrata mercenários, pessoas com um acentuado desequilíbrio de interesses a favor do fator económico» (idem: 308-309) individual.

Interiorizando o metabolismo oscilante da empresa,

[...]conseguimos que toda a gente viva o valor da transformação do banco como uma coisa positiva e que isso faça parte da nossa cultura. Houve um momento em que comecei a sentir que não era eu quem promovia uma determinada cultura no banco, mas que a cultura do banco começava a influir em mim. Sentia que, ou continuava a agitar o banco, ou este me expulsava”. A cultura Bakinter exige por si mesma a mudança» (Arena 2007: 326).

Com efeito, o comprometimento/compromisso dos trabalhadores que acolhem (e são acolhidos n)a *comunidade práctico-simbólico-ideológica empresarial* contempla algumas propriedades a fixar analiticamente, tais como «comprometer-se a uma aprendizagem contínua e a um contacto direto com o mundo exterior; estabelecer prioridades claras que focalizem adequadamente o negócio atual; criar uma cultura propícia à inovação» (Dorsch 2007: 348). Sobretudo e acima de tudo, trata-se de «*unir esforços* aproveitando capacidades complementares de gestão; *envolver toda a organização* no desenho de estruturas e processos; manter um sistema de informação que permita delegar ao máximo a tomada de decisões» (idem: 355) [GN].

Na mesma linha de continuidade, Mintzberg define a moderna adhocracia como um espaço organizacional aparentemente menos compartimentado em termos funcionais

e aparentemente a-classista ou supra-classista. Um dos espaços sociais mais fechados à democracia mais básica (vd. Bernardo 2004: 120-137) aparece, como iremos poder observar, idilicamente retratado como um espaço fluido, sem fricções, sem lugares de classe definidos e, portanto, deslocando toda a problemática económica e material da produção, circulação e apropriação de excedente económico - o valor - para o plano simbólico-ideológico da “formulação” (tida por natural e necessariamente coletiva, democrática e multidirecional) “da estratégia” da (comunidade) empresa(rial).

Em todas as configurações estruturais o processo de formulação da estratégia desenvolve-se claramente de cima para baixo, e é controlado pelo vértice estratégico. Em claro contraste, na Adhocracia, o controlo sobre o processo de formulação da estratégia não se encontra claramente localizado, nem no vértice estratégico nem em parte alguma da organização. Aliás, é mais exato concebê-lo como um processo de formação da estratégia porque a estratégia nestas estruturas não é tanto formulada conscientemente pelos indivíduos como formada de maneira implícita pelas decisões que estes tomam, uma de cada vez» (Mintzberg 2004: 468).

A assunção do compromisso como um vetor estratégico para uma reprodução mais legitimada da estrutura organizacional, (porque mais participada e mais comprometida pela parte dos trabalhadores) não contempla, como já se avançou anteriormente, uma problematização do trabalho assalariado como uma relação social e do seu papel societal. Ora, o trabalho assalariado não se consubstancia como uma relação meramente hierarquizada, mas como uma relação social cimentada em redor de duas condições estruturais fundamentais - as funções do trabalho e do capital - e que se sustentam numa *lógica dual, subordinada e desigual no fluxo do excedente económico*. Obliterando esta centralidade, facilmente se pode reivindicar o envolvimento do trabalhador em relações sociais relativamente fluidas, comunicantes, harmoniosas, logo, tendencialmente vocacionadas para o equilíbrio e a coesão internas: a *comunidade prático-simbólico-ideológica empresarial*. Como se tem procurado evidenciar o propósito de construção de comunidades empresariais é, em alguns textos, assertivamente assumida por membros da classe dominante e por académicos defensores do empreendedorismo.

Os patrões querem pessoas que estejam focadas e que tenham iniciativa, automotivação, auto-confiança e com um forte sentido de urgência - em resumo, empreendedores. Estes agentes podem vir de qualquer parte da organização desde que estejam preparados para correr riscos associados a fazer novas coisas acontecerem (Vandermerwe 2000: 357).

De facto, o comportamento empreendedor(ista) não vive fora da formação de uma *comunidade prático-simbólico-ideológica empresarial*.

Nunca dizemos que as empresas, à medida que crescem, falham em manter processos sistemáticos para continuar a desenvolver inovações, novos produtos e negócios. Pelo contrário, o que aqui estamos a sugerir é que isto não é suficiente: as empresas necessitam de providenciar uma contínua capacidade e opção para que os indivíduos e as equipas possam identificar e desenvolver oportunidades. Estas pessoas precisam de encontrar quem as ouça pelas suas ideias e terem o apoio requerido para ao menos as poderem desenvolver. Combinar habilidade, motivação e meios para identificar novas oportunidades é o que faz uma empresa verdadeiramente empreendedora.

Uma empresa empreendedora deve apoiar o comportamento empreendedor e deve ter uma orientação no sentido da lógica competitiva e de facultar processos e instrumentos que contribuam para construir e reforçar o comportamento empreendedor e uma atitude empreendedora (Muzyka 2000: 365)

das performances laborais. Adicionalmente,

[...]a estrutura da organização deve ser flexível e desenhada para servir o aproveitamento de oportunidades; a estratégia da empresa e a sua direção é emergente e deve ser criada através da escolha e da busca de oportunidades; os indivíduos procuram valor através da pertença em organizações que pode ser concretizado pelo reconhecimento e pela criação de um sentido de comunidade» (idem: 369) [GN].

Criação de valor e competição articulam-se, portanto. Inversamente ao que uma noção de senso comum poderia esperar e inferir, a competição pode conviver com a existência de trabalho de equipe. Desde que a concorrência entre trabalhadores não coloque em causa a manutenção da *comunidade prático-simbólico-ideológica empresarial* - «os padrões gerem tensões culturais e políticas na organização, insistindo que o projeto é sempre a primeira prioridade e criando um ambiente de confiança» (Vandermerwe 2000: 358) - essa concorrência interpares é convocada como elemento decisivo para envolver ainda mais cada trabalhador (cada competidor) na engrenagem de desideratos de cada empresa. Nas «novas organizações empreendedoras» estas devem: «desenvolver competências novas, pró-ativas e de procedimentos. Significa, sem dúvida, deixar as pessoas ir onde os seus instintos e sentidos lhes dizem; encorajar a experimentação e recompensar o sucesso tal como definido na relação de competição pelo ganho de clientes» (idem: 359).

Por outras palavras, essa competição funciona como uma «tensão útil na organização

(tração organizacional porque ela assegura um movimento contínuo)» (Muzyka 2000: 366).

Também segundo Mintzberg, a competição enquadra-se no seio das organizações toyotistas mais recentes.

Ao conjugar as suas ambiguidades e as suas interdependências, a Adhocracia emerge como a mais politizada das cinco configurações estruturais. Nenhuma estrutura é mais darwiniana do que a Adhocracia - a estrutura que dá mais apoio aos mais competentes, e a estrutura que mais brutalmente elimina os fracos. As estruturas que são a este ponto fluidas, tendem a ser fortemente competitivas e brutais (Mintzberg 2004: 487).

Em suma, ao contrário das empresas fordistas, onde «os quadros são obrigados a passar uma boa parte do seu tempo a conter conflitos», inversamente «na Adhocracia, isto não deve, nem pode ser feito». Ou seja, o conflito sofre uma inflexão da verticalidade para a horizontalidade, um conflito inter-classes tornar-se intra-classe (grande conquista organizacional das classes capitalistas nas últimas décadas). Como dizíamos, «tais esforços de contenção de conflitos acabam por abafar a criatividade. Quaisquer ansiedades e fricções que possam ser geradas são inerentes à própria vida, e ninguém as pode eliminar de uma organização - pelo menos, sem negligenciar ou lesar qualquer interesse mais vital. Os conflitos e a agressividade são elementos vitais na Adhocracia: o trabalho dos quadros» e de todos os agentes da estrutura «consiste em canalizá-los para fins produtivos» (idem: 487-488).

Assim, temos a assunção de que a competição intra-trabalhadores no seio do local de trabalho e, noutro plano, no seio da *comunidade práctico-simbólico-ideológica empresarial* é uma condição inescapável para o bom funcionamento da empresa capitalista. Mais ainda, na medida em que os trabalhadores em competição não são convocados para o jogo concorrencial nessa sua figura laboral e de classe mas enquanto quase micro-empresários em competição, uma possível agregação coletiva *de* e *entre* assalariados em torno de qualquer tipo de reivindicações, afigura-se como um empreendimento sumamente mais complexo e obstaculizado.

No compasso histórico que a(s) classe(s) trabalhadora(s) têm vivido nas últimas décadas, compasso histórico decorrente da hegemonia desta situação de individualização da sua orgânica interna, a produção de valor continua.

Conclusão

A transformação do trabalhador num empreendedor autónomo ao mesmo tempo que o individualizou acabou também por o integrar numa comunidade muito mais vasta.

Com efeito, em paralelo com o vetor da fragmentação da classe trabalhadora em agentes empreendedores individuais verificou-se a existência de uma comunidade empresarial que congrega trabalhadores, proprietários, gestores e supervisores numa perspetiva organicista/instrumental de cada uma das peças da empresa. Como se procurou evidenciar, a formação de uma comunidade supraclassista surge no plano meso-social (dentro de cada organização ou empresa) como o corolário da formação de um conjunto de trabalhadores pró-ativos, empreendedoristas e performativos em prol da otimização dos recursos disponíveis e, com isso, ampliar o campo de negócios da respetiva empresa. Nesse sentido, o empreendedorismo estabelece residência - simbólica e ideológica - em várias classes sociais (da burguesia dirigente e proprietária, aos gestores e supervisores, sem esquecer trabalhadores produtivos e empregados comerciais), sem com isso perder o seu lastro de classe.

Se as relações de trabalho se mantêm hierarquizadas e estruturadas em torno das funções economicamente antagónicas do capital (direção, gestão e supervisão da força de trabalho) e do trabalho (produção e circulação de valor), importa relembrar que a produção simbólico-ideológica revela toda a sua importância nas sociedades contemporâneas, especialmente quando esta agrega dimensões organizacionais, motivacionais, comportamentais e, naturalmente, culturais. Temos assim que o empreendedorismo consuma um papel duplamente relevante. Como ponto de encontro entre dimensões socioeconómicas e socioculturais, demonstração evidente da complexidade dos fenómenos sociais. E, por via da junção de disposições e de práticas pró-ativas, como plataforma de cruzamento/conciliação de dinâmicas classistas antagónicas no plano económico. No caso aqui em mãos, o empreendedorismo alcança um grau superior de organização do universo empresarial ao obliterar a relação de classe - no plano discursivo e ideativo - e ao substituí-la por uma relação comunitária de partilha de interesses. Partilha de interesses que não se concretiza primordialmente numa ótica repressora ou impositiva mas, corolário da estética imanente ao empreendedorismo, por intermédio do empenho e de um comprometimento afetivo, criativo e performativo do trabalhador.

O processo de recomposição ocupacional e profissional da classe trabalhadora, e a retração política e social da classe trabalhadora nos países capitalistas mais desenvolvidos nas últimas décadas não é uma mera decorrência estética. Todavia, a estética penetra este processo de dois modos fundamentais. Por um lado, a performatividade imputada e esperada no quadro do empreendedorismo incorpora uma componente estética tanto para

a produção de novos produtos e reorganização de processos, como no empenho devotado a uma ação capaz de mudar o mundo e colher interesse estético nos detalhes dos atos mais rotineiros. Ou seja, a formação do self do trabalhador no capitalismo toyotista não vive sem uma constante mobilização da criatividade e das capacidades cognitivas, mesmo que em contextos de precariedade laboral.

Por outro lado, a transformação do carácter coletivo da classe trabalhadora numa comunidade simbólico-ideológica não deixa de ser, num sentido lato, um processo com propriedades estéticas. Se as relações de trabalho se mantêm hierarquizadas e estruturadas em torno das funções economicamente antagónicas do capital (directão, gestão e supervisão da força de trabalho) e do trabalho (produção e circulação de valor), importa lembrar que a produção simbólico-ideológica revela toda a sua importância nas sociedades contemporâneas, especialmente quando esta agrega dimensões organizacionais, motivacionais, comportamentais e, naturalmente, culturais. Temos assim que o empreendedorismo consuma um papel duplamente relevante. Como ponto de encontro entre dimensões socioeconómicas e socioculturais, demonstração evidente da complexidade dos fenómenos sociais. E, por via da junção de disposições e de práticas pró-activas, como plataforma de cruzamento/conciliação de dinâmicas classistas antagónicas no plano económico. No caso aqui em mãos, o empreendedorismo alcança um grau superior de organização do universo empresarial ao obliterar a relação de classe - no plano discursivo e ideativo - e ao substituí-la por uma relação comunitária de partilha de interesses. Partilha de interesses que não se concretiza primordialmente numa ótica repressora ou impositiva mas, corolário da estética imanente ao empreendedorismo, por intermédio do empenho e de um comprometimento afetivo, criativo e performativo do trabalhador. Em suma, separados e fragmentados no espaço económico concorrencial do mercado de trabalho, o empreendedorismo coloca os trabalhadores todos juntos no âmbito da transversalidade das práticas laborais esperadas e no âmbito da agregação exclusivamente simbólico-ideológica de trabalhadores, empresários, gestores e supervisores numa comunidade dentro de cada empresa: a comunidade empresarial. O capitalismo toyotista constitui-se, assim, numa constelação de comunidades empresariais, concorrentes entre si. A constelação de comunidades empresariais não apenas fragmenta os trabalhadores internamente a cada empresa, mas também entre todas elas. Mas ao fragmentar por via do empreendedorismo individual de cada um, numa interminável luta pela sobrevivência, o toyotismo também estipula o denominador comum: a dupla agregação de cada trabalhador a um ideário comum de compromisso total e de entrega das suas melhores qualidades à produção de valor, e de cada trabalhador a uma empresa. Neste carrossel entre fragmentação e agregação, a diferenciação das classes parece esfumar-se.

Bourdieu denominaria esta rede de processos de violência simbólica. Do que se procurou demonstrar no artigo, tais processos buscam representar a capacidade espantosa de recuperação institucional do capitalismo (e da classe dos gestores) em apreenderem dinâmicas de criatividade, de entusiasmo e de colaboração coletiva que a classe trabalhadora tinha apresentado em lutas sociais nos anos 60 e 70, portanto anteriores à substituição do fordismo pelo toyotismo e à promoção do empreendedorismo. Se todo este processo social e cultural de profunda reconversão - linguística, simbólica, semântica e praxiológica - de temas libertários de auto-organização da classe trabalhadora em novas modalidades de hetero-organização e de subsequente amplificação da extração do volume de excedente económico não tem o seu quê de estético, então fica-se sem saber que maior efeito estético se poderia atingir na modulação das sociedades contemporâneas.

Para terminar, uma última exemplificação do papel de estruturação social desenvolvido por processos de estetização. Recorrendo a um dos autores que mais tem abordado estas temáticas, no caso, Fredric Jameson. Segundo este autor, a obra de arte congenitamente congregaria uma tensão entre o ideológico - a dominação de (uma) classe - e o utópico - a emancipação em torno de um “valor universal inconsistente” com os privilégios de classe. Jameson procura resolver a tensão por meio de uma contradição onde o ideológico e o utópico não apenas se confrontariam entre si dentro de uma obra de arte, mas se embrenhariam e entrelaçariam mutuamente.

Toda a ideologia em sentido forte é utópica na sua própria natureza uma vez que exprime ou projeta a unidade de uma comunidade e que essas comunidades são elas próprias figuras para a concreta vida coletiva de uma conseguida sociedade utópica ou sem classes. A referida unidade entre o ideológico e o utópico aparece como a antecipação da lógica de uma comunidade por vir (Jameson 1983: 298).

Jameson antevê a resolução do conflito tensional entre utopia e ideologia na possibilidade histórica de uma “sociedade utópica ou sem classes”. Portanto, uma “comunidade por vir” presente em cada obra de arte e que comportasse a visão de uma sociedade sem classes.

Por conseguinte, sabendo que a dialética das classes no capitalismo nada tem de inevitável mas tudo de conflitual, estrutural e mutuamente articulável, se Jameson considera que a “comunidade por vir” presente numa obra de arte comporta uma sociedade utópica ou sem classes, porque essa mesma “comunidade por vir” sem classes não possa ser, *no plano discursivo e simbólico-ideológico*, precisamente uma comunidade prático-simbólico-ideológica empresarial? Jameson na sua dialética da utopia e da ideologia apenas

equaciona o lado enunciativo de cada um dos eixos da dialética das classes no capitalismo, mas não os efeitos condicionadores das classes dominantes sobre o conjunto da classe trabalhadora. Afinal não é será a classe dos gestores a mais intransigente defensora de uma sociedade sem classes no plano simbólico-ideológico? Não será esse o maior poder utópico da ideologia dominante no capitalismo: fundar um simbólico comunismo das oportunidades individua(l)is(tas) e performativas de cada um, de modo a obstaculizar ao objetivo político da sociedade sem classes inscrito na tradição dos oprimidos? Haverá maior operação estética?

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni (2011) - *Trabalho e subjetividade*. São Paulo: Boitempo
- ANGUITA, Antonio (2007) - As pessoas acompanham quem toma decisões com critério e valentia. In DORSCH, Manuel Márquez - *Retratos de liderança*. Porto: Ambar, p.87-98
- ANTUNES, Ricardo (2008) - Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, p.19-34
- ARENA, Juan (2007) - O verdadeiro líder deve transformar permanentemente o negócio. DORSCH, Manuel Márquez - *Retratos de liderança*. Porto: Ambar, p.313-327
- BANCO MUNDIAL (1999) - *Poverty and Social Capital*. New York: World Bank
- BATISTA, Roberto Leme (2009) - A reestruturação produtiva e a ideologia das competências. In FIGARI, Claudia (org.) - *La precarización del trabajo en América Latina: perspectivas del capitalismo global*, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, p.95-121
- BERNARDO, João (2004) - *Democracia Totalitária : Teoria e Prática da Empresa Soberana*. Belo Horizonte: Livros Biblioteca Pública Independente
- BERNARDO, João (2000) - *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo
- BOURDIEU, Pierre (1977) - Cultural reproduction and social reproduction, in -KARABEL, J. e HALSEY, A. H. - *Power and ideology in education*. New York : Oxford University Press.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic (1992) - *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- BRAVERMAN, Harry (1974) - *Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century*. New York: Monthly Review Press
- CARCHEDI, Guglielmo (1987) - *Class analysis and social research*. Oxford, Blackwell.
- CARCHEDI, Guglielmo (1977) - *On the economic identification of social classes*. London, Routledge.
- CARMO, Renato (2019) - *Retratos da Precariedade*. Lisboa: Tinta da China
- CABIEDES, Rosario Martín (2007) - O líder tem de transpirar entusiasmo. In DORSCH, Manuel Márquez - *Retratos de liderança*. Porto: Ambar, p.255-266

- CASTELLANO, José María (2007) - A verdadeira sabedoria consiste em ouvir e aprender. In DORSCH, Manuel Márquez - *Retratos de liderança*. Porto: Ambar, p.51-62
- COLEMAN, James (1994) - *Foundations of Social Theory*. Cambridge MA : Belknap Press
- COLEMAN, James (1990) - *Equality and Achievement in Education*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- COLEMAN, James (1988-89) - Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, vol. 94, p.95-120
- COLEMAN, James (1987) - Norms as Social Capital, In RADNITZKY, George ; BERNHOLZ, Peter (org.) - *Economic Imperialism: The Economic Method Applied Outside the Field of Economics*. New York: Paragon House Publishers
- DORSCH, Manuel Márquez (2007) - Princípios de liderança, In DORSCH, Manuel Márquez - *Retratos de liderança*. Porto: Ambar, p.343-364
- DURKHEIM, Émile (2001) - *As regras do método sociológico*, 8ªed. Lisboa: Presença.
- FIELD, John (2009) - *Social capital*. London: Routledge
- FRIEDMAN, Thomas L. (2007) - *The World is Flat: The Globalized World in the Twenty-first Century*. London: Penguin
- FUKUYAMA, Francis (1996) - *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. London: Penguin
- HALPERN, David (2010) - *Social Capital*. Cambridge: Polity Press
- HOOGHE, Marc (2003) - Voluntary Associations and Democratic Attitudes: Value Congruence as a Casual Mechanism. In HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind (org.) - *Generating Social Capital: Civil Society and Institutions in Comparative Perspective*. New York: Palgrave MacMillan, p.89-111
- HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind (2003) - Introduction: Generating Social Capital. In HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind (org.) - *Generating Social Capital: Civil Society and Institutions in Comparative Perspective*. New York: Palgrave MacMillan, p.1-18
- JAMESON, Fredric (1983) - *The Political Unconscious*. London: Methuen and Company
- LOJKINE, Jean (2002) - *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez Editora.
- LOPES, João Teixeira (2001) - Itinerário teórico em torno da produção dos fenómenos

simbólicos. *Sociologia*, 11, p.27-78

MINTZBERG, Henry (2004) - *Estrutura e Dinâmica das Organizações*. 3ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote

MUZYKA, Dan (2000) - Fostering the entrepreneurial spirit. In BIRLEY, Susan; MUZYKA, Dan - *Mastering Entrepreneurship: your Single-Source Guide to Becoming a Master of Entrepreneurship*. London: Financial Times & Prentice Hall, p.364-370

PUTNAM, Robert (2000) - *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon and Schuster

PUTNAM, Robert (1996) - Who killed civic America?, *Prospect*, 7 (24), p.66-72

PUTNAM, Robert (1993) - *Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press

STOLLE, Dietlind (2003) - The sources of social capital. In HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind (org.) - *Generating Social Capital: Civil Society and Institutions in Comparative Perspective*. New York: Palgrave MacMillan, p.19-42

TENA, Félix (2007) - Tornámo-nos eficazes porque dotámos de alma o negócio. In DORSCH, Manuel Márquez - *Retratos de liderança*. Porto: Ambar, p.301-311

VANDERMERWE, Sandra (2000) - The boss as a force for change. In BIRLEY, Susan; MUZYKA, Dan - *Mastering Entrepreneurship: your Single-Source Guide to Becoming a Master of Entrepreneurship*. London: Financial Times & Prentice Hall, p.356-364

WHITELEY, P. (1997) - *Economic growth and social capital*. Sheffield: Political Economy Research Centre

NOTAS SOBRE RACISMO E EUGENIA EM ALGUMAS OBRAS DO MÉDICO HIGIENISTA OCTÁVIO DE FREITAS (1871-1949)

HÉLIO FERNANDES DE MELO¹²

RESUMO: O objetivo do trabalho foi analisar o caráter racista-eugênico presente na obra do médico higienista Octávio de Freitas. A metodologia adotada foi uma revisão da literatura e a leitura de dois livros escritos por Freitas. No livro “Doenças Africanas no Brasil” há uma ambivalência que ora se manifesta entre raça e ambiente, ora entre raça e causas sociais. O racismo e o eugenismo estão presentes em sua obra de Freitas, embora ele seja considerado um ícone na medicina em Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo no Brasil; Higienismo; Eugenismo.

ABSTRACT: The purpose of this article was to analyze racist-eugenic character in literary works of the hygienist doctor Octávio de Freitas. The methodology used was a literature review and Reading two books written by Freitas. In the book “African diseases in Brazil” there is an ambivalence that manifest itself between race and environment or between race and social causes. Racism and eugenics are presente in Freitas’ work, although he is considered an icon of medicine in Pernambuco.

KEYWORDS: Racism in Brazil, Hygeinism, Eugenics

12 Professor do Departamento de Biologia da UFPE.

1. Introdução

Ao longo do tempo, o médico higienista Octávio de Freitas (fig.1) é uma figura emblemática no Recife. Seja pela sua ativa participação nos problemas médico-sanitários da cidade; seja por sua relevante produção intelectual; seja como professor ou seja por sua rede de influências político-acadêmicas. Com muito trabalho, atuou em todas essas frentes e soube construir uma imagem quase intocável da sua personalidade.

Homem do seu tempo, no início do século XX, tais como outros intelectuais, possuía forte referencial teórico do seu trabalho como higienista, entre os quais se destacava o papel da eugenia das raças humanas na constituição da sociedade brasileira.

José Octávio de Freitas nasceu em Teresina, Piauí, no dia 24 de fevereiro de 1871, mas veio ainda criança morar no Recife (VAINSENER, 2005). Com formação acadêmica realizada entre as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Quando se formou, em janeiro de 1893, decidiu vir morar no Recife. E, a partir daí, sua vida profissional, não parou mais de trabalhar.

No início do século XX, quando uma epidemia de peste bubônica assolou Recife, conseguiu, pela primeira vez, efetuar o diagnóstico daquela doença (VAINSENER, 2005). Quando a “Influenza espanhola” atingiu o Recife, por via marítima, combateu a comercialização de produtos deteriorados, a falta de fiscalização nos matadouros, a precária rede de esgotos, enfim, tudo o que significasse atraso, moléstia, e pudesse ocasionar a morte. Sua preocupação era a de prevenir, sempre ensinava a população a lidar com problemas médico-sanitários, alimentares e ambientais, alertando, inclusive, para o desequilíbrio ecológico, como o derrame indiscriminado das caldas das usinas vinha causando aos rios (VAINSENER, 2005).

Freitas foi um médico sanitaria, administrador de saúde pública, escritor, jornalista e pesquisador. Nas suas aulas ele sempre abordou temas relacionados à higiene social, à profilaxia e à assistência pública. Pioneiro em Pernambuco no combate à tuberculose, também liderou campanhas de vacinação em massa, lutou em prol da higienização das cidades, e estudou várias doenças, tais como: varíola, tuberculose, coqueluche, escarlatina, malária, disenteria bacilar ou amebiana, febre íctero-hemorrágica, granuloma venéreo, leishmaniose, beribéri, sarampo, peste bubônica, febre tifoide, hanseníase e sífilis (VAINSENER, 2005).

Freitas escreveu e publicou várias obras relevantes, a exemplo de “Lições de microbiologia”; “Horas de trabalho”; “Meus doentes meus clientes”; “Problemas médicos”; “Doenças

africanas no Brasil”; “Medicina e costumes do Recife antigo”; “De calouro a médico”; “Os animais na história e na higiene”; “Clima e mortalidade”; “Histórico da luta antituberculose em Pernambuco”; “Lepra, leprosos e leprosários”; “Poeiras”; “Dietas e remédios”; “Servindo ao Rotary”; “Médicos, outras figuras e fatos do meu tempo”; “Minhas memórias de médico”; “História da Faculdade de Medicina do Recife”; “Anuário estatístico demógrafo-sanitário de tuberculose no Derby”; “O dispensário de tuberculose no Derby”. Faleceu no Recife, no dia 26 de janeiro de 1949, aos 78 anos de idade.

No Recife existem, em sua homenagem, entre outras, uma rua com seu nome; um busto de bronze nos jardins que circundam o Centro de Ciências da Saúde, no campus da UFPE; e um grande hospital (o antigo Sanatório do Sancho), destinado ao tratamento de tuberculosos, hoje chamado Hospital Geral Octávio de Freitas. Por sua vez, o nome da Liga Pernambucana Contra a Tuberculose também mudou para Centro Médico Octávio de Freitas. Seu nome foi escolhido ainda como patrono do auditório da Sociedade de Medicina de Pernambuco (VAINSENER, 2005).

É objetivo do presente trabalho, reconhecer o pioneirismo da sua ação como médico e intelectual, mas, ao mesmo tempo, apresentar uma crítica da sua representação heroica na história oficial.

2. Fundamentos dos conceitos atuais

De acordo com Futuyama (2002), raça é um termo mal definido para um conjunto de populações que ocupa uma região particular que difere em uma ou mais características das populações em outras regiões. Mesmo nos livros didáticos de genética o conceito de raça é mal definido, como podemos ver em Snustad e Simmons (2008): “um grupo distinto de organismos de determinada espécie”, um conceito no mínimo simplista, em que os autores parecem querer evitar para não incorrer em erro.

Hoje se sabe que o conceito de “raças” humanas não tem sustentação científica, não é um conceito biológico. Como escreve Munanga (2004), os progressos realizados na genética humana, biologia molecular, bioquímica, onde os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.

Pena (2005) afirma igualmente, que há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem. Em outras

palavras, as categorias “raciais” humanas não são entidades biológicas, mas construções sociais. Mas esse conceito tem sido usado não só para estudar e sistematizar as populações humanas, como também para criar um esquema classificatório que parece justificar a ordem social e a dominação de alguns grupos por outros. Assim, a persistência do conceito de raça está ligada à crença atávica de que os grupos humanos existem em uma escala de valor. A classificação de “raça” não tem um papel útil na avaliação clínica do paciente individual e que a medicina brasileira só teria a ganhar banindo “raça” de seus cânones. Mais adiante escreve Pena:

*Acredita-se que cerca de 90 mil anos atrás alguns grupos humanos emigraram da África para outros continentes, dizimando e substituindo em seu trajeto os homens de Neandertal (*Homo sapiens neandertalensis*) e outras populações arcaicas de *Homo sapiens*. Nesse cenário, todos os seres humanos atualmente vivendo na terra compartilham um ancestral africano relativamente recente. Por baixo da pele, todos nós somos africanos! As diferenças morfológicas que vemos na aparência dos humanos atuais são desenvolvimentos recentes, tendo ocorrido apenas nos últimos 50 mil a 40 mil anos (PENA, 2005, p.324).*

O conceito de raça é carregado de ideologia e sempre traz consigo algo não explicitado: a relação de poder e dominação (MUNANGA, 2004). Assim, o conceito social de raça “contamina” a sociedade e tem sido usado para oprimir e fomentar injustiças, mesmo dentro do contexto médico. Como disse Munanga (2004), é a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2004).

Futuyma escreve na segunda edição do seu livro “Biologia Evolutiva”, um livro didático editado no Brasil pela FUNPEC-USP:

Devido as suas implicações sociais, a genética e a evolução humanas são assuntos altamente impregnados de emoção e grande parte da literatura nesses temas é influenciada por afirmativas que não são baseadas em evidências e por suposições não verbalizadas e muitas vezes não testadas. Isso também é válido para outras áreas, mas especialmente na biologia humana tem trazido consequências perigosas. Muito da história das ideias científicas sobre raças humanas, por exemplo, tem servido para legitimar conceitos racistas de sociedade nas quais essas ideias tiveram muita influência. H.H. Goddard (1920), um pioneiro em testes mentais, “descobriu” através da aplicação de testes de QI em imigrantes, que 79% dos italianos, 83% dos judeus e 87% dos russos tinham “Inteligência abaixo da normal” e alertou para o perigo das consequências sociais da imigração devido à “caracterís-

tica fixa dos níveis mentais”, uma estabilidade ou fixidez para a qual não havia, e nunca poderia haver, um mínimo de evidência (FUTUYMA, 2002, p 531).

Esse pensamento eugênico já se configurava no discurso do filósofo inglês Herbert Spence em meados do século XIX, como bem observou Bolsanello (1996):

O Darwinismo social pode ser definido como a aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humana. Seu grande mentor foi o filósofo inglês Herbert Spence (1820-1903), que criou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, que mais tarde seria utilizada por Darwin [...] A vida na sociedade humana é uma luta “natural” pela vida, portanto é normal que os mais aptos a vençam, ou seja, tenha sucesso, fiquem ricos, tenham acesso ao poder social, econômico e político; da mesma forma, é normal que os menos aptos fracassem, não fiquem ricos, não tenham acesso a qualquer forma de poder (BOLSANELLO, 1996, p. 154).

Já suas consequências no movimento eugênico no Brasil, escreve Castañeda (2003), que podem ser identificadas duas orientações pretensamente científicas do movimento eugênico (1917-37) que se estabeleceram em função da aderência às teorias de herança lamarckistas e mendelianas, acrescidas de orientações de cunho ideológico racial. A eugenia de fundamentação lamarckista é encontrada nos trabalhos de Renato Kehl, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo e fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo. Por outro lado, a orientação mendeliana é verificada nos trabalhos de Octávio Domingues, professor da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz. Com relação à ideologia racial, também verificam-se divergências: Kehl condenava a mistura de raças por ser um dos fatores que degeneravam a espécie humana; Domingues aceitava a miscigenação (principalmente entre brancos e negros) por ser um fator de clareamento da raça negra.

A eugenia desenvolveu-se como um movimento social, pretensamente científico, cuja meta primordial era o aprimoramento da raça humana, no Brasil ela incorporou, durante certo período, a esperança de que as condições do meio ambiente teriam repercussão sobre o patrimônio hereditário. Acreditando que a miséria e as doenças comprometiam não apenas as condições físicas e mentais dos indivíduos a elas expostos, mas também à sua prole, os defensores do saneamento clamavam pela urgência de se transformar aquela realidade. O saneamento, a educação higiênica, a boa alimentação passaram a ganhar lugar de destaque no discurso daqueles intelectuais, sendo apresentadas como medidas de caráter eugênico (SANTOS, 2003).

Assim, a eugenia, o higienismo e o racismo foram algumas das fontes inspiradoras dos intelectuais brasileiros que, no início do século XX, pensaram o país e sua população, apresentando propostas para a solução dos problemas por eles diagnosticados (STANCIK, 2005).

3. Contexto eugênico-racista das obras

Em 1883, o ano seguinte a morte de Charles Darwin, Francis Galton, seu primo, publicou o livro, *Inquiries into Human Faculty and Its Development*, no qual apresentou uma estratégia para melhorar a raça humana. Galton acreditava, baseado na teoria darwinista da seleção natural, que era possível melhorar as características humanas tais como força e inteligência através da seleção artificial, em outras palavras, pela imitação do mecanismo da seleção natural. Assim, Galton acreditava que poderia realizar em apenas algumas décadas o que a natureza vinha tentando ao longo de um grande período (MUKHERJEE, 2016).

Segundo Mukherjee (2016), Galton escreveu, “estamos muito necessitados de uma palavra breve para expressar a ciência de melhorar a estirpe”, e continua, “para dar às raças ou linhagens de sangue mais adequadas uma chance melhor de prevalecer depressa sobre as menos adequadas”, uma estratégia que o próprio Galton chamou de “viricultura”, mas que posteriormente substituiu o termo por eugenia que segundo o próprio Galton era um termo mais elegante, conveniente e oportuno, um vez que esse termo combinava o prefixo grego “eu” (bom, verdadeiro) com “gênese”, ou seja, “aquele ser de boa estirpe, hereditariamente dotado de qualidades nobres”.

Na pesquisa científica, afirmações ou suposições inconsistentes afetam diretamente a interpretação dos dados, porém, as convicções ideológicas do cientista afetam os próprios dados e o modo como eles são obtidos. No passado, alguns psicólogos acreditavam que o homossexualismo era “não natural” e “patológico” e através de um estudo de uma amostra viciada de homossexuais que estavam sendo submetidos a tratamento psiquiátrico “provaram” que os homossexuais são neuróticos e desajustados (FUTUYMA, 2002).

Sobre os eugenistas, Siddhartha Mukherjee transcreve um trecho do trabalho de G.K. Chesterton, *Eugenics and Other Evils*:

Os eugenistas são, em sua maioria, eufemistas. Quero dizer meramente que se sobressaltam com palavras curtas enquanto se tranquilizam com palavras longas. E são totalmente incapazes de traduzir umas para as outras. (...) Diga a eles: “O (...) cidadão deve (...) garantir que o bônus da longevidade nas gerações precedentes não se torne desproporcional e intolerável, em especial para as mulheres”; diga isso a eles e se balançarão de leve para frente e para trás. (...) Diga a eles “assassine sua mãe”, e eles se aprumarão na cadeira de supetão (MUKHERJEE, 2016, p. 84).

As pesquisas, atualmente, indicam que as doenças que proliferaram nas Américas portuguesa e espanhola foram resultado do intenso tráfego colonial e contatos entre diversos povos, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Alguns intelectuais, principalmente médicos, propalavam, em seus artigos e livros, que as origens das enfermidades do Brasil tiveram como berço a África. Esta concepção contribuiu para a construção de um imaginário sobre as origens africanas das doenças brasileiras e, ao mesmo tempo, para consolidar uma visão extremamente negativa acerca da África (ABREU, 2005).

Uma obra que nos possibilita visualizar com maior clareza a aproximação de Freitas com teorias raciais é o Livro “Doenças Africanas no Brasil”, publicado em 1935 pela Companhia Editora Nacional. Essa obra foi realizada a convite de Gilberto Freyre para compor o quadro de estudos para o I Congresso Afro-Brasileiro, que ocorreu entre os dias 11 e 16 de novembro de 1934, no Teatro de Santa Isabel, na capital pernambucana. Os argumentos ideológicos, eugênicos e racistas articulados pelos nazistas, influenciaram também os intelectuais e a imprensa brasileira. Ao mesmo tempo realizava-se no Recife o Congresso Afro-brasileiro, idealizado e organizado por Gilberto Freyre, que à sua maneira, procurava abordar os aspectos positivos da miscigenação. (GOUVEIA, 2017).

O livro de Octávio Freitas insere-se na perspectiva dos médicos sanitaristas que foram publicadas entre o fim do século XIX e início do século XX. Saliente-se que o autor escreveu outras obras que datam do início do século XX e que seu estudo é fundamentado nos estudos de outros médicos sanitaristas, o que nos permite concluir que “Doenças africanas no Brasil” não é uma obra isolada, na medida em que reflete toda uma concepção sobre a influência racial das doenças no Brasil (ABREU, 2005).

Influenciado por uma concepção oriunda da “geografia médica”, escreve sobre a epidemia da “Influenza” (Gripe Espanhola) em Pernambuco: “vindo não se sabe bem de onde, apesar de proclamarem-no originário da Pérsia ou da Sibéria - deste temeroso Oriente tido como berço de todas as grandes epidemias...” (FREITAS, 1918). Nesse contexto, Bruno Marcio Gouveia escreve em seu artigo intitulado “Octavio de Freitas e as crônicas médicas

em Pernambuco”, referindo-se a literatura médica que deixava evidente a tentativa de medicalizar a sociedade:

É preciso esclarecer que em princípios do século XX, estava buscando-se construir uma sociedade moderna e segundo esse ponto de vista seria necessário o redirecionamento de novas condutas, em sintonia com os novos preceitos de higiene, contudo diversas práticas higienistas ocorreram de forma autoritária e excludente, favorecendo padrões de comportamento vinculados a grupos elitistas que almejavam continuar exercendo seu lugar de dominação social (GOUVEIA, 2020, p. 220).

De acordo com Gouveia (2020), a medicina no início do século XX no Brasil tentava a todo custo substituir as terapias oriundas dos saberes populares tradicionais pela terapia alopática, e que Octávio de Freitas em suas crônicas objetivou divulgar os preceitos e os benefício da medicina alopática.

Ao se localizar a “geografia médica do mal”, no continente africano, e ao associar as doenças à promiscuidade dos negros, autores como Freitas acabavam por reforçar a ideia de que grande parte dos problemas do Brasil estava relacionada com a questão racial. O determinismo racial das doenças encontrava respaldo na literatura médica produzida no Brasil desde o século XIX (ABREU, 2005).

Como escreve no seguinte trecho:

Contem e cantem os outros os bons efeitos desta raça infelicitada pelas circunstancias mesológicas e sociais em que vivia, que eu irei pondo “um pouco de água fria” nestes entusiasmos, muito justos talvez, fixando nestas aguadas páginas o mal que o colono africano introduziu em nosso país.

Eu sei, e proclamarei bem alto. que não foi ele o culpado dessa infestação de nossas terras pelas doenças de que foi o portador involuntário, e sim os que, por cobiça e por interesses pecuniários, conduziram atabalhoadamente os pretos africanos para as nossas plagas, sem exame prévio de suas condições de saúde e sem o menor cuidado, e isto é, com a maior franqueza, que declaro (FREITAS, 1935, p.30).

Esse pensamento de Octávio de Freitas se enquadra bem na análise feita por Maria Augusta Bolsanello do panorama socioeconômico dos períodos da escravidão e pós-escravidão no Brasil:

Analisando-se o panorama socioeconômico do período da escravidão e pós-escravidão no Brasil e as receptividades que tiveram as ideias do darwinismo social, da eugenia e do racismo “científico” entre a intelectualidade brasileira, infere-se que, na realidade, estas ideias se caracterizavam por um discurso ideológico muito cômodo, no sentido de mascarar a realidade social, impedindo a percepção desta realidade e do modo de produção das relações sociais, com fins únicos de domínio e expropriação (BOLSANELLO, 1996, p. 162).

Segundo Souza e Carvalho (2015), Freitas apresenta em sua narrativa uma certa ambivalência ao interpretar a migração de doenças ao Brasil apontando como a causa de tais doenças ora a fatores ambientais ora a fatores raciais, associando-as ao negro escravizado. No entanto, esse pensamento não era exclusivo de Freitas uma vez que estava presente nas obras de diversos autores da época.

A ideia defendida por Freitas é que além das doenças, os africanos influenciaram de forma negativa na formação da raça brasileira, levando à formação de um corpo mestiço da nação, debilitado e indefeso. A fraqueza do organismo levaria, por sua vez, à uma raça triste e apática, sendo essa apatia e tristeza elementos negativos na formação do caráter nacional tal como simbolizada pela imagem do “Jeca-Tatú” de Monteiro Lobato (ABREU, 2005).

Pode causar certa surpresa constatar-se que intelectuais como Monteiro Lobato (1882-1948), celebrizado por seus personagens infantis, entre muitos outros nomes de prestígio e projeção na sociedade brasileira, incluiu-se entre os defensores do movimento eugênico (STANCIK, 2005).

A tese defendida por Freitas está inserida em um contexto histórico específico: a afirmação da construção da ideia de uma nação civilizada, branca e higienizada em contraposição a uma Colônia promíscua, mestiça, insalubre. Por outro lado, é preciso evidenciar que os estudos, como o de Freitas, acabaram por influenciar em uma determinada imagem da África negra: uma terra insalubre, portadora de doenças e de vícios como a luxúria e a promiscuidade (ABREU, 2005)

No seu livro “Doenças africanas no Brasil”, Freitas (1935) relacionou as seguintes doenças, que, segundo ele, foram trazidas pelos africanos para o Brasil: Mácúlo (inflamação do ânus), Boubas (pústulas tegumentares), Gundú (excrecências ósseas nasais), Frialdade (amarelão, ancilostomose), Bicho da Costa (dracunculíase), Ainhum (lesão nos dedos mínimos dos pés), Bicho dos pés (tungíase), Disenteria mansoniana (esquistossomose intestinal), Alastrim (forma benigna de varíola), Filárias (filariose linfática (elefantíase), Mosquitos africanos (*Anophclcs* (paludismo), *Stegomya* (*Aedes aegypti*) (febre amarela), *Culex* (filariose) e

Teniorhynchus (Aedes taeniorhynchus) (esta última espécie de mosquito nada tem a ver com doenças humanas, pois habitualmente suga o sangue de répteis).

O racismo de Freitas, também está expresso em alguns capítulos finais do seu livro “Medicina e Costumes do Recife Antigo”, tais como no capítulo intitulado “O homem da rua do Padre Muniz”, quando afirma:

O Recife foi, sem contestação, durante largo tempo do século XIX, um viveiro dos mais desabusados curandeiros que viviam entre nós com toda a tranquilidade, empanturrando com as suas drogas a um número considerável de indivíduos os quais, uma vez achacados por qualquer doença, preferiam procurá-los a recorrerem aos médicos de verdade. Paula Portão, o Homem do Dedo, o Bento Milagroso e uns quantos outros da mesma catadura fizeram boa colheita no Recife (FREITAS, 1943, p.164).

Referindo-se ao homem da rua Padre Muniz, escreve: “Este sujeito pardavasco de meia idade era um espertalhão...” (p.164). Noutro capítulo sobre “O preto Manuel”, escreve: “O matreiro pretinho fez constar a meio mundo que era possuidor de uma fórmula medicamentosa...” (p.167). E por aí vai, com conotações racistas, confundindo práticas de saúde populares com os verdadeiros charlatães, que comerciavam medicamentos.

Percebe-se aqui a elaboração para desqualificar as práticas populares ligados à cura. Freitas, assim como a imprensa da época, utilizava-se de termos depreciativos, como embusteiros, feiticeiros e charlatães para se referir a esses personagens (GOUVEIA, 2017).

Freitas encerra o seu livro, acreditando que, com a Fundação da Faculdade de Medicina do Recife, iniciava-se um novo capítulo na consolidação dos ideais da medicina científica, a qual ele denominava de “divina ciência”. Todavia, os saberes populares ligados à saúde encontraram caminhos para resistir e se reinventar, atravessando séculos e se fazem presentes até hoje (GOUVEIA, 2017).

Segundo Santana e Santos (2016), essas teorias das desigualdades raciais chegaram ao Brasil quando estava em curso a reconstrução do Estado neoliberal republicano e, nessa conjuntura, a mestiçagem tornou-se rapidamente alvo dos intelectuais brasileiros, juntamente com a presença de negros e índios, apontados como os principais entraves para a ascensão do país ao mundo civilizado. Nara Santana e Ricardo Augusto dos Santos afirmam em seu artigo intitulado “projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX, publicado na “Revista Estudios Sociales”:

Amparados nos postulados científicos que foram difundidos no Brasil: ideias natu-

ralistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas, influenciaram o pensamento brasileiro a partir dessas concepções europeias. Assim como a teoria das desigualdades raciais apontava para o problema racial, o determinismo geográfico apontava para a influência do meio para a adequação do homem ao trabalho e à civilização (SANTANA e SANTOS, 2016, p. 29).

É importante destacar uma contradição entre a teoria das desigualdades raciais e os postulados científicos já bem definidos no início do século XX, principalmente a teoria da evolução das espécies: a teoria sintética da evolução estabeleceu que a variabilidade era o cerne da evolução biológica. Assim, a afirmativa de que a mestiçagem, o negro e o índio são os problemas que travam a civilidade de um povo vai de encontro a esse postulado científico. Este pensamento parece que retrocede à filosofia essencialista, a um bom tempo abandonada pelo pensamento científico.

Embora o racismo e eugenismo estejam evidentes na obra de Octávio de Freitas, Vainsencher (2005) afirma que ele em sua carreira atuava contra os privilégios de classes ou discriminação racial, nomeou um médico negro, Dr Vicente Gomes, para atuar junto às camadas carentes da população promovendo a vacinação.

Vainsencher (2005) destaca o senso de justiça e o entusiasmo de Octávio de Freitas pelo abolicionismo, classificando-o como um homem “apaixonado pelo sentimento de justiça, um grande entusiasta do abolicionismo, tendo participado de comícios liderados por Joaquim Nabuco, José de Patrcínio e José Mariano.”

É importante salientar que em 13 de maio de 1888, quando a princesa Isabel assinou a lei Aurea e aboliu a escravatura, Octávio de Freitas era um jovem de 17 anos de idade, e que o entusiasmo abolicionista era natural na juventude da época. Embora não se questione a sua competência profissional, o racismo e o eugenismo estão presentes na literatura médica produzida por Octávio de Freitas.

Considerações finais

Souza e Carvalho (2015) comentam uma certa ambivalência entre raça e ambiente no livro “Doenças Africanas no Brasil” (1935). Entretanto, diríamos mais, a sua ambivalência, ora se manifesta entre raça e ambiente, ora entre raça e causas sociais.

No Recife, há um exagerado processo de “heroificação” sobre a atuação de Freitas na vida pública. Há um processo de tensão entre o que é real e o que é fruto de um processo de idealização nessas narrativas elaboradas em torno de uma personagem emblemática como

Freitas (GOUVEIA, 2017). Assim, são construídos os ícones na história oficial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luiz Neves. Das enfermidades e dos saberes sobre o corpo dos africanos no Brasil: historiografia, práticas e apropriações. In: História e Perspectivas, n.32/33, p.179-194, 2005.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. In: Educar. n. 12, p. 153-165, 1996.

CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Eugenia e casamento. In: História, Ciências, Saúde Manguinhos, v. 10, n. 3, p. 901-30, 2003.

FREITAS, Octávio. Relatório dos Serviços Efectuados Durante a Epidemia da “Influenza”; Apresentado em 25 de novembro de 1918 ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Estado pelo Diretor de Hygiene Dr. Octavio de Freitas. Recife: Typ. da Imprensa Official, 1918.

FREITAS, Octávio. Doenças Africanas no Brasil, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935.

FREITAS, Octávio. Medicina e costumes do Recife Antigo. Recife: Imprensa Industrial, 1943.

FUTUYMA, Douglas. Biologia Evolutiva. Ribeirão Preto, FUNPEC-PR, 2002.

GOUVEIA, Bruno Márcio. Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Recife 2017.

GOUVEIA, Bruno Marcio. Octávio de Freitas e as crônicas médicas em Pernambuco. In: Temporalidades - Revista de História. Edição 33, v 12, n 2, p. 208-223 2020.

MUKERJEE, Siddhartha. O gene. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 666p.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. P. (org.) Cadernos Penesb (5). Niterói: Ed. UFF. p. 15-34, 2004.

PENA, Sérgio D. J.: Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira. In: História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 12, n. 1, pp. 321-46, 2005.

SANTANA, Nara M. C.; SANTOS, Ricardo Augusto. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. In: Revista de Estudios Sociales. v. 58, p. 28-38, 2016.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. “Lobato, Os Jecas e a Questão Racial no Pensamento Social Brasileiro.” Achegas.net 1 (7), May 2003. Electronic document,

http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm.

SOUZA, Breno Sabino Leite de; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Sua ambivalência entre o racismo e as causas sociais bons ares, maus colonos: ambivalência entre raça e ambiente em Doenças Africanas no Brasil de Octavio de Freitas. In: Hist. R. v. 20, n. 3, p. 80-97, 2015.

STANCIK, Marco Antonio. Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na primeira república. Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts, v. 13, n. 1, p. 45-62, 2005

VAINSENER, Semira Adler. Octávio de Freitas. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 29/06/2020.

ANÁLISE DO DISCURSO ARQUEOLÓGICO DO RACISMO ESTRUTURAL ATRAVÉS DAS IMAGENS VISUAIS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

EDUARDO PUGLIESI¹³

RESUMO: Este artigo investigou as imagens visuais das pessoas negras no Livro Didático de História do EM¹⁴ da rede estadual da PB¹⁵ em duas categorias: escravos e cidadãos. Seu objetivo foi explicitar como o racismo estrutural está presente nas séries enunciativas visuais desse grupo de pessoas. A metodologia escolhida para investigá-las foi a Análise Arqueológica do Discurso (AAD) de Foucault (2015). Foi encontrada uma regra que estabelece um discurso que comunico neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Imagens visuais; Pessoas negras; Racismo estrutural; Livro didático de história; Análise Arqueológica do Discurso.

ABSTRACT: This article investigated the visual images of black people in the EM History Textbook of the PB state network in two categories: slaves and citizens. Its objective was to explain how structural racism is presente in the visual enunciative series of this group of people. The methodology chosen to investigate them was the Archaeological Discourse Analysis (AAD) by Foucault (2015). A rule was found that establishes a discourse that I communicate in this article,

KEYWORDS: Visual images; Black people; Structural racismo; History textbook; Archaeological Discourse Analysis.

13 Doutorando em Educação pela UFPB.

14 EM = Ensino Médio.

15 São os livros didáticos (LD) escolhidos para a disciplina de história através do PNLD (2018) que compõem o conjunto obras oficiais da rede estadual da Paraíba (PB) - no qual cada escola da rede tem a liberdade de escolher com base em um portfólio de três obras.

Introdução

Os tempos carregam as suas idiossincrasias históricas, suas peculiaridades e seus traços identificadores que falam de seu período e lugar. Essas características são marcas indelévels que perpassam as eras. Enquanto estão acontecendo é como se olhássemos para uma ou outra peça de um grande mosaico. Assim, não faz muito sentido, mas quando nos afastamos no tempo e espaço, logo podemos perceber o todo e o sentido que foi construído pelo conjunto da obra (cada peça individual que foi sendo encaixada) que fala muito mais de seu tempo que qualquer autor individual com a melhor obra escrita.

Para corroborar com essa ideia preliminar, vamos verter nosso olhar para a Itália, inicialmente, no século XIV, berço do Renascimento Cultural, que vivenciou três períodos distintos em suas produções: *Trecento*, *Quattrocento* e *Cinquecento*. Que muito contribuiu nas mais variadas formas artísticas deixando um legado em vários lugares, tais como: quadros, afrescos, escultura, arquitetura etc., e nessa mesma perspectiva deixemos que esse olhar se estenda até o século XVI por praticamente toda a Europa que irá produzir uma infinidade de representações visuais (SEVCENKO, 1994).

Ainda com base nessa mesma ideia preliminar, vamos passear historicamente pela Europa e EUA através de um movimento desenvolvido por pensadores que defendiam ver as coisas do mundo por meio da lente da razão - eram as luzes que iluminariam as trevas que eram representadas pelas ideias provenientes do *Ancien Régime*. Assim, os “iluministas” - passaram a pregar a liberdade tanto econômica quanto política. Algo que feria de morte as velhas estruturas (FALCON; RODRIGUES, 2006).

Diante daquilo que foi exposto preliminarmente, nessas duas relações temporais por meio daquilo que as identifica podemos dizer que cada tempo tem suas idiossincrasias que lhe são próprias e desta forma falarem de seu instante histórico para as futuras gerações.

O Século XXI vive imerso em uma rede imagética tão densa que sua presença é quase onipresente nos meios sociais. Elas estão em praticamente todas as relações cotidianas entre as pessoas.

Há uma imanência da imagem visual mediando a maioria das relações entre as pessoas na atualidade. Assim, podemos afirmar que vivemos em uma civilização da imagem (BARTHES, 2005), pois em nenhum outro momento da história da humanidade tivemos tantas imagens visuais em nosso meio regulando as relações sociais e estabelecendo sentidos no meio sociocultural. Isso é comum em uma sociedade que vive como se fosse uma “galáxia imagética” (SANTAELLA; NÖTH, 2015, p. 13).

Nessa perspectiva, podemos ver o quão é significativo a imagem visual tanto para apresentar algo a alguém quanto para servir de representação de uma dada realidade. É por meio dela que os imaginários sociais coletivos são configurados preliminarmente, pois as imagens “sempre têm algo a dizer” (CARLOS, 2010, p. 13).

Os seres humanos ao longo do tempo sempre usaram imagens visuais para representar algo de seu tempo, para dizer alguma coisa a alguém ou a algum grupo e até mesmo para alertar a respeito de algum perigo iminente. Um grande exemplo disso são as pinturas rupestres que são encontradas em diversas cavernas espalhadas por várias regiões do planeta que trazem em seu bojo de representações - caças de animais empreendidas pelo grupo que proporcionaria a sobrevivência de seu grupo, batalhas e mãos em negativos nas paredes de alguma gruta onde se encontravam reunidos, uma vez que “a imagem condensa a visão comum que se tem do passado” (KNAUSS, 2006, p. 99).

Há desde os primórdios um grande potencial comunicativos nas imagens. Elas são livres das estruturas rígidas das palavras. Uma vez que, possuem segundo Dufour (2005, p. 126):

[...] uma natureza intrínseca e uma organização interna [...] - para ler uma imagem, nunca haverá necessidade de começar pelo alto, pela esquerda, pelo centro ou por um ponto qualquer mais que por uma tentativa de apreensão do todo.

Suas correlações e efeitos de comunicação são de outra ordem. Elas estão no campo das linguagens não verbais e, portanto, seus traços, cores e formas conseguem acionar tanto diversos saberes relevantes de seu tempo quanto registrar no imaginário social coletivo aquilo que é válido em seu tempo.

Nessa relação milenar dos seres humanos com as imagens que perpassam o tempo há uma pedagogicidade e uma educabilidade do olhar (CARLOS, 2010), pois por meio desse ato tão simples - o de olhar determinada representação - há um processo de comunicação não verbal muito potente sendo desenvolvido.

Este texto é fruto de uma pesquisa inicial de doutoramento em educação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que já dá os seus primeiros passos com alguns achados muito relevantes que comunicarei na parte dos achados arqueológicos imagéticos que se encontra mais à frente.

Por ora, informo que as imagens visuais pesquisadas para a produção deste artigo, que formam o lócus preliminar dessa investigação se encontram em uma fonte primária divididas em três volumes, a saber: BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**, 1º Ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016a; BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**, 2º Ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016b; e BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História**

sociedade & cidadania, 3º Ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016c.

Esses livros compõem o conjunto de material didático escolhido pelo corpo docente da Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio João da Cunha Vinagre/PB (escola a qual estou lotado desde fevereiro de 2018) no PNLD (2018).

Assim, esses três livros configuram-se tanto como meu instrumento de trabalho junto aos meus alunos/as quanto o campo investigativo a qual me debruço, à procura de regularidades em meio a dispersão dos significantes. Sigo em processo investigativo a fim de identificar formações discursivas e desta forma descrevê-las.

As imagens visuais investigadas nesta pesquisa são apenas de pessoas negras em duas categorias: escravas e cidadãs em suas mais variadas relações e correlações ao longo dos três volumes da fonte primária supracitada.

Diante da importância que a imagem visual tem na sociedade do presente século, mais o seu potencial comunicativo de ideias e saberes sem uma estrutura rígida que perpassa o tempo e os lugares, logo podemos asseverar que essa forma de comunicação é muito sofisticada, já que ela consegue transmitir um gigantesco fluxo de informações entre o emissor e os mais variados receptores dessa mensagem.

O objetivo principal da escrita desse artigo é comunicar de forma entendível e inteligível aquilo que a pesquisa permite compreender de como o racismo ordena o posicionamento e disposição das imagens visuais das pessoas negras ao longo das páginas dos LDs pesquisados, dado que são “portadoras de um conhecimento, pois apresentam elementos sobre o mundo, conhecido ou a se conhecer” (DA SILVA, 2008, p. 67).

Metodologia

A abordagem escolhida tanto para realizar a investigação quanto a análise dos achados foi a Análise Arqueológica do Discurso (AAD), de Michel Foucault (2015), uma epistemologia que possui ferramentas adequadas conforme a especificidade do objeto. Além disso, ela é muito potente para fazer a comunicação sistemática dos achados.

A investigação, preliminarmente, se dar no reino da linguagem, a superfície - o lugar das coisas visíveis. O local que será escavado, que pode ser uma territorialidade: textual (escrita), falada (sonora) ou visual (imagética). Enfim, onde estão as coisas empíricas - no caso desta pesquisa - as imagens visuais das pessoas negras que podem ser captadas pela visão.

Esse reino é governado pelos signos que operam o efeito comunicativo no que se pode ver.

A concepção de signo que será trabalhada neste artigo sobre as coisas vistas é tricotômica (significante, objeto de referência e significado). Ela é inspirada nos vastos estudos sobre a semiótica desenvolvidos por C. S. Peirce (1839-1914). A partir dessa noção, me lanço a investigar as mais variadas imagens visuais de pessoas negras que compõem o bojo delas ao longo dos livros pesquisados.

Assim, o processo da semiose se dará:

Partindo de um modelo triádico de signo, o signo da imagem se constitui de um significante visual (representamen para Peirce), que remete a um objeto de referência ausente e evoca no observador um significado (interpretante) ou uma ideia do objeto. Já que o princípio da semelhança possibilita ao observador unir os três elementos constitutivos do signo, não de estranhar que o conceito de imagem seja reencontrado nas denominações de cada um dos três constituintes. Às vezes, a palavra “imagem” designa o representamen no sentido de desenho, fotografia e quadro (SANTAELLA; NÖTH, 2015, p. 61).

São eles que dão sentido e compreensão aos atos comunicativos em qualquer ordem: verbal ou não verbal. Por isso, é primordial entender que o ser da linguagem é constituído por signos, ou seja, tudo aquilo que nos remete a alguma coisa. É a ideia que recorreremos para lembrar, representar, referir-se ou anunciar algo (CARLOS, 2017).

O signo em sua relação triádica com o objeto possui três modelos semióticos ao qual os três entes que configuram o signo atuam para construir um significado na comunicação em qualquer linguagem.

Primeiro, o ícone: um significante visual (Representamen) - um signo que carrega uma gama de qualidades específicas que o qualifica em sua relação com um determinado objeto; representa o objeto por particularidades de semelhança ou analogia. Exemplos: Estátuas, desenhos, fotografia desde guardem semelhança com o que representam (FERNANDES, 2011).

Segundo, o índice: um significante visual (Representamen) - um signo que conserva sua relação com o objeto ao qual alude em virtude ser afetado por ele, mas não é ele; é uma espécie de ícone que aponta para algo que ainda não se vê, mas que apresenta indicialmente sem ter traços de semelhança. Quem vê um indício logo sabe que há algo por trás. Pode-se asseverar que ele é um signo de grande utilidade para as relações humanas no contexto sociocultural ao qual se está inserido. Exemplos: fumaça na floresta que é um índice de incêndio; já fumaça saindo da chaminé de uma padaria é um aviso de ter pão no forno e em breve estará pronto, as nuvens se avolumando no céu ficando escuras é um índice que vem chuva (FERNANDES, 2011).

Terceiro, o símbolo: um significante visual (Representamen) - um signo no qual sua relação

com o objeto se dar através de uma convenção; opera por meio de duplicação e requer uma ideia geral. Um símbolo é algo que quando olhamos para ele, logo sabemos o que significa, há uma convenção em relação àquela imagem visual que está ali diante de olhos. Exemplos: uma pomba branca voando, símbolo da paz; o brasão de uma universidade; uma montadora de automóvel que tem sua marca registrada em um símbolo na frente de seu carro (FERNANDES, 2011).

Desta forma, de posse desses conceitos sobre os três modelos sógnicos vamos nos ater como a consciência simbólica do racismo tanto se configura quanto se estabelece no livro didático de história do ensino médio.

Esse entendimento é essencial para o desenvolvimento da investigação naquilo que está posto na dimensão da plausibilidade, mas esse não é o lugar da AAD que precisa adentrar nas camadas mais profundas, já que ela perpassa o reino das coisas visíveis - da linguagem. E, vai em direção ao reino dos discursos - onde estão os enunciados - o ser do discurso (FOUCAULT, 2015). Este é o campo que esta pesquisa se debruça a fim de encontrar uma formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2015, p. 47).

Com base nessa compreensão, Foucault (2015) direciona as investigações no sentido de se buscar as regularidades que há na dispersão das séries enunciativas. Por isso, o objetivo da AAD é aprofundar suas pesquisas escavando em uma verticalidade até as camadas mais profunda da linguagem.

Nesse processo investigativo, se rompe o limiar (lugar de separação entre do reino dos signos e dos enunciados). Esse é um procedimento que o Dr. Carlos (2017, p. 190) intitula de operar “o giro arqueológico”. Um momento que leva a pesquisa a percorrer a camada dos discursos - onde estão os enunciados. Após esse rompimento que é próprio da epistemologia da AAD as investigações se darão em busca dos artefatos enunciativos que se encontram na “grande superfície dos discursos” (FOUCAULT, 2015, p. 95)

Horizonte operativo

Partindo da premissa metológica que orienta esta pesquisa, discorrerei, brevemente, sob como se opera com a AAD em uma investigação.

É um processo que se dá em similaridade ao ofício de um arqueólogo. Pois, quando o mesmo encontra indícios de artefatos em determinado terreno logo passa a desenvolver sua pesquisa do local a fim de escavar.

Um arqueólogo nunca sabe o que encontrará ali naquele solo, pois há muitas camadas de entulhos que escondeu os artefatos por muito tempo. Da mesma forma é o pesquisador da AAD - ele não sabe o que irá encontrar - até encontrar os artefatos e proceder com as devidas análises.

De posse desses conceitos analógicos que servem de norte para uma pesquisa arqueológica vamos ao horizonte operativo que se desenvolve em três etapas, a saber: mapear, analisar e descrever (ALCANTARA; CARLOS, 2013).

Nessa primeira etapa, a partir dos indícios encontrados (alguma pista que ali tem artefatos enunciativos escondidos nas várias camadas da linguagem) no local que a pesquisa se dará é feito um mapeamento - levantamento das fontes primárias e secundárias. No caso desta pesquisa (BOULOS JÚNIOR, 2016a, 2016b, 2016c), portanto, um momento de horizontalização da investigação que se segue delineando o documento que será escavado na próxima etapa segundo os aspectos do tempo, espaço, gênero e os conceitos que serão usados para explicar os acontecimentos presentes em cada imagem visual que será mapeada nas fontes supracitadas.

Na segunda etapa, é o momento de se debruçar sobre tudo que foi mapeado e analisar pormenorizado. É nesse instante que há a sistematização do material encontrado, começando pelas fontes primárias e se ela apontará para outras secundárias com novos desdobramentos ou não. É aqui que ocorrerá a verticalização da investigação, quando o pesquisador adentra em uma camada mais profunda do solo da linguagem.

Ele sai do campo do visível e procura encontrar as formações discursivas que são formadas pelo conjunto das imagens visuais que obedecem determinada regularidade em uma dispersão que foram mapeadas e lidas sistematicamente. Efetivamente, é o momento que se opera “o giro arqueológico” (CARLOS, 2017, p. 190). De posse das informações mais elaboradas, com base não apenas das coisas vistas, mas das investigadas enunciativamente pode-se avançar para a próxima etapa desse horizonte operativo.

Por fim, é nesta etapa que se dará visibilidade por meio da descrição do complexo de relações enunciativas que foram identificadas na análise sistemática das fontes. Assim como um arqueólogo só pode dizer algo sobre seus achados após a escavação, retirada do artefato que estava encoberto por muitas camadas de terra e geralmente só se encontra um fragmento que precisará ser estudado para saber o que ele significa.

Muitas das vezes, o arqueólogo recorre aos saberes de outras áreas para descobrir do que se trata aquele fragmento e só assim ele pode começar a entender os seus achados. De posse de todas essas informações sistematizadas ele parte para a árdua tarefa de conferir comunicabilidade por meio da inteligibilidade presente em sua pesquisa. Assim, como assevera Foucault (2015, p. 133) assevera:

A descrição dos enunciados se dirige, segundo uma dimensão de certa forma vertical, às condições de existência dos diferentes significantes. Daí um paradoxo: ela não tenta contornar as performances verbais para descobrir, atrás delas, ou sob a sua superfície aparente, um elemento oculto, um sentimento secreto que nelas se esconde, ou que através delas aparece sem dizê-lo; e, entretanto, o enunciado não é imediatamente visível; não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica (mesmo se esta não estiver inteiramente clara, mesmo se for muito difícil de elucidar). O enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto.

A imagem visual como uma instância de delimitação da consciência simbólica

Conforme já vimos, o signo tem como característica principal representar algo ou alguém ausente. Desta forma, por meio dela será presentificada à percepção visual.

Sabemos que a imagem visual simbólica é um signo que carrega em si uma convenção sociocultural sobre o seu significado. É uma espécie de dimensão vertical que é operado dentro do signo. Segundo Bhabha (2001, p. 82): “Neste esquema, o significante é sempre pré-determinado pelo significado - aquele espaço conceitual ou real que é colocado anteriormente e de fora do ato da significação”.

A compreensão deste conceito é de suma importância para o entendimento de como as imagens visuais das pessoas negras passam a ser usadas no sentido de simbolicamente representá-los por meio de significados estabelecidos por convenção.

A formação da consciência se dar por meio das relações sociais que se estabelece no meio social que se está através da cultura. Relacionamentos interpessoais são feitos em vários lugares e situações e identificações com o lugar em que se mora são estabelecidos.

Esse conjunto de múltiplas relações geram conexões que produzem lembranças e identificações que geram na psique uma consciência por meio do registro daquilo que foi vivido. Por exemplo: se fecharmos nossos olhos e pensarmos em nosso bairro de infância poderemos lembrar de alguns dos amigos que brincaram conosco, das brincadeiras na rua (para quem teve), dos anos iniciais na escola, de um amigo que morreu precocemente etc. Bhabha (2001, p. 83) assevera que “a continuidade da consciência pode ser lida no registro simbólico da semelhança e da analogia”.

Naquele primeiro, a consciência pode ser ampliada para trás até um passado ou uma ação fundante comum que estabelece uma identidade comum das pessoas; nesse último, por meio de comparações se estabelecem relações negadoras das diferenças.

É construído a partir daí tanto uma temporalidade quanto uma significação para as imagens internas (psíquicas) e as externas (visuais).

Não há imagens visuais neutras, todas elas obedecem uma ordem temporal de identidade e autoridade. Estão sempre em uma rede de significações que trazem em seus traços, cores, formas e tipos aparência da realidade, mas não devem ser lidas mimeticamente.

Já que, esse tipo de leitura seria comparável a estarmos em um *loop* infinito¹⁶ - nunca sairíamos e dessa forma ficaríamos presos dentro de uma rede de significações pré-estabelecidas que os significantes carregam. Mas, elas devem ser questionadas quanto ao que se propõem em sua feitura, seus usos, sua aplicação, sua relação, temporalidade de sua produção e seu uso na contemporaneidade (BHABHA, 2001).

A imagem visual é um ponto de identificação que marca o lugar da ambivalência. Sendo assim, sua representação é espacialmente fendida. Uma vez que, ela torna presente algo ou alguma coisa que está ausente. Ao mesmo tempo possui sua temporalidade adiada, pois representa um tempo que está sempre em outro lugar, como uma espécie de repetição *ad aeternum*.

Um conjunto de imagens visuais forma uma estratégia discursiva que conduz a emergência dos textos visuais presente nos materiais didáticos, materializada em um conjunto de normas nos livros de história do ensino médio e assim tomadas inscrições enunciativas.

O livro didático de história como campo de investigação da presença do racismo estrutural proveniente de uma consciência simbólica

O livro didático de história se constitui como um campo de disputas de poder, no qual em suas páginas se desenvolvem e se imbricam uma gama de relações imagéticas em uma alteração. É neste ambiente que as marcas do tempo estão dispostas com múltiplas intenções. Dentre elas destaco: os interesses do grupo dominante, a força hegemônica de determinado tempo que visa manter seu *status quo*; e por meio desse interesse formula as regras pelas quais os grupos dominados deverão viver e obedecer em seu cotidiano (VEIGA-NETO, 1995).

Desta forma, temos um simulacro clássico das várias relações de poder que já se

¹⁶ Essa é uma designação do mundo da informática que é quando ocorre um erro de execução de determinado programa e ele passa a repetir as mesmas sequências de instruções. Analogamente é o que acontece quando as imagens visuais são lidas sem reflexão - a mesma sequência de instruções do que se está vendo são seguidas.

desenvolveram e se estruturaram nas sociedades (GIROUX, 2003).

Essa relação se dá também por meio das imagens visuais que produzem uma linguagem com forte ligação com o poder. Um fato evidente nas civilizações mesopotâmicas e nas sociedades da Idade Média. Por exemplo: a Igreja Católica, que exercia o poder sobre as mentalidades do povo em seu tempo a partir de vários matizes. Uma delas, as imagens sacras, pintadas nas igrejas, catedrais e basílicas. Desta forma, construía o imaginário da fé, por meio de representações do céu e do inferno.

Com base nos pressupostos imagéticos que já foram explicitados até agora e em como a relação sógnica opera nas imagens visuais e também como a consciência simbólica é formada nos sujeitos.

Nesse momento, vamos usar esses saberes para indagar as três fontes primárias supracitadas desta pesquisa. E, através do procedimento metodológico da AAD operar no *lócus* da investigação e assim realizar o mapeamento e sua posterior análise-descritiva das séries enunciativas encontradas.

Nessa perspectiva, diante da grande quantidade de imagens visuais das pessoas negras postas ao longo das páginas dos LDs investigados decidi agrupá-las em duas grandes categorias com a finalidade de observá-las com mais acuidade e assim ter um melhor ângulo de visão sobre elas em suas relações e correlações com o texto escrito.

A primeira categoria são as imagens visuais das pessoas negras na condição de escravas. O conjunto de imagens mapeadas nessa categoria está no intervalo de tempo do século XVII ao XIX.

Os significantes visuais desse momento estão dispostos de uma maneira geral em uma posição de inferioridade, de subalternidade e de subserviência.

Na condição de escravos, logo são tratados como coisas, uma propriedade de outrem - que podem fazer o que bem entenderem.

Os escravos têm ordinariamente seus corpos realçados nas representações por meio de suas bocas, seus braços, seus pés, e em específico, no caso das mulheres: suas nádegas e quadris.

Os homens têm sempre traços de força por meio da evidência de seus músculos; já as mulheres, com traços, formas, posições e cores de denotam sensualidades.

Sempre há uma relação de regularidade direta em um trabalho manual todas as vezes que os homens negros aparecem nos LDs pesquisados supracitados. Ora em uma lida nas lavouras açucareiras, cacauceiras, algodoceiras ou cafeeiras, enfim - em cada uma dessas

culturas estavam os mais fortes fisicamente, em sua grande maioria composta por homens; já nos trabalhos domésticos - há uma predominância das mulheres; e também como escravos e escravas de ganho - carregavam balaios ou cestos na cabeça com produtos da terra para vender nas feiras a fim de gerar lucratividade aos seus senhores - uma atividade predominantemente composta por mulheres.

Esses achados relacionados as pessoas negras por meio das representações visuais nessa delimitação de tempo encontram respaldo histórico. Pois, essas representações se coadunam com os inúmeros relatos e teorias sobre esse tempo que foi delimitado na primeira categoria de enquadramento das imagens visuais.

As pessoas negras que foram trazidas para o Brasil, ainda como terras portuguesas, não foram tratadas como seres humanos. Os mesmos estavam encaixados em uma condição existencial de negação de sua humanidade. E, as imagens visuais desse tempo retratam essa forma de vê-los nessa temporalidade.

Quando me debruço sobre as produções imagéticas pós o 13 de maio de 1888 enquadradas sob uma nova categoria - a de cidadãs. Pois, a partir da Lei Áurea, todos os escravos foram libertos e juridicamente foram considerados cidadãos. Então, a partir de agora, essas pessoas que foram tão aviltadas, vilipendiadas e exploradas estão em uma nova categoria.

Partindo desse pressuposto, delimito o instante temporal do século XX ao início do XXI para dar continuidade à investigação das imagens visuais das pessoas negras que foram produzidas e dispostas ao longo das páginas nos LDs selecionados.

Verifico por meio de uma leitura sistemática das imagens visuais que foram mapeadas que a mesma regra perversa é mantida na disposição delas por meio de seus significantes - os grupos de identidade racial negra continuam presos a uma relação de inferioridade (ALMEIDA, 2019); os homens estão ligados a trabalhos braçais que requer muita força física; as mulheres têm a sua imagem identificada à sensualidade - por exemplo: as passistas de escolas de samba carioca no período do carnaval, pejorativamente, chamada de mulatas.

Só se reconhece as superioridades das minorias nos territórios restritos: para os negros - a sexualidade, o jazz, o esporte. Proclama-se a inteligência dos judeus, mas é para dizê-los 'muito inteligente' em detrimento da moral e do escrúpulo; os dominantes reservam-se a plenitude complexa, indefinida da existência: ser inteligente e dar os objetos válidos a essa inteligência; ter força sexual e saber dominá-la (SNYDERS, 1988, p. 133).

Uma continuidade dessa relação de racismo que é estrutural está arraigada na sociedade

e podemos percebê-los nos empregos domésticos que em sua maioria são compostos por mulheres negras que logo remetem nossa consciência simbólica as escravas domésticas do período colonial que eram responsáveis por atividades na Casa Grande.

Essa relação de um tempo passado é tão presente em nossos dias que em muitos apartamentos nas grandes capitais ainda se usa a expressão “dependência de empregada” - algo que nos lança para outro século - quando as pessoas negras ainda eram escravas. É a consciência simbólica imanente do racismo presentificada nas relações sociais, econômicas e culturais (BHABHA, 2001).

A dependência para empregada ou quarto da empregada (um lugar lúgubre que remete diretamente ao espaço dos escravos domésticos nas Casas Grandes do Senhor de Escravos do período colonial brasileiro) - geralmente nos fundos das casas ou apartamentos, próximo à área de serviço e cozinha é o registro simbólico dessa consciência que está imanente em muitos lugares do tecido social expresso através da arquitetura em pleno século XXI.

Uma permanência histórica que revela na sociedade como “o racismo está presente na vida cotidiana” (ALMEIDA, 2019, p. 33) que por meio dessa arquitetura revela a consciência simbólica de um racismo estrutural sendo visibilizada em um traço arquitetônico. Dessa forma vemos com clareza que

[...] o racismo não é uma ilusão que se dissiparia desde que se considerasse a situação de modo ‘racional’; o racismo desempenha um papel, tem uma função para o indivíduo e para a coletividade; e o racismo só se vela na medida em que esses papéis compensatórios tornam-se inúteis (SNYDERS, 1988, p. 130).

A partir do final do século XX e início do XXI passamos a ter algumas imagens visuais de pessoas negras que “extrapola o enquadramento da imagem [...] um signo de resistência” (BHABHA, 2001, p. 83).

Algo de proeminência e sucesso são incorporados aos registros de algumas pessoas negras na história contemporânea que estão postos livros didáticos de história, mas com um detalhe - os significantes visuais dessas pessoas negras estão sempre relacionados aos esportes ou as artes - numa relação direta de valorização de sua força física em detrimento de sua identidade racial para tal feito - é nessa conexão de características específicas que essas imagens visuais são posta nos referidos livros pesquisados.

Não há imagens visuais de pessoas negras relacionados ao conhecimento, ao saber de determinada área, a um grande feito ou descoberta da ciência que marcaram seu tempo, e por fim, numa posição hierárquica de superioridade - há um silenciamento imagético dos grupos sociais de pessoas negras nas páginas dos livros pesquisados.

Uma vez que, conforme a consciência simbólica que opera na gênese da formação do racismo estrutural e por meio desse constructo as pessoas negras “[...] nasceram inferiores e definitivamente condenadas à inferioridade” (SNYDERS, 1988, p. 135). Ocorre uma espécie de apagamento desse sujeito histórico.

Há aqui nessas questões supracitadas uma relação de racismo direto e indireto que agem distintamente sobre a população negra do Brasil proporcionando a permanência de uma consciência simbólica dessas pessoas como entes inferiores e assim permanecem em uma situação de aviltamento.

Mesmo após o fim da escravidão (final do século XIX) seus ecos reverberam pelas paredes das sociedades através de um racismo estrutural que se estabeleceu uma ordem de inferioridade aos afrodescentes que condenaram a vida de eterna resistência para superar as dificuldades e desafios.

Os livros didáticos de história carregam de uma forma geral em seu bojo de assuntos a serem estudados e ensinados conflitos e antagonismos dos grupos sociais que são tipificados de acordo com o poder estabelecido. E, as instituições historicamente são aquelas que absorvem esses conflitos por meio da força ou das negociações privilegiando uns em detrimento de outros.

Posteriormente criam as normas pelas quais os entes sociais passarão a obedecer. São nessas normas que os grupos dominantes estabelecem a segregação dos grupos sociais. Dando privilégios a uns e desvantagens a outros. Aqui está a gênese do racismo institucional que repousa na consciência simbólica na qual as regras criadas (as leis) têm uma finalidade de tornar normal e natural a ordem vigente - de desigualdade social tendo por base as questões raciais.

E, assim, os grupos sociais das pessoas negras continuam a viver explorados pelo mesmo grupo dominante formado predominantemente por homens brancos. Como assevera Silvio Almeida (2019, p. 33):

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. [...] o racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido.

O racismo é na verdade estrutural porque decorre de uma consciência simbólica que gerou uma estrutura social arraigada há muito tempo e que molda tanto os comportamentos individuais quanto às demandas institucionais como um feixe de relações políticas, econômicas e jurídicas que agem simultaneamente no tecido social.

Desta forma, o racismo passa a ser reproduzido nas consciências por meio do uso das imagens visuais como um *loop ad infinitum* de uma maneira sistêmica na sociedade, pois cada estrutura dessa produz um ato discriminatório que faz com que o racismo continue mantendo sua ordem na sociedade.

Considerações finais

Levando em consideração o que foi exposto, concluo o presente texto apresentando sucintamente cinco pressupostos que orientaram a produção desse artigo que está respaldado em minha pesquisa cujo tema é correlato ao título do mesmo.

De início, saliento que a abundância de imagens visuais na sociedade do tempo presente mais sua inserção cada vez maior nos LDs de uma maneira geral, e mais especificamente nos de história são um indício de sua importância na mediatização das relações sociais. Na área da educação elas tem se tornado de suma importância e entender como se dá o seu *modus operandi* é essencial para se trabalhar com elas no processo ensino-aprendizado de uma maneira mais eficaz.

Segundo, a importância que a compreensão das relações sógnicas tem para a concepção da linguagem, uma vez que o ser da linguagem é o signo (CARLOS, 2017). Sem o qual a comunicação perderia o seu significado. Pois, o signo está presente no mundo das coisas visíveis regulando as representações.

Por exemplo: um traço não é simplesmente um traço em uma determinada língua - ele pode ser tomado como uma representação de algo ou alguma coisa e assim o sentido sógnico cumpre seu papel de representar algo. E, essa representação se dar por meio da relação tricotômica: significante-objeto de referência-significado (FERNANDES, 2011; CARLOS, 2017). As imagens visuais têm seu significado expresso por meio dessa relação tria, sem a qual elas são vistas apenas como uma representação de algo, mas desprovidas de um significado.

É necessário o entendimento dessa relação operada pelo signo para que de fato o que cada imagem visual expresse o significado que a mesma carrega em si e como uma série enunciativa visual estabelece uma significação em uma temporalidade dentro de uma espacialidade.

Terceiro, a importância que a formação da consciência simbólica tem para a manutenção do racismo estrutural na sociedade brasileira. Pois muitas outras sociedades fizeram uso do trabalho compulsório. Escravizaram inúmeros povos, cometeram atrocidades sem medida, por exemplo: os mundos gregos e romanos. Que se desenvolveram fazendo uso da

escravidão por meio de ameaças e guerras sanguinolentas por muito tempo na expansão de suas cercanias.

Os vestígios simbólicos desse momento ficaram apenas como um marco histórico, mas não seguiram acompanhando essas sociedades após o fim desse acontecimento com ocorre no Brasil.

A nossa escravidão tem uma série de idiossincrasias particulares, no entanto a mais marcante para esse artigo é a pecha simbólica que foi dada as pessoas negras de “sub-raça” - uma forma pejorativa de manter os afrodescendentes presos simbolicamente as agruras que não mais faz parte desse tempo presente. Isso é evidenciado pelo conjunto das imagens visuais dispostas ao longo dos LDs pesquisados.

Assim, podemos compreender que o racismo estrutural decorre de uma estrutura social arraigada há muito tempo e que essa estrutura molda tanto os comportamentos individuais quanto as demandas institucionais como um feixe de relações políticas, econômicas e jurídicas que agem simultaneamente no tecido social.

Desta forma, o racismo passa a ser reproduzido de uma maneira sistêmica na sociedade, pois cada estrutura dessas produz um ato discriminatório que faz com que o racismo continue mantendo sua ordem na sociedade (ALMEIDA, 2019).

Quarta, dizem respeito as contribuições teóricas e metodológicas da Análise Arqueológica do Discurso (AAD) as investigações relacionadas a tal ordem do discurso. A AAD tem em sua caixa de ferramentas um repertório muito rico e diversificado para se lançar à procura das séries enunciativas visuais por meio do seu *modus operandi* próprio que é investigar a regularidade na dispersão dos enunciados ao longo das páginas dos LDs supracitado.

Encontrado uma regularidade se dar o processo de sistematizar os achados para poder analisá-los arqueologicamente. Abandonando o primado da interpretação e introduzindo o da descrição da ordem do discurso em suas múltiplas relações e correlações com o texto escrito - espaço que a imagem visual está inserida.

Por fim, é mister entender como é operado a relação significantes-significados das imagens visuais das pessoas negras nas duas categorias que as agrupei a fim de poder estudá-las melhor.

No primeiro momento, os significantes visuais são das pessoas negras na categoria de escravas e desta maneira são retratadas nas reproduções imagéticas do século XVII ao XIX como coisas, não há humanidade nas expressões artísticas em são retratadas. As imagens visuais desse momento histórico, em alguns momentos criam similaridades entre crianças

negras e animais - as põe em um mesmo plano representacional. Há um acervo muito rico e diversificado que mantêm uma regularidade de perversidade em suas expressões imagéticas.

No segundo momento, vemos as pessoas negras em outra categoria - a de cidadãs. Mas, com a mesma regularidade de inferioridade e subalternidade nas representações. De tal sorte, que parece haver um *looping ad eternum* imagético. Pois, mesmo como pessoas livres da escravidão, a escravidão não sai da regularidade representacionais. Os efeitos simbólicos se mantêm havendo apenas uma forma de sair desse enquadramento - as artes e esportes. Nesses dois casos, há uma relação sígnica icônica que extrapola as estruturas discursivas estabelecidas - há um signo que tanto resiste quanto opera mudanças reconfigurando determinadas imagens no cotidiano das pessoas negras.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, M. A. Miranda; CARLOS, Erenildo João. Análise arqueológica do discurso: uma alternativa de investigação na educação de jovens e adultos (EJA). *Intersecções* (Jundiaí), v. 6, p. 59-73, 2013.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARTHES, Roland. **Inédito, v. 3: imagem e moda**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo. Martins Fontes, 2005.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**, 1º Ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.

_____. **História sociedade & cidadania**, 2º Ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.

_____. **História sociedade & cidadania**, 3º Ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.

CARLOS, Erenildo João (Orgs.). **Por uma pedagogia crítica da visualidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, 246 p.

_____. Achados sobre a noção arqueológica do discurso em Foucault. *Revista Dialectus*, v. 11, p. 176-191, 2017.

DA SILVA, Maria Lúcia Gomes. A cultura midiática e suas implicações na educação de jovens e adultos. In: CARLOS, Erenildo João. (Org.). **Educação e visualidade: reflexões, estudos**

e experiências pedagógicas com a imagem. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 57-76.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de seduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal.** Trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Antônio Edmilson M. **A formação do mundo moderno: A construção do Ocidente séculos XIV ao XVIII.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FERNADES, José David Campos. Introdução à semiótica. In: ALDRIGUE, Ana Cristina de Sousa; LEITE, Jan Edson Rodrigues (Org.). **Linguagens: usos e reflexões.** 1. ed. João Pessoa: UFPB, 2011. v.8.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** Tradução: Luiz Felipe Beata Neves, 8^a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

GIROUX, Henry A. **Atos Impuros: A prática política dos Estudos Culturais.** Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia.** 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 1997 - 9. Reimp., 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento.** 16. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994.

SNYDERS, Georges. **A alegria na escola.** São Paulo: Manole, 1988. Segunda parte: continuidade-ruptura. Cap. IV. O racismo, p. 127-139.

VEIGA-NETO, Alfredo J. Michael Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In: **Crítica pós-estruturalista e educação.** Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 10-14.

VAI UM CAFEZINHO AÍ? UMA ANÁLISE DO CULTIVO DE CAFÉ SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017.

LARISSA DULCE ANTUNES¹⁷

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade analisar o cultivo de café no Brasil, em Minas Gerais e em especial na Mesorregião do Noroeste e do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Esta cultura é de extrema importância na produção do campo, pois contribui efetivamente para o PIB do país, e para a economia do estado mineiro. A importância econômica se reflete em outros âmbitos como a importância política e estratégica destes espaços produtivos. Nossa proposta é construir uma análise a partir do banco de dados disponibilizado pelo Censo Agropecuário de 2017, último censo realizado em território brasileiro. As conclusões apontam para a presença de uma estrutura agrária desigual que interfere diretamente na forma de produção do café no território analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Café, Brasil, Minas Gerais, Censo Agropecuário de 2017.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo analizar el cultivo de café en Brasil, en Minas Gerais y especialmente en la Mesorregión Noroeste y Vale do Jequitinhonha y Mucuri. Esta cultura es de suma importancia en la producción del campo, ya que contribuye efectivamente al PIB del país y a la economía del estado de Minas Gerais. La importancia económica se refleja en otras áreas como la importancia política y estratégica de estos espacios productivos. Nuestra propuesta es construir un análisis a partir de la base de datos puesta a disposición por el Censo Agropecuario de 2017, el último censo realizado en territorio brasileño. Las conclusiones apuntan a la presencia de una estructura agraria desigual que interfiere directamente con la forma en que se produce el café en el territorio analizado.

PALABRAS CLAVE: Café, Brasil, Minas Gerais, Censo Agropecuário 2017.

17 Doutoranda em Ciência Política pela UFMG.

Introdução

Censo é o nome conferido a uma forma de pesquisa estatística em que existe o levantamento de dados importantes para compreensão de um determinado universo. Para a execução do Censo Agropecuário do Brasil são visitados mais de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários. Define-se como estabelecimento agropecuário toda a unidade de produção e exploração dedicada a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Podendo ser ao mesmo tempo para venda ou subsistência independentemente de seu tamanho ou de sua localização, pois ambientes com essas características, também estão presentes em perímetros urbanos.

Na execução do Censo agropecuário uma lista de dados são coletados e as informações permitem avaliar a dinâmica e o índice de produção da atividade agropecuária brasileira, gerar estudos sobre a expansão das fronteiras agrícolas, compreender as transformações que resultam das inovações tecnológicas além de enriquecer a produção de indicadores ambientais, essenciais no contexto dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Os resultados do Censo Agro são fundamentais e insubstituíveis para análises comparativas de indicadores agropecuários e ambientais entre os órgãos nacionais e internacionais. São decisivos para a criação e execução das políticas públicas, estudos acadêmicos, desenvolvimento de projetos e decisões de investimentos provenientes das empresas públicas e privadas.

Em território brasileiro, o Censo Agropecuário ainda é o mais importante e mais completo meio de investigação estatística sobre a produção agropecuária. As perguntas do censo abrangem aspectos em relação à estrutura investigando as características do estabelecimento, da área e da produção e aspectos internos tais quais aqueles relacionados ao produtor e aos trabalhadores.

Na década de 1920 foi realizado o primeiro Censo Agropecuário do país, nesta época específica, o censo era parte integrante do Recenseamento Geral. Na década seguinte, segundo a historiografia, sobre o comando de Getúlio Vargas em 1930, a pesquisa foi suspensa por motivos de ordem política e institucional. Dos anos de 1940 até 1970 o levantamento ocorria a cada dez anos e a partir da década de 1970 passou a ser quinqüenal, neste período exato o censo realizava-se no início dos anos de final 1 e 6 e referido aos anos de final 0 e 5. Vale salientar que no Censo Agropecuário 1995-1996, as informações foram referidas ao ano-safra (agosto de 1995 a julho de 1996).

Passado os anos, em 2006, a referência dos dados voltou a ser o ano civil. O ano de 2006 é um marco na história desse levantamento, tanto pela inovação tecnológica introduzida na etapa da operação de campo, com a substituição do questionário

em papel pelo questionário eletrônico desenvolvido em computador de mão, o Personal Digital Assistant - PDA, quanto pelo refinamento metodológico, especialmente no que diz respeito à reformulação de seu conteúdo e à incorporação de novos conceitos. Nessa edição, também foi inserido o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - Cnefe, cuja estrutura engloba a descrição detalhada dos endereços dos domicílios e dos estabelecimentos agropecuários, as coordenadas geográficas de todos os domicílios e estabelecimentos (agropecuário, religioso, de ensino, de saúde e de outras finalidades) da área rural, responsável por proporcionar contribuição ao planejamento de futuras pesquisas do IBGE.

A presente análise será realizada a partir do último censo agro realizado, o censo de 2017. Em linhas gerais, o Censo Agropecuário 2017, voltou a ter como referência o ano-safra (outubro de 2016 a setembro de 2017), mas em período distinto daquele adotado no Censo Agropecuário 1995-1996. Conforme indica o site do governo, no levantamento de 2017, foram introduzidas novas tecnologias para o controle da coleta, tais como: lista prévia de endereços, utilização de imagens de satélite nos dispositivos móveis de coleta para melhor localização do recenseador em relação ao terreno, e uso de coordenadas do endereço e do local de abertura do questionário, as quais permitiram melhor cobertura e avaliação do trabalho.

Para efeito de contextualização, devemos explicitar que atualmente a periodicidade da pesquisa é quinquenal, mas os levantamentos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e não foram realizados o levantamento de dados devido a cortes orçamentários do governo: o Censo Agropecuário 1990 não ocorreu; o levantamento de 1995 foi realizado em 1996 junto com a Contagem da População; o de 2000 não foi realizado; o de 2005 foi a campo em 2007 junto, mais uma vez, com a Contagem da População; o de 2010 não foi realizado; e o de 2015 foi a campo em 2017, conforme disponibilizado no site do governo.

A importância do Censo Agropecuário para o país é imensurável. Isto porque as estatísticas advindas de pesquisas como essas permitem traçar um retrato bem mais completo da realidade social, econômica e ambiental de um país. Também podem funcionar como uma base de dados que descreve, explica e demonstra a partir de uma perspectiva histórica a evolução da estrutura agrária do país tendo em vista os 101 anos de aplicação desde o primeiro censo brasileiro. Sendo suporte para o avanço e desenvolvimento tecnológico e o estabelecimento de políticas públicas que correspondam às condições demográficas do país.

O Cultivo do Café.

A importância da cafeicultura no país antecede ao Brasil Republicano. Apesar de ter se transformado na maior fonte de riqueza nacional depois dos anos de 1850, as primeiras produções de café no território foram identificadas desde o ano de 1802. Estas produções ocorreram em pequenas chácaras situadas em Resende, e, no Vale do Paraíba, província do Rio de Janeiro e algum tempo depois o cultivo desta cultura se espalhou por diversas vilas também do Rio de Janeiro (Vassouras, São João do Príncipe, Valença e Canta Galo).

A economia cafeeira é uma economia fronteira, que necessitava expansão para novas terras, e assim foi se alargando até chegar a São Paulo e muito tempo depois ao território de Minas Gerais. Segundo a historiografia, a partir da década de 1840, o café ultrapassou a principal fonte de renda do país, a cana de açúcar (MOREIRA, 2007). A expansão das plantações e as demandas externas impunham a necessidade de intensa mão de obra produtiva, única forma de manter uma produção de larga escala, uma vez que o país recebia pouco ou quase nenhum investimento em infra-estrutura, maquinaria e trabalhadores especializados.

Dessa forma nos anos de 1850 desde a extinção do tráfico de navio negreiro a escassez de mão de obra escrava impulsionou a vinda de imigrantes para território nacional, boa parte dos cafeicultores incentivou a vinda de imigrantes uma vez que os produtores precisam reaprender a produzir agora lidando com mão de obra livre. Na década seguinte aos poucos, uma rede ferroviária foi construída ligando a região cafeeira ao porto santista. Essa medida possibilitou a diminuição nos custos da produção, possibilitando sua expansão para locais ainda mais longínquos e diminuindo a utilização de escravos que estavam empregados no transporte da mercadoria.

As primeiras quedas do sistema cafeeiro ocorreram a partir dos anos 1880, em 1882 o país sofre com a primeira crise nacional de café, momento em que a produção supera o consumo mundial, fomentando a queda dos preços no mercado internacional. A saída encontrada para repor os preços do mercado foi um intenso processo de desvalorização contínua da moeda do país para favorecer a exportação e a compra de parte da produção pelo Estado. O café comprado pelo estado era estocado e somente era comercializado quando o produto encontrava-se em falta, caso contrário era queimado.

É importante salientar que essa política de desvalorização da moeda em benefício do café tinha como intuito preservar o lucro destes produtores, os fazendeiros recebiam em dólar enquanto a população presenciava o dinheiro público sendo utilizado para financiar os

cafeicultores. Com isso, a desvalorização da moeda ocasionava nas classes mais baixas o aumento do custo de vida.

A crise de 1929 que começou pela quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos da América e se espalhou pelo mundo atingindo também de maneira catastrófica o país, nesta época, a produção de café respondia por 70% da produção. As grandes fazendas cafeeiras foram desmontadas, diversificou-se a economia passando gradativamente a predominar o capital industrial. A cafeicultura deixou de representar o suporte da economia nacional, até então ancorada em um modelo exportador estruturado sob o latifúndio com mão-de-obra abundante e barata. Mesmo com essas transformações, o café continuou a ser nas décadas seguintes o principal produto agrícola disponibilizado ao mercado externo.

Ainda assim muitos cafeicultores durante a primeira república acumularam fortuna e conseguiram diversificar seus investimentos, direcionando parte de seus capitais para a montagem de bancos e indústrias. O poder econômico, político e social dos produtores influenciaram de certa forma em distintos setores do país, ora mais ora menos de acordo com as condições econômicas do país.

O certo é que desde o período denominado como Brasil Império, a economia cafeeira se apresenta como parte constituinte da historiografia do país, ainda é uma cultura extremamente importante e cultivada por vários estados. A seguir podemos observar como a produção concentra-se no território de acordo com o último Censo Agro do país.

Tabela 1 - Dez maiores estados produtores brasileiros de Café Grão (verde) - Arábica (ton) e dez maiores estados em estabelecimentos de Café Grão (verde) - Arábicano Brasil.

Estados	Quantidade Produzida (ton.)	Estados	Estabelecimen- tos
Minas Gerais		Minas Gerais	119.508
São Paulo	221.159,084	Espírito Santo	26.313
Espírito Santo	113.454,440	Bahia	18.211
Paraná	73.857,984	São Paulo	10.417
Bahia	49.131,457	Paraná	9.866
Goiás	12.595,627	Rio de Janeiro	1.696
Rio de Janeiro	8.809,114	Rondônia	524
Rondônia	2.515,390	Pernambuco	333
Distrito Federal	1.544,509	Ceará	310
Mato Grosso	518,930	Mato Grosso	222

O Brasil é o maior exportador de café mundial, a metade de sua produção é oriunda do estado de Minas Gerais¹⁸ com maior concentração da plantação cafeeira na região sul do estado. Os fatores que propiciam o cultivo da cultura do café nessa região são: o clima, solo e altitude. Segundo o “Mapa Representativo das Regiões Produtoras de Café (2005)”, Minas Gerais além de ser a maior exportadora do país é também exportadora das principais fontes decafé especiais. As plantações se concentram em quase sua totalidade no café Arábica cultivados no território mineiro nas regiões: Sul de Minas, Cerrado de Minas, Chapada de Minas e Matas de Minas.

O estado de São Paulo ocupa o segundo lugar da produção de café e as plantações estão situadas nas regiões de São João da Boa Vista, o equivalente segundo a Agência Brasil de Economia (2018) a 18,8% do total paulista. Os bons índices de produção costumam manter uma estabilidade, pois as fazendas produtoras estão situadas em montanhas onde não são afetadas por variações climáticas. Assim como Minas Gerais, a produção paulista se concentra no café Arábica.

O Espírito Santo e o estado de São Paulo alguns anos se revezam na segunda colocação, pois, o café tipo Arábica (grãos verdes) opera com uma bienalidade típica da cultura que consiste em no primeiro ano a safra ser farta e no segundo ela diminuir consideravelmente as toneladas colhidas, primeiramente a safra de grãos verdes e posteriormente a saca com grãos pretos. O tipo do café que é cultivado no Espírito Santo é o café Conilon que é produzido nas áreas mais quentes ao norte, conhecida como região Conilon Capixaba, e de Arábica ao sul, região conhecida como Montanhas do Espírito Santo.

Os estados que aparecem na tabela abaixo são muito importantes para a produção de café no país, embora sejam menos expressivos do que os três primeiros colocados. O Paraná é o estado produtor de café localizado mais ao sul do país. Apenas café Arábica é cultivado em plantações adensadas, que usam variedades adequadas ao clima mais frio da região a sua produção com ênfase no tipo cereja descascado.

O Estado da Bahia está localizado na região nordeste do Brasil, de clima quente e temperaturas mais altas. São duas as regiões produtoras de café no estado: Planalto da Bahia e Cerrado da Bahia, onde se cultiva Arábica. Ao sul do estado também há áreas onde se produz café Conilon (Robusta).

O território goiano, que já é reconhecido nacionalmente por seus altos índices de produtividade agrícola, tem se destacado no ramo como uma nova fronteira do café

18 Conforme o Governo do Estado de Minas, a divisão do território de Minas Gerais, adotada oficialmente pelo governo estadual, estabelece dez Regiões de Planejamento, listadas a seguir, em ordem alfabética: 1) Alto Paranaíba; 2) Central; 3) Centro-Oeste de Minas; 4) Jequitinhonha/Mucuri; 5) Mata; 6) Noroeste de Minas; 7) Norte de Minas; 8) Rio Doce; 9) Sul de Minas; 10) Triângulo. O número de municípios em cada uma delas é o seguinte: Alto Paranaíba (31), Central (158), Centro-Oeste de Minas (56), Jequitinhonha/Mucuri (66), Mata (142), Noroeste de Minas (19), Norte de Minas (89), Rio Doce (102), Sul de Minas (155) e Triângulo (35).

arábica no país, a chuva abundante na estação chuvosa torna favoráveis o cultivo nesta região.

A produção do café no Brasil expandiu-se a partir da Baixada Fluminense e do vale do rio Paraíba, que atravessava as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. A cafeicultura no Brasil beneficiou-se da estrutura escravista do país, sendo incorporada ao sistema plantation, caracterizado basicamente pela monocultura voltada para a exportação, a mão de obra escrava e o cultivo em grandes latifúndios. Nessa região do Brasil, a produção cafeeira beneficiou-se do clima e do solo propícios ao seu desenvolvimento. O fato de ser rota de transporte de mercadorias entre o Rio de Janeiro e as zonas de mineração contribuiu também para a adoção da lavoura cafeeira, já que parte das terras estava desmatada, facilitando inicialmente a introdução das roças de café e beneficiando o escoamento da produção através das estradas existentes. Estes são alguns dos motivos que tornam favoráveis o cultivo nesta região.

Embora Rondônia não seja um grande produtor como Minas Gerais, por exemplo, ele está despontando no cultivo dessa cultura. Os cafeicultores do estado, segundo as informações da CONAB(2019) ampliaram a produtividade nos últimos anos com a modernização das lavouras e o investimento em novas mudas mais produtivas.

O Distrito Federal igualmente aparece na lista dos maiores produtores de café brasileiro, o café produzido no Cerrado também tem melhor qualidade para o consumo. Segundo especialistas, a baixa umidade da região dificulta que o grão apodreça e dá um diferencial ao café. O grão produzido em Brasília é o arábico, que se ambienta melhor com as características climáticas do DF. A safra normalmente é comercializada localmente em alguns estabelecimentos da capital, mas geralmente é vendida para Minas Gerais e São Paulo, onde é torrada e levada para a exportação.

O produtor de Brasília não exporta diretamente, mas vende o produto para ser torrado em outras unidades da Federação e comercializado fora do País. O DF está em décimo lugar no ranking de maiores exportadores nacionais. As características de um café produzido em região onde a seca predomina garantem ao DF qualidades para o consumo. A rentabilidade também incentiva os agricultores. Os números mostram que, ao falar da safra, não há pausa para um cafezinho.

Em Mato Grosso, de acordo com a CONAB (2018), houve crescimento de 4,2% na área e melhora do pacote tecnológico que levaram a um incremento de 16,7% na produção se comparada à safra do ano passado. Foram 105,8 mil sacas do tipo conilon e mil sacas de arábica. Esse aumento ocorreu, principalmente, ao melhor manejo das lavouras, regime chuvoso ideal à cultura e à bionalidade positiva para o ciclo atual. Um dos principais

produtores de café é o município de Colniza.

O café tem peculiaridades específicas em relação ao aroma, corpo, acidez e doçura dependendo do local e das particularidades de relevo de onde é produzido. Por conta da dimensão territorial do Brasil, é comum um mesmo Estado ter diferentes tipos de café, e este é o caso do estado de Minas Gerais.

As lavouras cafeeiras estão presentes em 15 Estados brasileiros: Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo. Características de solo, altitude, amplitude térmica e clima são determinantes para a qualidade, porém o investimento tecnológico também é capaz de dar suporte para a produção.

Em graus distintos, todas essas localidades possuem um alto investimento tecnológico para a produção dessa cultura. Pois a maior parte da produção visa à exportação, por isso é necessário ter um controle e uma otimização da produção. Isso para o agronegócio significa o alto investimento tecnológico com sementes selecionadas, sistema de irrigação cujas regiões apresentam chuvas irregulares, adubação e fertilização além do uso de inibidores de pragas.

Os estados que possuem o maior número de estabelecimentos rurais na sua maioria também correspondem aos estados que mais produzem essa cultura no país. Com a exceção do estado do Ceará e de Pernambuco, todos os outros dez estados desta tabela, possuem tanto produções em larga escala como também possuem um número alto de estabelecimentos que cultivam o café.

Podemos listar duas razões para explicar a afirmativa anterior: O primeiro por conta da agricultura familiar e segundo pelo tipo de café produzido. A agricultura familiar ainda é a principal fonte de alimentos básicos para os brasileiros, diversos produtos indispensáveis como arroz, feijão, leite e café são trabalhados na roça pela unidade produtiva familiar. Por esse motivo diagnosticamos a presença de muitos estabelecimentos produtores de café no país.

As lavouras cafeeiras estão presentes em muitas comunidades da agricultura familiar durante décadas sendo o café a principal fonte de renda, contudo das famílias que produzem a maioria dos alimentos do seu consumo. O café não tem tempo de validade isso conta bastante para vender, depende menos espaço do que o gado por exemplo. Com pouco espaço é possível plantar uma quantidade satisfatória.

O segundo motivo se dá pela produção de cafés tipo especial. Existe um mercado muito receptivo desse tipo especial. É importante salientar que estes tipos de cafés especiais

muitas vezes têm um selo de sustentabilidade, de organicidade, de respeito à fauna e a flora local, tudo isso de maneira mais ou menos efetiva é um entrave para as grandes plantações sendo essa justificativa também para existir inúmeros estabelecimentos produtores e não grandes produções de larga escala.

Tabela 2 - Dez maiores municípios produtores mineiros de Café Grão (verde) - Arábica (ton) e dez maiores municípios em estabelecimentos de Café Grão (verde) - Arábica no Brasil.

Municípios	Quantidade Produzida (ton.)	Municípios	Estabelecimentos
Patrocínio	56.607	Manhuaçu	2.743
Poços de Caldas		Campos Gerais	2.607
Três Pontas		Nova Resende	2.597
Boa Esperança		Simonésia	2.228
Campos Gerais		Divino	2.037
Machado		Santa Margarida	1.956
Araguari		Caratinga	1.794
Manhuaçu		Ervália	1.778
Nova Resende		Lajinha	1.683
Monte Carmelo		Poço Fundo	1.626

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

* estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

A segunda tabela refere-se por um lado aos dez maiores municípios produtores mineiros medidos pela quantidade em toneladas e do outro lado os municípios que possuem o maior número de estabelecimentos que cultivam o café. É imprescindível a análise de que todas essas cidades presentes nesta tabela são cidades mineiras. Com exceção de Campos Gerais e Nova Resende, as cidades que aparecem na primeira lista não aparecem na segunda. A primeira lista concentra-se as grandes fazendas cuja produção é em larga escala a segunda concentra produção proveniente da agricultura familiar, é importante pontuar que agricultura familiar pode remeter a produtores assentados como produtores não assentados, ou seja, o diferencial da região do Sul de Minas para a produção de café está no seu clima e na topografia adequados, além da boa infraestrutura de apoio existente, em termos de assessoria técnica, meios de comunicação e transporte facilitados, disponibilidade de insumos próximos, estrutura de comercialização e etc. Para os especialistas a importância produtiva do Sul de Minas está intrinsecamente relacionada à geografia física desse território exerce uma forte influência em especial aptidão de clima e solo para maior produtividade

e qualidade; infraestrutura das propriedades; profissionalismo do cafeicultor; sistemas de produção variados; qualificação de mão-de-obra; organização em cooperativas; geração de tecnologia; assistência técnica competente; tradição e sustentabilidade. O relevo montanhoso é ideal para produção de café. Segundo a literatura existente no Sul de Minas é de quatro mil cafeeiros por hectare, o que representa o sistema de cultivo semi-adensado. Apesar de ter um terreno com muito declive, os cafeicultores fazem muito uso da mecanização em suas lavouras. A região também se destaca como pioneira no cultivo de café orgânico.

Tabela 3 - Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Noroeste de Minas (Microrregião de Unai e na Microrregião de Paracatu), MG, em 2017.

Microrregião de Unai	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Paracatu	Quantidade Produzida (ton.)
Arinos	-	Brasilândia de Minas	-
Bonfinópolis de Minas		Guarda-Mor	-
Cabeceira Grande		João Pinheiro	
Buritís	815,000	Lagamar	18,240
Dom Bosco	-	Lagoa Grande	-
Formoso	512,280	Paracatu	
Natalândia	-	Presidente Olegário	
Unai		São Gonçalo do Abaeté	60,000
Uruana de Minas	-	Varjão de Minas	
-		Vazante	...

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

* estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

As regiões mineiras não obedecem a uma uniformidade em relação aos índices de cultivo de café, regiões próximas apresentam níveis de produção bastante distintos. Podemos afirmar essa constatação com base na acima. Esta descreve a produção de café comparando duas microrregiões do noroeste do estado: Unai e Paracatu, ambas situadas na Mesorregião do Noroeste¹⁹ do estado. Sem embargo situar-se próximas uma da outra, a primeira microrregião tem quase o dobro de toneladas de produção do que a segunda. A diferença pode ser explicada, pois o primeiro deles é o tamanho, a microrregião de Unai é maior

¹⁹ Mesorregião do Noroeste de Minas Gerais integra os municípios da Microrregião de Unai e a Microrregião Paracatu. A Microrregião de Unai integra os seguintes municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Cabeceira Grande, Buritís, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unai e Uruana de Minas. A Microrregião de Paracatu integra os seguintes municípios: Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Paracatu, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Varjão de Minas e Vazante.

que a de Paracatu, a economia da primeira microrregião concentra-se em agropecuária e turismo, e, por último, a microrregião de Unaí possui toda a infraestrutura que propicia o plantio do café, pois, ela é, segundo os dados do último censo, a maior produtora de grãos do estado, possui mão de obra especializada, boas estradas para o escoamento, pólos universitários de pesquisas específicas para o melhoramento do solo, otimização na produção, melhoramentos genéticos. Por outro lado a microrregião de Paracatu tem sua economia um pouco mais diversificada, como extração mineral, turismo, agropecuária e fornecimento de energia. A região é menor e o índice de desenvolvimento das cidades pertencentes a essa região é como um todo inferior à primeira.

Ressalta-se, então, algo que, à primeira vista, aponta para uma contradição. As microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Uberlândia, Araxá e Uberaba), do Noroeste de Minas (Paracatu e Unaí) e do Sul/Sudoeste de Minas (Varginha e São Sebastião do Paraíso) estão entre as que possuem maior PIB Agropecuário de Minas Gerais (SILVA, FONTES e FONTES, 2011), mas nenhuma foi eficiente na maximização da produtividade e no aumento do número de pessoas ocupadas na agricultura familiar. Enquanto isso, a microrregiões do Jequitinhonha (Diamantina) e do Vale do Rio Doce (Ipatinga) estão entre as quatro microrregiões que possuem menor PIB Agropecuário de Minas Gerais (SILVA, FONTES e FONTES, 2011) e ainda são consideradas eficientes. Enquanto a pecuária é voltada para manejo extensivo, os produtos agrícolas são destinados, principalmente, para a subsistência dos pequenos produtores. Existem diferenças pontuais entre as duas microrregiões analisadas aqui: Capelinha e Pedra Azul. Quanto mais ao norte, mais pobres e mais quentes são as regiões do Vale do Jequitinhonha. O cultivo de café para a exportação exige um clima frio com estações chuvosas, e a região não atende esses requisitos, dessa forma para o cultivo cafeeiro é preciso investir e isso eleva os custos. Essas regiões inseridas no vale do Jequitinhonha são regiões que historicamente por razões diversas foram pouco desenvolvidas e apresenta ou apresentou em alguns períodos índices referentes aos bolsões de miséria. A microrregião de Pedra Azul possui é composta por quatro cidades a microrregião de capelinha possui 14 cidades. A microrregião de Capelinha possui também grandes plantações, enquanto a segunda microrregião é composta majoritariamente por pequenos produtores familiares, o café produzido ali é para consumo local.

Tabela 4 - Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Vale do Jequitinhonha (Microrregião de Capelinha e na Microrregião de Pedra Azul), MG, em 2017.

Microrregião de Capelinha	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Pedra Azul	Quantidade Produzida (ton.)
Angelândia		Cachoeira de Pajeú	3,975
Aricanduva	372,509	Comercinho	2,670
Berilo	1,150	Itaobim	-
Capelinha		Medina	0,690
Carbonita	0,495	Pedra Azul	4,640
Chapada do Norte	1,445		
Francisco Badaró	-		
Itamarandiba	937,790		
Jenipapo de Minas	0,900		
José Gonçalves de Minas	20,528		
Leme do Prado	0,490		
Minas Novas	243,273		
Turmalina	322,545		
Veredinha	18,810		

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

* estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

A última tabela que trataremos neste bloco diz respeito a mais duas Mesorregião do Jequitinhonha²⁰, a microrregião de Almenara e de Araçuaí. Elas se situam mais ao extremo norte e de uma maneira geral apresentam taxas de produção próximas. Nas duas regiões aqui mencionadas, destacam-se quatro cidades que produzem um número elevado de toneladas comparadas às outras cidades. Duas delas ficam na microrregião de Almenara: Divisópolis e Mata Verde. E duas na microrregião de Araçuaí: Carai e Novo Cruzeiro.

20 A Mesorregião Vale do Jequitinhonha está situada no nordeste do estado, sendo formado por 43 municípios divididos em 4 Microrregiões (Almenara, Araçuaí, Capelinha, Pedra Azul). A Microrregião de Almenara é formada pelos municípios de Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joaima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto. A Microrregião de Araçuaí é formada pelas cidades de Araçuaí, Carai, Coronel Murta, Itinga, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa. A Microrregião de Capelinha é formada pelos municípios de Angelândia, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina, Veredinha. A Microrregião de Pedra Azul é formada pelos municípios de Cachoeira de Pajeú, Comercinho, Itaobim, Medina e Pedra Azul. Existia uma quinta microrregião, a Microrregião de Diamantina, que foi realocada para a região central. Com essa microrregião inclusa, o Vale do Jequitinhonha seria formado por 51 municípios. No entanto, ela não está mais permanecendo nesta formação, conforme a configuração do governo do Estado de Minas Gerais. Para conhecimento, a Microrregião de Diamantina é formada pelos municípios de Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves.

Tabela 5 - Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Vale do Jequitinhonha (Microrregião de Almenara e na Microrregião de Araçuaí), MG, em 2017.

Microrregião de Almenara	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Araçuaí	Quantidade Produzida (ton.)
Almenara	80,940	Araçuaí	2,265
Bandeira	51,985	Carai	
Divisópolis	510,648	Coronel Murta	-
Felisburgo	17,840	Itinga	-
Jacinto	-	Novo Cruzeiro	
Jequitinhonha	22,255	Padre Paraíso	58,939
Joaíma	-	Ponto dos Volantes	27,373
Jordânia	-	Virgem da Lapa	-
Mata Verde	329,855		
Monte Formoso	19,795		
Palmópolis	-		
Rio do Prado	-		
Rubim	-		
Salto da Divisa	-		
Santa Maria do Salto	0,820		
Santo Antônio do Jacinto	-		

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

* estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

Tabela 6 - Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Vale do Mucuri (Microrregião de Teófilo Otoni e na Microrregião de Nanuque), MG, em 2017.

Microrregião de Teófilo Otoni	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Nanuque	Quantidade Produzida (ton.)
Ataléia	52,365	Águas Formosas	-
Catuji	64,345	Bertópolis	-
Franciscópolis	112,733	Carlos Chagas	-
Frei Gaspar	13,875	Crisólita	-
Itaipé	105,261	Fronteira dos Vales	-

Ladainha	117,074	Machacalis	-
----------	---------	------------	---

Malacacheta	152,645	Nanuque	-
Novo Oriente de Minas	-	Santa Helena de Minas	-
Ouro Verde de Minas	48,369	Serra dos Aimorés	-
Pavão	-	Umburatiba	-
Poté	42,551		
Setubinha	624,316		
Teófilo Otoni	17,823		

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

Conforme o demonstrado, a produção de Café Verde no Mesorregião Vale do Mucuri²¹. Nota-se a produção de café na microrregião de Teófilo Otoni e do outro lado a microrregião de Nanuque. Enquanto a primeira microrregião possui produtores que produzem entre 48 mil toneladas de café a 152 mil toneladas, a microrregião de Nanuque não tem produtores desse tipo de cultura. Atualmente, Nanuque possui três atividades econômicas principais: pecuária, produção de madeira e atividade sucroalcooleira. A atividade agropastoril tem sido a principal fonte de renda a décadas as outras cidades no entorno também se dedicam a atividades como estas e algumas pequenas variações.

Perfil dos Produtores Rurais de Minas Gerais:

Tabela 7 - Caracterização e perfil dos produtores rurais em Minas Gerais.

Categoria de análise	-	Estabelecimentos/Pessoas	Percentual
	Masculino	518.582	85%
	Feminino	86.743	14%
	Menor que 34 anos	46.200	5%
	35-64 anos		60%
	Maior que 64 anos		34%

21 A Mesorregião Vale do Mucuri é formada por 23 municípios e por duas microrregiões: a) Microrregião de Teófilo Otoni e b) Microrregião de Manuque. A Microrregião de Teófilo Otoni é formada pelos municípios de: Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Teófilo Otoni. A Microrregião de Manuque é formada pelos municípios de: Águas Formosas, Bertópolis, Carlos Chagas, Crisólita, Fronteira dos Vales, Machacalis, Nanuque, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Umburatiba.

Cor ou raça			57,01%
	Pre- ta	40.775	6,74%
	Amarela	2.516	0,42%
	Par- da		35,58%
	Indígena	1.554	0,26%
Pessoal Ocupado	Com laço de paren- tesco		66%
	Sem laço de paren- tesco		34%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

dados relativos à data de referência (30/09/2017)

Como podemos acompanhar na tabela de 2017 sobre o perfil dos produtores rurais é perceptível em uma análise inicial constatar que a maior parte dos estabelecimentos rurais pertence a pessoas do sexo masculino. O perfil que do trabalhador brasileiro é homem acima de 30 anos, em sua maioria branca, seguido dos pardos, amarelos e por último os negros e indígenas.

Para compreender melhor os resultados dessa tabela é importante fazermos uma pesquisa histórica e discutir um pouco da questão da Lei de Terras. Essa lei instituída em 1850 foi uma lei que provocou uma transformação no campo, não na relação no campo, e sim, na forma como a propriedade rural passa a ser entendida e avaliada. Ou seja, trata-se de uma legislação específica para a questão fundiária. A Lei de Terras tornou, desde a promulgação, todas as terras consideradas devolutas (sem regularização) propriedade do governo. E, se, caso um produtor rural quisesse ter acesso a terra, poderia ser feita através da compra. A população rural brasileira, principalmente desta época no final do século XVIII, era uma população pobre que não possuía poder aquisitivo para ter acesso a ela, limitando a posse a uma parcela específica. Essa legislação ora dificultou ora impediu o acesso à terra pela população negra, indígenas e aos imigrantes no primeiro momento. Apenas no Sul do território brasileiro houve uma ocupação pouco mais branda em relação ao resto do país, pois o governo receoso de perder suas terras incentivou anos mais tarde os minifúndios, abrindo para a comercialização de suas terras principalmente para imigrantes.

A questão da posse da terra no Brasil está associada muitas vezes à herança, à riqueza, e mesmo que desigual, com o passar dos anos, novos agentes foram adquirindo porções de terras, mas ainda sim, majoritariamente as propriedades rurais são hereditárias. Isso se reforça, nossa estrutura agrária, pois no Brasil, a população rural, pobre, negra, indígena,

ribeirinha encontra mais empecilho para ter posse de um pedaço de terra. Estes são alguns dos motivos que podem explicar com mais profundidade essa a tabela abaixo e os números apresentados nela.

Tabela 8 - Caracterização da escolaridade dos produtores rurais no Brasil.

Escolaridade	Estabelecimentos	Percentual
Nunca frequentou escola		10,57%
Classe de alfabetização (CA)		5,56%
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	3.916	0,64%
Antigo primário (elementar)		33,70%
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)		6,85%
Regular do Ensino Fundamental ou 1º grau.		17,30%
EJA e supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º grau	1.568	0,26%
Antigo científico, clássico, etc (médio 2º ciclo)	5.387	0,89%
Regular de Ensino Médio ou 2º grau		12,86%
Técnico de Ensino Médio ou do 2º grau		2,22%
EJA do EM	1.226	0,20%
Superior – graduação		8,11%
Mestrado ou Doutorado	2.896	0,48%
Não se aplica	2.232	0,371%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

dados relativos à data de referência (30/09/2017)

O acesso pela população do campo à educação foi tratado pela autora Eloísa D. Gonçalves no seu texto intitulado: “A contribuição dos movimentos sociais para a efetivação da educação do campo: a experiência do Programa Nacional de Educação na reforma agrária”, publicado em 20016. A autora durante o artigo enfatiza a situação de precariedade da educação brasileira durante os anos e em específica a educação no campo. Mesmo contando com o amparo jurídico como garantia, esse direito ainda precisa de muitas ações para que se torne um direito realmente efetivo. A efetividade se dá de algumas maneiras, dentre elas as políticas públicas que podem priorizar a melhor qualidade e a maior alcançabilidade da mesma no espaço rural.

A consolidação desse direito torna-se viável com a reforma agrária e a reforma agrária para sua consolidação e estruturação precisa contar com uma educação de qualidade. Essa via

de mão dupla para acontecer precisa novamente do apoio estatal. O apoio estatal muitas vezes apresenta como débil e onipresente nesses espaços sendo fundamental a luta dos movimentos sociais. Apesar de precária, a educação no campo melhorou gradativamente nos últimos anos, porém é preciso salientar que fica à mercê das agendas políticas do executivo eleito naquele determinado período. Por isso é importante os movimentos sociais pois, segundo a autora eles representam “interesses sociais legítimos e são importantes atores político-sociais. A pressão por eles exercida assegura não apenas a concretização de direitos fundamentais, mas, sobretudo, o desenvolvimento da democracia, tão cara às sociedades modernas. (Gonçalves; 2016).

A realidade educacional do campo possui entraves que determinam toda sua operacionalidade e expansão no nosso país. O principal problema é o financeiro, os recursos repassados não são suficientes, é importante ressaltar que além de recursos financeiros faltam também profissionais da área da educação especializados e, muitas vezes, transporte para viabilizar o acesso público de qualidade.

Somado a essas questões há outro fator determinante, o fechamento das escolas públicas do campo, segundo o relatório de iniciativa global de estudantes fora da escola lançado em 2012 pela UNICEF, em dez anos 37 mil escolas rurais foram fechadas. Os profissionais da educação são unânimes em afirmar que na área da educação muitas vezes há falta do profissional docente nas escolas e muito mais, há ausência de um projeto político pedagógico desenvolvido por esses professores que enfatiza e trabalhe da melhor forma possível as especificidades da população do campo. É importante uma formação dos professores para a educação do campo e não no campo. Neste contexto é muito comum a existência de turmas seriadas, com isso o professor precisa desenvolver uma temática que articule todos esses estudantes de diferentes séries que ocupam o mesmo espaço.

Caracterização dos Estabelecimentos rurais do Brasil.

Após a análise dos dados afirmarem quantitativamente que existem mais estabelecimentos rurais de pequenos proprietários e de agricultores familiares. Não é possível a partir das leituras feitas sobre o tema, definir um tipo de agricultor familiar no Brasil, pois existem vários cujas características são diversas, porém é possível delimitar características comuns nessas propriedades rurais, a primeira delas é que a mão de obra é essencialmente familiar, cuja economia desta unidade gira em torno da agricultura ou pecuária (poucos animais) desenvolvendo processos de cunho mais sustentáveis e menos mercadológicos.

Tabela 9 - Caracterização dos estabelecimentos no Brasil.

Categoria de análise	Dimensão	Estabelecimentos	Percentual
Uso de adubação	Não utiliza	261.609	43%
	Adubação química	176.016	29%
	Adubação orgânica	590.739	12%
	Adubação química e orgânica	94.809	16%
Uso de agrotóxico	Não utiliza	440.387	64%
	Utiliza	166.431	27%
	Não precisou no período	14.960	16%
Sistema de preparo do solo	Cultivo convencional	131.052	41%
	Cultivo mínimo	146.945	46%
	Plantio direto na palha	44.294	14%
Financiamentos	Obteve	96.352	16%
	Não obteve	511.205	84%
Finalidade do Financiamento	Investimento	62.763	51%
	Custeio	42.672	35%
	Manutenção	16.062	13%
	Comercialização		1%
Financiamento do Governo	Sim	60.007	62%
	Não	37.458	38%
Programas	Pronaf	45.149	81,90%
	Pronamp		4,80%
	Outro programa		12,28%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

dados relativos à data de referência (30/09/2017)

Os dados acima revelam que a não utilização de adubos é a maioria entre os estabelecimentos e ocupa mais da metade deles, cerca de 58%. E isso faz com que os outros dados explicam-se, por ser de maioria oriunda de pequenos agricultores e o não uso de agrotóxico é superior ao uso, que normalmente se dão em grandes fazendas de monocultura.

Em relação aos financiamentos, a maioria dos estabelecimentos não possui, apesar de termos uma mudança (maior democratização do acesso aos financiamentos) ainda sim, ela é destinada a um grupo específico com poder aquisitivo maior. Os financiamentos e acesso às políticas públicas governamentais necessitam que as unidades familiares rurais sejam legalizadas, o que não acontece na maioria delas no Brasil além de exigir

um valor mínimo de renda o que impossibilita muitos agricultores a recorrerem a esses empréstimos.

Para entender melhor a tabela da caracterização de dos estabelecimentos rurais é de suma importância discutirmos um pouco sobre as três gerações das políticas públicas no Brasil e o desenvolvimento das mesmas e principalmente do PRONAF vejo que apesar de atualmente existirem novos lugares que cultivam o café, as maiores plantações são antigas, tem uma importância na história do país, na política e na economia, e, de uma certa forma esses os barões do café que depois viraram os grandes produtores, latifundiários foramaqueles produtores amparados pelas primeiras políticas do PRONAF e se beneficiam até hoje das mesmas.

Historicamente, no cenário brasileiro, as políticas públicas criadas e efetivadas nomundo rural foram em benefício da média e grande propriedade. Todo o projeto de modernização da agricultura brasileira que ocorreu nos anos 60,70 e 80 contou com uma forteparticipação do estado brasileiro. Ao longo destes anos vale realçar cinco políticas públicas importantes nesse cenário: (1) Crédito Rural, o (2) Seguro agrícola, a (3) Assistência técnica e extensão rural que originou a Embater, (4) a Pesquisa Agropecuária que foi criada a Embrapa e por fim a (5) Política de Preço Mínimo. Esse foi o pacote de políticas públicas criadas nas primeiras décadas que beneficiou em grande medida os grandes e médios produtores, destacando especialmente os agricultores sulistas, os produtores de exportação e aqueles cuja mercadoria era essencial para a agroindústria.

Somente a partir dos anos 90 foram implantadas políticas públicas voltadas para agricultura familiar no país. Dentre elas podemos salientar a criação da Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, em 1995 esta criação foi fruto de mobilização social protagonizada pelos movimentos sindicais em grande medida organizados em torno do Grito da Terra Brasil.

A medida com que o PRONAF foi ganhando mais espaço na agenda política dos governos e que proporcionalmente a sociedade civil foi tomando conhecimento e reconhecimento da agricultura familiar houve um conjunto maior de mudanças institucionais e políticas públicas, podemos pontuar algumas como em 1989 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que foi extinto em 2016. A partir de 2003 houve no Brasil a criação de um amplo conjunto de políticas públicas criadas, é importante enfatizarmos o fato de que essas políticas públicas em certa medida tentaram abarcar a dimensão agrícola, social, e de infraestrutura. A consequência foi a redução da pobreza rural e da fome foi expressiva nesse período em grande medida após o conjunto de políticas públicas.

O primeiro conjunto de medidas criadas (como o PRONAF) foram medidas focadas na produção. À medida que o PRONAF emergiu logo se percebeu que somente este programa poderia reproduzir dentro da agricultura familiar mecanismos de exclusão, desta maneira em 1997 principia a emergência de um conjugado de políticas públicas com o viés mais social: Bolsa Família, Fome Zero e políticas Territoriais (criado em 2008 os Territórios da Cidadania), com a ênfase na estruturação de territórios vulneráveis economicamente e socialmente.

As políticas públicas pós 2003 em sua totalidade, articulam e dão destaque a segurança alimentar e nutricional, e, também focam na sustentabilidade do meio rural. Esse novo enfoque é conhecido pela literatura rural como terceira geração de políticas públicas. O exemplo de políticas públicas criadas na terceira onda evidenciou o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), a mudança que ocorreu no Programa Nacional da Alimentação Escolar (2009) na qual se deve incorporar ao menos 30% de alimentos provenientes da Agricultura Familiar, e por último a Política de garantia de preços para produtos da sociobiodiversidade. Esse conjunto (terceira onda) dá um enfoque maior a sustentabilidade e segurança alimentar. A primeira geração de políticas públicas tinham como finalidade fazer o Brasil produzir sempre mais para competir no mercado externo com isso e o Estado injetou muito dinheiro para que conseguíssemos produzir e industrializar o país. Políticas públicas foram a partir da década de 60 principalmente desenvolvidas com o objetivo de dar créditos rurais, trazer as pesquisas universitárias para o campo da produção rural em busca do melhoramento da produção. Em segundo lugar, o PRONAMP é um financiamento para investimentos dos médios produtores rurais em atividades agropecuárias.

Os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

Tabela 10 - Caracterização da utilização das terras no Brasil.

Categoria de análise	Dimensão	Hectares	Percentual
Utilização das terras	Pastagens	19.371.751.000	51%
	Matas/florestas	10.295.329.000	27%
	Lavouras	5.770.072.000	15%
	Outros	2.727.536.000	8%
Lavouras	Temporárias	4.015.732	70%
	Permanentes	1.740.888	30%
Pastagens	Plantadas em boas condições	11.738.687	61%
	Naturais	5.572.259	29%
	Plantadas em más condições	2.030.805	10%
Matas e/ou Florestas	Naturais <small>(preservação permanente ou reserva legal)</small>	1.208.945	12%
	Naturais	7.078.269	69%
	Florestas plantadas	2.012.115	20%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

A tabela acima diz respeito à utilização dessas terras no espaço rural mineiro. É possível compreender que a maior parte delas é destinada a pastagem, pois a carne bovina é um dos produtos mais importantes de exportação do país e ocupa a maior parte pois exige espaço e é uma forma de mais barata de investimento do que por exemplo o cultivo de uma cultura, pois o fazendeiro pode “soltar os bois”, como dizem as população rural, e deixar que a natureza faça o trabalho.

As lavouras estão em terceiro lugar e indicam a existência principalmente das grandes fazendas de commodities e das pequenas unidades produtivas, que, como foi visto anteriormente (principalmente em relação ao café) sua importância econômica. As pastagens brasileiras são divididas em três categorias: natural, nativa e artificial. Elas são utilizadas nas propriedades a depender da criação, solo e clima da região e condições da propriedade. As pastagens naturais são as vegetações originais, nelas encontramos espécies de herbáceas, gramíneas, não gramíneas e arbustos. Já a pastagem artificial é composta de espécies exóticas ou nativas, onde já não existe a vegetação original. Este tipo de pastagem é dividido em permanente que podem durar até trinta anos e em temporárias que podem durar seis meses.

A escolha do tipo de forrageira utilizada dependerá do clima, solo, tipo de rebanho e condições do proprietário. Para maior sucesso na escolha é bom consultar um profissional, que irá indicar os tipos de forrageiras que melhor se adaptam à sua propriedade.

Estes são os três tipos de pastagens predominantes nas propriedades rurais brasileiras, com vistas à alimentação do gado. A origem ou o uso de cada uma delas, no entanto, depende de fatores determinantes como o tipo de criação, utilização do solo e clima. Nas pastagens naturais, a vegetação é originária da região, contendo espécies diversificadas como herbáceas, gramíneas, não gramíneas e arbustos. Já as pastagens nativas, se referem às espécies que surgem de forma espontânea. Estas possuem valor nutritivo e surgem quando a vegetação originária é destruída. Temos ainda a pastagem artificial, cultivada pelo homem, por meio de espécies exóticas e variedades provindas de outras regiões.

Conclusão

Não podemos contar a história do Brasil sem mencionar a cultura cafeeira. A produção de café e seus desdobramentos em território nacional foram decisivos para adoção de políticas fiscais, de políticas de governos em benefício da cultura que com o passar dos anos se tornou a principal atividade do país depois do ciclo do açúcar. Conhecido como “ouro verde” ainda é hoje o principal produto agrícola de exportação do Brasil.

Apesar de apresentar índices elevados de produtividade em dez estados brasileiros, a produção de café se destaca em território mineiro, que é responsável por quase metade da produção nacional, a maior concentração das fazendas produtoras estão no sul do estado. Apesar de contribuir significativamente no PIB nacional, a produção de café em Minas Gerais apresenta-se de forma desigual.

Podemos perceber ao longo do texto, que a cultura cafeeira é produzida tanto em grandes fazendas quanto em pequenas propriedades, porém justamente a falta de tecnologia, o pouco incentivo do governo e os pequenos espaços são responsáveis por interferirem diretamente nos índices de produtividade. O cultivo de café assim como de tantas outras culturas no país evidencia que a produção nacional do café está voltada ao comércio exterior enquanto o consumo interno em grande parte é abastecido pela agricultura familiar que nem sempre estão situados em espaços menores, nem sempre em boas condições, utilizando pouca ou nenhuma tecnologia.

A democratização da terra permite a democratização do campo, a inserção de novos agentes econômicos e a rotatividade do capital. É importante que o governo crie e atue em políticas públicas que ampare o pequeno produtor e dê a ele condições de produzir em

maior em melhor quantidade.

REFERÊNCIAS

BAPTIST, Edward E. A segunda escravidão e a Primeira República americana. **Almanack**. Guarulhos, n. 5, p. 5-41, 1 sem. 2013.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Regiões de planejamento**. 2016. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 06 maio. 2019.

DRUMMOND, MARTINS, MACHADO, ALMEIDA e ANTONNI. **MAPA DA BIODIVERSIDADE EM MINAS GERAIS**. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br/atlas/socioeconomia.pdf> > Último acesso: 09 de jun de 2019

GONÇALVES, Eloísa Dias. **A contribuição dos movimentos sociais para a efetivação da educação do campo: a experiência do Programa Nacional de Educação na reforma agrária**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.37, n.135, p.371-389, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00371.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Tre^{as} Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário. Brasília. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 06 maio. 2019.

MOREIRA, Antônio Carlos. **História do Café no Brasil**. São Paulo: Panorama Rural, Magma Editora Cultural, 2007.

Mapa representativo dos produtores de café. Rural Pecuária, São José do Rio Preto, 31 de mai. de 2005. Disponível em: <http://ruralpecuaria.com.br/tecnologia-e-manejo/cafe/brasil-mapa-representativo-das-regioes-produtoras-de-cafe.html>>. Acesso em: 09 de jun. de 2019.

O café de menor custo no Brasil é produzido pela agricultura familiar. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Distrito Federal. 21 de Julho de 2016. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-caf%C3%A9-de-menor-custo-do-brasil-%C3%A9-produzido-por-agricultores-familiares>.> Acesso em 09 de jun. de 2019.

Agricultura familiar é o maior produtor de alimentos. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Distrito Federal. 21 de Julho de 2019.

Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo> Acesso em 09 de jun. de 2019

Agricultura Familiar. Companhia Nacional de Abastecimento. Distrito Federal. 8 de set de 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/>. Último acesso: 09 de jun de 2019.

Base da economia do Sul de Minas, Café movimenta R\$ 7 bilhões ao ano. Sociedade Nacional da Agricultura. 04 de Abr de 2017. Disponível em: <<https://www.sna.agr.br/base-da-economia-no-sul-de-minas-cafe-movimenta-r-7-bilhoes-ao-ano/>> . Último acesso: 09 de jun de 2019.

ORTEGA e JESUS. **Território café do Cerrado: transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Setembro de 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000300010 > Último acesso: 09 de jun de 2019

REDIM, Ezequiel. **Unai é o maior produtor de soja do Estado de Minas Gerais.** 16 de Ago de 2018. Disponível em: <<http://ezequielredin.blogspot.com/2018/08/unai-e-o-maior-produtor-de-soja-no.html>>. Último acesso: 09 de jun de 2019

PASTANA, MOURA, SOCARRÁS e HADDAD. **Mapa do desenvolvimento da pecuária leiteira no estado de Minas Gerais, Brasil: nova abordagem na pecuária para integração Espacial de variáveis produtivas.** 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/abmvz/v66n4/0102-0935-abmvz-66-04-01147.pdf> > Último acesso: 09 de jun de 2019

A safra paulista de café cresce mais de 29%. CONAB. Agência Brasil. 05 de Dez de 2018.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/safra-paulista-de-cafe-cresce-mais-de-29>> Último acesso: 09 de jun de 2019

